



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1845/05	DATA: 22/11/2005
INÍCIO: 10h37min	TÉRMINO: 17h42min	DURAÇÃO: 07h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h52min	PÁGINAS: 142	QUARTOS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PEDRO CORRÊA – Deputado Federal; JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU – Testemunha.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone, inaudíveis. Houve termos ininteligíveis; A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, declaro aberta a 65ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 64ª reunião.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata, tendo em vista que todos os Parlamentares já a conhecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Aqueles que forem favoráveis à ata da 64ª reunião permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. Deputados, foi encaminhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados resposta à consulta formulada por este Conselho a respeito de como proceder quando o Deputado Representado encontra-se doente.

Passo à leitura da resposta da Presidência.

A Mesa da Câmara dos Deputados sugere:

“1) um servidor do Conselho de Ética, acompanhado de um médico, integrante do corpo médico da Câmara, irão ao local onde estiver o Deputado doente (art. 218 CPC);

2) a citação dependerá de avaliação do médico da Casa. Se o médico entender que o Representado tem condições de receber a citação, assim procederá o servidor;

3) se o médico tiver atestado que o Representado tem condições de ser citado e este se recusar a receber a citação, o servidor deixará a contrafé com pessoa da família, empregado da casa ou do edifício, ou com qualquer vizinho (art. 227 CPC);



4) se o médico entender que o Representado não tem condições para receber a citação ou houver recusa em recebê-la, como descrito acima, o servidor fará um relatório circunstanciado do ocorrido, acompanhado do laudo médico, ao Presidente do Conselho;

5) no caso de recebimento da citação, abre-se o prazo para a defesa prévia, que poderá ser exercida por um representante legal do Representado. Transcorrido o prazo de 5 sessões, sem que tenha sido apresentada a defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo, nos termos do Regulamento do Conselho de Ética (arts. 8º, 9º e 10 RCEDP);

6) no caso de ter sido atestada a impossibilidade de citar o Representado, o Presidente do Conselho levará ao conhecimento do Colegiado o conteúdo do Relatório;

7) `a vista do Relatório e considerando que o depoimento do Representado, por analogia ao interrogatório do acusado no Direito Processual Penal, poderá revestir-se de dupla natureza, isto é, constituir meio de prova e meio de defesa, o Conselho poderá decidir pela suspensão do processo, em virtude da gravidade do estado de saúde do Deputado e da imprescindibilidade do depoimento do Representado como peça de defesa (art. 217, IV CPC e art. 149, II CPP);

8) anuindo o Conselho sobre a necessidade de suspensão do feito, o Presidente do Conselho encaminhará pedido neste sentido ao Presidente da Casa, que decidirá sobre a sua concessão;

9) tão logo se tenha notícia da melhora do estado de saúde do Representado, o Presidente do Conselho solicitará ao Presidente da Câmara a cessação da



interrupção do processo, devolvendo-se todos os prazos a partir da citação”.

Assinam 6 assessores e consultores da Câmara dos Deputados.

Informo também que foi recebido pelo Conselho de Ética, na tarde de ontem, correspondência encaminhada pelo Presidente Nacional do PT, Deputado Ricardo Berzoini, respondendo aos questionamentos solicitados por este Conselho e pelo Relator do processo instaurado contra o Deputado Onyx Lorenzoni.

Na correspondência, o Deputado Ricardo Berzoini confirma que a representação em questão foi assinada pelo então Presidente Nacional, Tarso Genro, bem como ratifica os termos da mesma.

Gostaria de comunicar a todos também que esta reunião de hoje deve continuar às 15 horas, com a seguinte pauta: Plenário nº 11, tomada do depoimento do Sr. João Cláudio Carvalho Genu, testemunha arrolada pelos Relatores Orlando Fantazzini e Carlos Sampaio. Haverá também reunião na 5ª-feira, dia 24, às 10 horas, com a seguinte pauta: tomada de depoimento do Deputado João Paulo Cunha, Representado no Processo nº 13, de 2005, tendo como Relator o Deputado Cezar Schirmer.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Deputado Pedro Corrêa, Representado no Processo nº 13, de 2005, e testemunha arrolada no Processo nº 14, de 2005, instaurado contra o Deputado Pedro Henry, tendo como Relator o Deputado Orlando Fantazzini.

Comunico ainda que estão presentes os advogados do Representado, Dr. Eduardo Ferrão e Dr. Marcelo Leal, e também o advogado do Deputado Pedro Henry, Dr. José Antônio Duarte Alvarez.

Para o bom andamento dos trabalhos, procedimentos serão adotados para esta reunião. Inicialmente, o depoente usará a palavra para as suas considerações pelo tempo que for preciso.

Em seguida, será dada a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, Relator do Processo nº 13, de 2005, para as suas indagações, e, ato contínuo, ao Deputado Orlando Fantazzini, Relator do Processo nº 14, de 2005.

Por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o depoente.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Pela ordem, o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu não desejo interromper o curso normal dos trabalhos. V.Exa., no entanto, deu conhecimento a este Conselho de 2 expedientes: um sobre a situação do Deputado José Janene, e o segundo que foi lido. Se for o caso, poderíamos deixar para apreciar essas duas questões posteriormente, mas desejo me manifestar sobre elas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, exatamente. Eu gostaria de apreciar o processo do Deputado Janene posteriormente, para não atrasarmos os nossos trabalhos. Nós podemos fazer ainda hoje ou o mais tardar amanhã.

Então, com a palavra o nobre Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Sr. Presidente do Conselho de Ética, Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator ...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu peço desculpas, nobre Presidente, creio que o Deputado Pedro Corrêa comparece como Representado e como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Inicialmente, ele falará como Representado, e o Relator ficará à mesa. Posteriormente, ele como testemunha, e virá o Deputado Orlando Fantazzini como Relator. Ele vai substituir o Deputado Carlos Sampaio na segunda etapa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E os quesitos a ele, como Representado, serão feitos também no primeiro momento da reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu acho que vai ser um momento só em termos de quesitos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele firmará aquele compromisso também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Posteriormente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu tenho uma questão de ordem, sobre um esclarecimento, mas eu preferia deixar os trabalhos correrem. Mais adiante, num intervalo entre uma etapa e outra, eu faria uma questão de ordem, para não atrasar mais os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

Então, com a palavra o Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Sr. Presidente do Conselho de Ética, Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator do processo do qual sou Representado, Deputado Carlos Sampaio, Sr. Relator do processo cujo Representado é o Deputado Pedro Henry, do qual sou testemunha, Srs. Deputados, senhores advogados, Dr. Eduardo Ferrão, Dr. Marcelo Leal e Dr. José Carlos, advogado do Deputado Pedro Henry, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que meu nome nunca foi — nem o meu, nem de meus assessores, nem de meus familiares —, nunca foi ou nunca apareceu em nenhuma das listas de sacadores, tanto nas agências do Banco Rural, do BMG ou de qualquer outro local. Meu nome não foi citado como recebedor ou distribuidor em nenhum depoimento, nem na Procuradoria-Geral da República, nem na Polícia Federal, nem na CPMI dos Correios, nem na CPMI da Compra de Votos, nem na CPMI dos Bingos, nem na Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara dos Deputados. Inicialmente, quando estive presente... Aliás, na *Folha de S.Paulo*, o Deputado Roberto Jefferson, o ex-Deputado Roberto Jefferson, me citou como um dos distribuidores do mensalão, porque ele, quando foi inquirido pela Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara, ele, no dia 21 de junho de 2005, ele, perguntado pelo Relator, o Deputado Robson Tuma, se o Sr. Delúbio Soares entregava dinheiro mensalmente também ao Deputado Pedro Corrêa, disse que: *“Pedro Corrêa, não. Quando falei com ele, Delúbio Soares, ano passado, ele me disse que os recursos eram transferidos para o Bispo Rodrigues, Waldemar Costa Neto e Pedro Henry. O Janene é recente. A conversa do Janene ouço falar recentemente”*. Eu não tenho conta nem no BMG nem no Banco Rural e não me recordo de ter ido, uma, uma única vez na minha vida, nem na agência do Banco Rural, nem na agência do BMG, em qualquer local do Brasil. Eu não conheço pessoalmente ou por telefone, nem sabia da existência dessas pessoas, até o início das acusações do Sr. Marcos



Valério, da Sra. Simone Vasconcelos, do Sr. Enivaldo Quadrado, dono da Bonus-Banval. Não conhecia nem conheço os sócios do Sr. Marcos Valério e das pessoas denunciadas como transportadoras do dinheiro de Belo Horizonte para São Paulo e para Brasília. Não recebi dinheiro das empresas do Sr. Marcos Valério ou do Sr. Delúbio Soares. Não fiz caixa dois, não cometi crime tributário, eleitoral ou penal, nem qualquer indício em relação aos regulamentos do artigo do Regimento da Corregedoria-Geral, e também do Código do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, que pudessem caracterizar falta de decoro parlamentar. Apesar de a Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara dizer que não tinha recebido informações suficientes para poder tomar alguma posição, eu fiz questão de quebrar, eu entreguei à Corregedoria da Câmara, entreguei à CPMI dos Correios e da Compra de Votos e ao TRE de Pernambuco os sigilos dos meus cartões de crédito, o sigilo das minhas linhas telefônicas, os extratos das minhas contas bancárias, inclusive os canhotos dos meus talões de cheques. Quebrei o meu sigilo fiscal desde 1979, quando cheguei a esta Casa, no início do meu mandato, e ainda também entreguei o sigilo fiscal da minha esposa, da minha mãe, que morreu recentemente, além de meu irmão, minhas duas filhas, meu filho e minha nora. O Sr. João Cláudio Genu, que na Polícia Federal fez, disse que eu autorizei sua ida ao Banco Rural, ele era, em 2003, Assessor Parlamentar do gabinete do Deputado José Janene, e, hoje, ele está lotado na Liderança do partido, cujo Líder é o Deputado José Janene. E ele foi portador da quantia de 700 mil reais, sacados da seguinte maneira: 2 vezes ele foi ao Banco Rural, agência do *shopping center* de Brasília, e uma vez no Hotel Grand Bittar, no valor de 100 mil. Das primeiras vezes, foram duas vezes de 300 mil e uma de 100 mil, que ele recebeu das mãos da Sra. Simone Vasconcelos. Os recursos foram repassados integralmente para o advogado Paulo Goyaz. Eu tenho inclusive os recibos do.... E foram encaminhados também ao Sr. Relator e a este Conselho os recibos de prestador autônomo, assinados pelo advogado, Ronivon Santiago. Eu quero dizer que quando, em 2002, o partido elegeu 2 Deputados Federais do Acre, o Deputado Narciso Mendes e o Deputado Ronivon Santiago, nós elegemos 25% da representação da Câmara dos Deputados lá no Acre. E, na verdade, o partido ficou forte para as eleições municipais. E, aí, então, dizem os Deputados e os seus advogados — isso sempre foi negado pelo PT —,



mas dizem os advogados que o PT, que tem uma influência muito forte no Acre, cujo Governador é o Governador Jorge Viana, ele teria influenciado para que se entrassem com ações contra os 2 Deputados no Tribunal Regional Eleitoral do Acre. Eu não era o Presidente do partido. Eu era o Segundo Vice-Presidente do partido nessa época. Eu me elegi Presidente em abril de 2003, já quando as ações todas estavam ao longo do curso. Recordo-me de que nós fizemos uma reunião de bancada, ainda antes da posse dos novos Deputados, quando lá inclusive escolhemos o Deputado Pedro Henry para ser o Líder da bancada. E nessa reunião foi autorizado pela bancada para que nós arcássemos com as despesas do Deputado, dos honorários dos advogados dos Deputados Ronivon Santiago e Narciso Mendes. Narciso Mendes, nós não conseguimos salvar o seu mandato. Ele terminou sendo cassado, inclusive, numa cassação que... Na verdade, na verdade, ele foi cassado porque ele deixava de renunciar a um cargo de gerente de uma empresa de televisão da qual ele é concessionário. Ele tinha inclusive feito isso, mas não conseguiu fazer essas provas. Deixou o processo correr à revelia e, na verdade, quando chegou aqui, ao TSE, a situação estava definida. Quem inclusive foi advogado dele foi o Deputado Ricardo Fiuza. E nós não conseguimos salvar o mandato do Deputado Narciso Mendes. Veio então o Deputado Ronivon Santiago, ao mesmo tempo. Eles inicialmente tinham 2 pendências. Ele já... Como estava há muitos anos em Brasília, ele tinha o seu advogado próprio, que era o Dr. Paulo Goyaz. Até porque o nosso partido, ele tem como praxe, ele tem, como, aliás, a maioria dos partidos, ele tem um contrato com um escritório de advogados, o escritório do Dr. Eduardo Ferrão, Dr. Baeta, Dr. Marcelo e vários outros advogados. Nós temos um contrato onde, através do fundo partidário, o partido paga 30 mil reais por mês para que esse escritório possa acompanhar todas as questões do partido junto aos tribunais superiores. Nessa época, antes, nós não tínhamos feito ainda esse convênio com o Dr. Ferrão e, aí, o Deputado Ronivon Santiago tinha contratado, tinha feito inclusive um contrato, em 2002, com o Dr. Paulo Goyaz. Depois, ele fez outro contrato em 2003. Embora os contratos tivessem sempre sido entre o Deputado Ronivon e o Dr. Paulo Goyaz, e o partido nunca teve, não tinha responsabilidade por esse contrato, mas a bancada dos Deputados do partido e a sua Comissão Executiva determinou que o partido assumisse esses honorários. E,



na verdade, nós começamos porque o contrato dizia que, a cada ação que entrava nova no Supremo Tribunal Federal ou no TSE ou no deslocamento do advogado para o Acre, o Dr. Paulo Goyaz, ou de seus advogados, advogados sócios de seu escritório, eles precisavam de recursos. E sempre com a dificuldade toda de fundo partidário, que é conhecida de todos os Parlamentares, com exceção do PT naquela época, que se dizia que tinha, estava com as burras cheias, porque tinha uma arrecadação de outros... Os demais partidos vivem sempre numa penúria imensa, até porque a gente, o que recebe do fundo partidário mal dá. Você transfere 40, 50% para os Estados e, para fazer uma convenção, fazer um programa de televisão, normalmente, os partidos têm que sair atrás de procurar pessoas que possam ajudar, de procurar seus filiados para poder fazer face a essa despesa, porque os recursos do fundo partidário são insuficientes para isso. Então, em nenhum momento, eu percebi, para mim, para outrem ou para o Deputado Ronivon Santiago, vantagens indevidas. Eu estava... Eu era o Segundo Vice-Presidente. Eu assinei alguns pagamentos pelo fundo partidário do contrato existente — eu tenho as cópias disso aqui — entre o Dr. Paulo Goyaz... Aliás, eu e... Naquela época, o Dr. Benedito Domingos era o tesoureiro do partido. O Deputado Romel Anizio, depois, foi tesoureiro. Quando mudamos... Aliás, o primeiro, inicialmente, era o Deputado Romel Anizio, que era o tesoureiro. Depois, passou a ser o ex-Deputado Benedito Domingos, que era secretário-geral e foi ser tesoureiro. E, a partir de 2005, eu fui reeleito para a Presidência. Então, o tesoureiro mudou e passou a ser o Deputado Leodegar Tiscoski, de Santa Catarina. Mas então nós, em nenhum momento, nós recebemos vantagens para, nem para mim nem para terceiros, até porque eu quero dizer que o partido autorizou a que se tivessem esses entendimentos para pagamento dos honorários do advogado. Quero dizer também que não participei de nenhuma reunião com o Sr. Delúbio Soares. Participei, sim, de algumas reuniões com o ex-Presidente do PT, o ex-Deputado José Genoíno. Ainda antes de ele deixar a Câmara dos Deputados, era Deputado, nós tivemos algumas reuniões com o Deputado José Genoíno — inclusive estivemos eu e o Deputado Pedro Henry, que aqui está presente, tratando... Porque o nosso partido tinha uma posição diferente de alguns outros. Nós não tínhamos apoiado nenhum candidato a Presidente da República em função da verticalização, e a Executiva Nacional decidiu, em



convenção, que cada Estado teria liberdade de escolher o candidato que fosse melhor para o partido nos Estados. Então, nós tivemos as coligações as mais variadas. Coligamos em alguns lugares com o Lula, outros lugares com o Ciro Gomes, outros lugares com o Serra. Eu, por exemplo, em Pernambuco votei, nos 2 turnos, no candidato José Serra, porque lá eu acompanho a coligação do Governador Jarbas Vasconcelos, que por 2 vezes consecutivas votou com o candidato José Serra, mesmo no segundo turno, sabendo que nós íamos perder a eleição — inclusive, em Pernambuco, fizemos uma manifestação grande, talvez a maior manifestação da campanha de Serra no segundo turno. Mas então eu gostaria de dizer que nunca tratei de nenhum assunto financeiro em relação a esse dinheiro que recebemos do PT. Aliás, quero dizer que esse dinheiro não foi contabilizado, porque esse dinheiro não foi doado, foi um dinheiro tratado entre o Sr. Delúbio Soares e o Deputado Janene, que conseguiu esse recurso, autorizado pelo partido para pagamento ao advogado do Sr. Ronivon Santiago. Eu acho que é isso. Sim, minha movimentação financeira é compatível com a minha renda, meu sigilo bancário. Não aumentei meu patrimônio, já quebrei meu sigilo fiscal desde 1979, quando iniciei a minha vida Parlamentar, até hoje. Meu sigilo telefônico não registra nenhuma ligação do Sr. Marcos Valério, da Sra. Simone Vasconcelos, do Sr. Enivaldo Quadrado, nem do Sr. Delúbio Soares. E me coloco à inteira disposição desta Comissão, dizendo novamente: eu não cometi nenhum crime, nem eleitoral, nem penal e, no meu entendimento, sendo médico, mas com tantos anos eu já militando nesta Casa, 27 anos de militância nesta Câmara dos Deputados, eu não cometi, não recebi nenhuma vantagem em defesa nem para mim, nem para outros, nem para o Deputado Ronivon Santiago. A bancada federal do nosso partido, ela mais ou menos representa 95%, 96% da Executiva Nacional. Quando fazemos uma reunião de bancada, nós normalmente reunimos a bancada e o partido. Nosso partido é um partido sobretudo de Deputados; nosso partido não é um partido que tenha Governador, Prefeito de Capital. Nós somos um partido de Deputados. E ainda o seguinte: elegemos 49 Deputados Federais; hoje somos 54. E se eu pegar — tenho também isso aqui — a relação e a posição das votações do meu partido, vão mostrar que, nas grandes votações de 2003 e 2004, o partido fez obstrução, o partido votou contra o Governo e, nas votações mais polêmicas, eu não estava em



Brasília, porque normalmente estava representando o partido em outro lugar. Eu posso também entregar isso aí, mostrando que, nas votações mais polêmicas, eu estava ausente de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, falarão inicialmente o Deputado Carlos Sampaio e, posteriormente, o Deputado Orlando Fantazzini.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, ilustre Deputado Representado, Deputado Pedro Corrêa, Srs. Advogados, Dr. Eduardo Ferrão e Dr. Marcelo Leal, caros Conselheiros, ilustre Corregedor, Deputado Ciro Nogueira, eu faria um registro inicial que de fato o Deputado Pedro Corrêa entregou uma série de documentações, mesmo que não tivessem sido solicitadas por este Conselho, no sentido da quebra de seu sigilo fiscal, bancário, telefônico, não só seu como de seus familiares. E, portanto, todas essas provas foram espontaneamente por ele acostadas ao procedimento. Faço esse agradecimento pela contribuição de V.Exa. com esta Relatoria. Eu gostaria de iniciar esta sessão solicitando ao depoente Pedro Corrêa que, por gentileza, para que pudéssemos ter todos esses dados nos autos, que se qualificasse no tocante à sua nacionalidade, estado civil, profissão, residência e domicílio. Deputado, desde quando foi eleito? E por quais partidos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Meu nome completo é Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto. Meu nome Parlamentar é Pedro Corrêa. Eu nasci no Estado do Rio de Janeiro, mas sou Deputado por Pernambuco — a minha família toda é pernambucana. Eu nasci naquela época porque o meu pai fazia parte do Governo do então Presidente Getúlio Vargas, no Estado Novo. E aí, quando caiu Getúlio, ele foi para o Rio de Janeiro. Estava exilado. E, se tivesse ganho o Brigadeiro Eduardo Gomes, eu tinha nascido em Portugal ao invés do Rio de Janeiro. Sou de uma família tradicionalmente de política. O meu trisavó paterno era o Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que chegou a ser Chefe de Estado, porque foi Presidente do Conselho de Ministros na época do Parlamentarismo Imperial, e o meu trisavó materno é o General Abreu e Lima, lugar-tenente do Bolívar, que hoje, inclusive, está emprestando o seu nome para refinaria em Pernambuco. Moro em Recife. Moro permanentemente em Recife, na Avenida Boa



Viagem, 2.314, ap. 701. Eu sou médico e me formei em 1971. Exerci minha profissão até 1978, quando me elegi Deputado. Fui Deputado pela Arena. Depois, quando acabaram a Arena, fiquei no PDS. Elegi-me... Quando o PDS não teve função, inclusive em 1982, quando houve a... se podia votar no mesmo partido... Houve uma vinculação de votos em 1982, e tive de sair do PDS e ir para o PFL. Elegi-me no PFL e depois voltei para o PDS. Fui do PPR, do PPB e agora PP. Fui dirigente partidário, coordenador de bancada. Participei de todas as Comissões desta Casa, nessa longa história que tenho de vida política. E tive posições. Fui membro do Diretório Nacional da Arena, do PDS, do PFL. Fui Secretário-Geral do PFL em Pernambuco. Depois, fui Segundo Vice-Presidente aqui por 2 vezes do PPB, do PPR depois PPB. Elegi-me, em 2003, Presidente Nacional do Partido, e me reelegi em 2005.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. poderia explicitar então a sua trajetória dentro do PP, particularmente?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Fui 2 vezes Segundo Vice-Presidente e 2 vezes sou o Presidente nacional. O Segundo Vice-Presidente nacional e duas vezes sou o Presidente nacional. E fui membro do Diretório Nacional até hoje.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. poderia, por gentileza, nos descrever como foram e como se desenrolaram as negociações para que o PP se incorporasse à base de sustentação do atual Governo?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O meu partido, em função de não ter tido um candidato à Presidente da República, pois nós tínhamos apoiado várias coligações: coligação com Lula, com Serra, com Garotinho, com Ciro Gomes... E, no segundo turno, a maioria do nosso partido... Porque elegemos 49 Deputados em 2002, no primeiro turno, e, no segundo turno, a maioria do nosso partido apoiou a candidatura do Presidente Lula. E nós, após isso, recebemos um convite do Deputado José Genoíno, depois do coordenador político do Governo, que era o Ministro José Dirceu, para que pudéssemos participar do Governo. Fizemos uma reunião da bancada. Nós temos problemas com alguns companheiros que têm como adversário o PT. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o grande adversário do partido é o PT. O partido lá é um partido muito forte. É o maior partido do Rio Grande do Sul. Nós tivemos problemas em Santa Catarina. Nós temos problemas no Paraná,



com o Deputado Ricardo Barros, que inclusive era Vice-Líder do Governo Fernando Henrique e Vice-Líder no Congresso. E é um dos Deputados que faz uma oposição bem dura. Está aqui o Deputado Nilton Baiano, que vota sempre com independência e vota com a sua consciência. O Deputado Francisco Dornelles, que era Ministro do Governo do Fernando Henrique, também tem uma posição de independência, mas a maioria concordava em votar, em apoiar as ações do Presidente Lula, do Governo do Presidente Lula, até porque tinha participado dos palanques no segundo turno da candidatura do Presidente Lula. E aí nós fizemos esse entendimento, para que nós, aqueles que pudessem participar e que gostariam de apoiar o Governo, apoiariam, mas teríamos sempre uma convivência tranqüila e respeitosa com aqueles que não votavam com o Governo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Pedro Corrêa, V.Exa. poderia, portanto, confirmar, então, que os personagens principais desta história, no que se refere ao PT se incorporar à base de sustentação do atual Governo, seriam os ex-Deputados José Genoíno e o atual Deputado José Dirceu?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É verdade, é verdade. Inicialmente, com José Genoíno — foi quem nos procurou a primeira vez — tivemos algumas reuniões, e o Deputado Pedro Henry já tinha sido escolhido Líder. Eu e o Deputado José Janene tivemos algumas reuniões com o Deputado José Genoíno, que sempre estava acompanhado de um assessor, que era o Sr. Silvio Pereira, e depois conversamos com o Deputado José Dirceu, com o Ministro — o Deputado José Dirceu, depois de escolhido, já tinha sido escolhido o coordenador político do Governo —, tivemos algumas reuniões na qual tratamos, inclusive, das posições do partido, sobretudo dos cargos estaduais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É exatamente essa pergunta que eu faria em seguida. Como eram e como são hoje as relações do PP com o Partido dos Trabalhadores? Havia uma relação especial de solidariedade entre os partidos? Havia ou há algum compromisso de socorro econômico mútuo entre os partidos? Ou inicialmente essa relação se deu tão-somente com relação a integrar o Governo, seja no âmbito estadual ou no âmbito federal? De que forma particularmente se deu essa integração no âmbito federal?



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Essa integração... Primeiro, dizendo o seguinte: existe um grupo dentro do partido que faz oposição, talvez tanto quanto a oposição do PSDB, ao Governo do Presidente Lula. E nós temos um convívio, até porque nós acertamos isso no início. Depois, aqueles Parlamentares que votam com o Governo Lula têm o entendimento de apoiar primeiro aquelas medidas que possam crescer. Por exemplo: reforma de previdência, reforma tributária. Nós votamos isso no Governo anterior. Nós votamos, e isso faz parte do nosso programa partidário político. Então, as reformas que nós votamos, que apoiamos, as privatizações, etc, que, inclusive, no nosso entendimento, o Governo do Presidente Lula, que fazia uma oposição radical ao Presidente Fernando Henrique e que depois, então, eles passaram inclusive a manter a política econômica — o Ministro Palocci tem uma política econômica muito próxima, talvez até igual a do Ministro Malan, inclusive com pessoas que trabalharam nos 2 governos, como é o caso do Secretário do Tesouro Nacional —, então, nós tínhamos um entendimento para que nós pudéssemos atender aos nossos Parlamentares, os Parlamentares... Nós somos um partido sobretudo ruralista. Nós somos um partido que precisamos da ação do Governo. Nós somos um partido que os nossos projetos são no sentido de... Por exemplo, lá no Nordeste, nós temos muita dificuldade de não ter o apoio do Governo. Os Municípios são pobres, os Municípios precisam da ação do Governo Federal, porque o dinheiro que vai para lá do FPM, porque basicamente aqueles Municípios só têm a receita do FPM, você vai ver a receita do ICMS, não existe, é bem pequenininha. E para se fazer qualquer investimento ele precisa realmente da ação do Governo Federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Apenas para que não haja dúvida, vou fazer essas perguntas então de forma individualizada. No começo, no que concerne a cargos, qual foi a combinação havida entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Progressista?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - No que concerne a cargos, nós indicávamos alguns cargos. Eu, por exemplo, tinha 2 delegacias no Governo do Presidente Fernando Henrique. Eu tinha a Delegacia do Trabalho, em Pernambuco, e tinha a Delegacia do Ministério das Comunicações. Como eu era Presidente do partido, achei que não podia pleitear. E também o Deputado Pedro Henry era Líder e



também não podia pleitear um cargo para ele no Mato Grosso, enquanto não fossem atendidos os nossos companheiros nos Estados. Então, muitos dos Deputados que fizeram parte da base de sustentação do Governo do Presidente Fernando Henrique, eles procuraram manter esses cargos. É um cargo de Delegacia do Ministério do Trabalho, um cargo do DNIT, um cargo do Departamento de Produção Mineral. Enfim, são esses cargos estaduais que existem no Governo Federal nesse sentido. Mas o entendimento maior que nós fizemos com o ex-Presidente Genoíno e com o Ministro José Dirceu era no sentido de atender os nossos Municípios. E isso deixava muito claro, o Ministro José Dirceu sempre deixou claro: se as pessoas que eram indicadas tivessem um currículo, se passassem pela ABIN, são normas, as coisas normais que se faz quando se vai nomear alguém para o serviço público, e fosse competente, poderia continuar no cargo. E em relação aos recursos, tira os recursos que estavam no Orçamento para que fossem liberados para os nossos Prefeitos, para que eles pudessem fazer as obras.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu poderia inferir da fala de V.Exa. que o atendimento aos Parlamentares significaria que as emendas por eles apresentadas seriam de fato empenhadas e, portanto, pagas, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, entender também que, além da manutenção dos cargos já havidos no Governo anterior, que alguns outros Parlamentares tenham a possibilidade de indicar cargos, desde que o indicado tivesse competência técnica para tal.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É verdade. Em relação às emendas, estou aqui há muitos anos, desde que esta Casa começou a votar o Orçamento, há sempre uma dificuldade muito grande no pagamento das emendas individuais, tanto há que existe uma vontade muito grande desta Casa de fazer um orçamento para que as emendas fossem alocadas. Há sempre uma preocupação muito grande com essas emendas, e nós, que fazemos política, sobretudo quem faz política em Municípios mais pobres, em regiões mais pobres, sabe o que significa uma emenda de 100 mil reais ou de 150 mil reais para um Município carente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Havia, Deputado Pedro Corrêa, alguma relação especial de solidariedade entre os partidos, no sentido de que em havendo necessidade o PT socorreria economicamente o Partido Progressista?



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nunca tratamos disso a nível de partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É que V.Exa. disse, num dado momento, que esse dinheiro não teria sido contabilizado, o dinheiro recebido pelo Sr. Genu, que foi uma negociação direta entre o Janene e o Partido dos Trabalhadores, acho que o Sr. Delúbio.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Sr. Delúbio Soares. O Deputado Janene conseguiu esse recurso, ele conversou com o Sr. Delúbio Soares, conseguiu esse recurso. Havia já autorização que nós tínhamos que procurar esses recursos e, na verdade, nunca tivemos a oportunidade de tratar disso nem com o Deputado Genoíno, nem com o Deputado José Dirceu, nem com o Sr. Delúbio Soares. Nunca tratamos dessa ação, tanto é que esse dinheiro não foi contabilizado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas quando o senhor disse que essa relação se deu entre o Sr. Delúbio e o Deputado Janene — o senhor também afirmou hoje aqui, perante este Conselho, que é fato que o partido teria autorizado essa transação. Por que a intermediação do partido para algo que...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O partido tinha autorizado, conseguiu os recursos para o pagamento dos honorários do Dr. Paulo Goyaz, o advogado do Deputado Ronivon Santiago.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A partir do momento que o partido autoriza...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Autorizado a procurar em qualquer lugar, inclusive com seus filiados. Agora mesmo estamos tentando promover, junto aos nossos filiados... Estamos precisando de um socorro para o Fundo Partidário e estamos procurando fazer uma campanha para que a gente possa conseguir angariar recursos, para que possa resolver umas pendências que nós temos ainda dificuldades, inclusive de uma ação que perdemos no Supremo Tribunal Federal, uma ação que quando ainda era Presidente do partido o Deputado Raul Belém, que já é falecido. Mas no Município de Aragarina o partido perdeu os prazos, e lá uma gráfica do Município de Aragarina ela botou o partido na Justiça, cobrou isso judicialmente, o partido perdeu os prazos, isso terminou transitando em julgado, e



hoje devemos cerca de 900 mil reais. E já foram inclusive tirados de nossa conta por decisão judicial cerca de 300 mil.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, na verdade, o partido teria autorizado o Sr. Janene a buscar recursos para o caso específico do Deputado Ronivon Santiago?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Deputado José Janene era o primeiro tesoureiro do partido. Então, ele sabia das dificuldades que nós tínhamos e é evidente que ele...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele teve esse aval do partido para buscar esses recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - ... teve aval para procurar esses recursos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E ao obter esses recursos ele comunicou ao partido que os obteve e os destinou ao Dr. Paulo Goyaz?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É verdade. Esses recursos eram destinados ao Dr. Paulo Goyaz, tanto é que não pagamos todo o recurso do Dr. Paulo Goyaz. Na semana passada eu paguei despesas, quer dizer, o partido pagou despesas do Dr. Paulo Goyaz. Eu tenho, inclusive — depois eu mando para V.Exa. —, ordem bancária feita. Inclusive, na época, eu era o Segundo Vice-Presidente, quem assinava pela ausência do Presidente era o Dr. Paulo Maluf, e o Primeiro Vice-Presidente era o Deputado Delfim Netto. Eu assinei muitas autorizações bancárias para pagar despesas referentes aos honorários do Dr. Paulo Goyaz e também seus deslocamentos para Rio Branco.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso já na defesa do Deputado Ronivon?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ronivon Santiago. O contrato do Deputado Ronivon Santiago com o Dr. Paulo Goyaz, o primeiro contrato, foi em outubro de 2002, depois da eleição, e o segundo contrato já foi, acho, que em maio de 2003, porque eles começaram com 1, 2 ações e hoje são 36 ações. Já arquivaram 12. Ainda semana passada ele teve que voltar ao Acre para defender o Deputado Ronivon Santiago. Tem 36 ou 38 ações. Sei que já arquivaram 12, mas continuam chegando ações que tramitavam lá no Acre, que passaram no Tribunal



Superior e que chegam em recurso, com agravo, com recurso no Supremo Tribunal Federal. E cada ação dessa, com o contrato que existe, o Deputado Ronivon Santiago se obriga a pagar 80 mil reais, se não me engano, por cada ação no Supremo Tribunal Federal, e é um preço que não é um preço caro para quem defende... O advogado de Brasília sabe que realmente os custos são nesse nível.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. não saberia esclarecer o porquê de que, à época da primeira defesa efetuada, V.Exa. mesmo, enquanto segundo tesoureiro, teria assinado várias ordens de pagamento, portanto, recursos, presumo, contabilizados?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Do Fundo Partidário. Porque nós não tínhamos...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E nesta segunda oportunidade, o recurso não foi contabilizado e não houve essa autorização como aconteceu à época em que V.Exa. estava na Segunda Tesouraria.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. O recurso foi autorizado, só não foi contabilizado porque não tínhamos a doação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, houve a aquiescência do Partido Progressista. Mas que figura foi essa? Porque não estou entendendo o seguinte. Veja, Deputado Pedro Corrêa, num primeiro momento, contrata-se o advogado Dr. Paulo Goyaz. V.Exa. assina várias ordens de pagamento, como segundo tesoureiro, recursos contabilizados que eram do Fundo Partidário que integravam o partido. Num segundo momento, esse recurso não vem contabilizado, esse recurso não foi objeto de doação. Então, gostaria de saber a que título surgiram esses 700 mil reais, na medida em que, se não foram contabilizados, tem de haver alguma razão de ser para sua existência. Seria uma doação do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Janene, pessoa física?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu quero dizer a V.Exa... Está aqui: dia 27 de abril de 2004, um pagamento de 4.500 reais, foi assinado — eu já era Presidente do partido —, assinado por mim e pelo Tesoureiro-Geral do PT, o Deputado Benedito Domingos. Está aqui, inclusive, com uma ordem bancária, e está aqui o recibo do Dr. Paulo Goyaz. Outro de 4 mil reais. Eu aqui tenho — como Segundo Vice-Presidente, quando pagamos 20 mil reais, no dia 23 de janeiro de



2003 —, eu tenho correspondência do Dr. Paulo Goyaz ao Deputado Ronivon Santiago cobrando essas pendências, inclusive ameaçando deixar o caso porque ele dizia, inclusive, que estava recebendo: “Vai ser pago amanhã. Vai ser pago depois de amanhã. Esse final de semana chega essa coisa”. E não chegava o recurso. Então, na verdade, enquanto era despesa de 4 mil, de 5 mil, de 10 mil reais, de 8 mil reais, o partido tinha como fazer isso pelo Fundo Partidário. Quando essa despesa chegou a 900 mil reais, não havia possibilidade de o partido honrar isso. E o partido foi autorizado, e o Deputado José Janene, que era o primeiro tesoureiro, foi procurar recursos para esse entendimento. Como o Deputado Janene procurou o Sr. Delúbio Soares e havia um entendimento para que se fizessem alianças municipais em 2004 — o que terminou não acontecendo porque o partido, talvez, tenha sido o partido que tenha feito menos aliança com o Partido dos Trabalhadores. Então, essas coisas não aconteceram.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Pedro Corrêa, confesso a V.Exa. que eu entendo a preocupação, enquanto Segundo Vice-Presidente, de assinar essas ordens, de contabilizar, até porque era do Fundo Partidário.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Como Vice, Segundo e como Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas confesso que não compreendo o porquê de quando a quantia era mais elevada — e a meu ver com mais razão deveria ser contabilizada — ela foi autorizada pelo partido para que o Tesoureiro, o Sr. Janene, fizesse o movimento. Esse movimento para obtenção de recursos foi realizado, obteve-se e não se contabilizou. Qual a razão?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Mas para ser contabilizado é preciso que a gente tenha a origem do dinheiro; que alguém faça a doação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, o partido teria autorizado o Deputado Janene a buscar o dinheiro sem origem?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O partido autorizou. O Deputado Janene conseguiu os recursos. E o que tinha de informação era que o PT, num momento próximo, faria então essa doação e contabilizaria isso. Como não foi feita essa contabilização, nós nunca contabilizamos esse recurso, porque o recurso não teve, não tinha o doador.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Origem.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O doador.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor conhece os Srs. Marcos Valério e Delúbio Soares? Se sim, como os conheceu?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Sr. Marcos Valério nunca vi. O Sr. Delúbio Soares, estive com ele 3 vezes. Eu o vi a primeira vez no aeroporto em Brasília, fui apresentado a ele, nós estávamos viajando... Eu estava viajando para o Rio de Janeiro, o Sr. Delúbio estava no aeroporto de Brasília, o voo atrasou, e o Deputado Janene estava indo para o Paraná e ele me apresentou o Sr. Delúbio Soares. Depois, encontrei o Sr. Delúbio Soares numa festa na churrascaria, no Porcão, quando eles mandaram uma mesa para que nós comprássemos isso. Compramos eu, o Deputado Mário Negromonte, que está aqui, o Deputado Vadão Gomes, acho que outro Deputado, e fomos à festa. Depois, encontrei o Sr. Delúbio Soares — eu fiz uma viagem para o Rio, ia para uma reunião do partido lá com o Ministro Dornelles —, eu peguei o avião, cheguei atrasado, fiquei na frente e quando eu cheguei ao Rio, encontrei o Sr. Delúbio Soares. Como eu estava com o carro que o Ministro Dornelles tinha mandado me buscar, perguntei se ele queria uma carona. Ele ficou esperando comigo. O carro demorou, porque estava no estacionamento. Ele, então, pegou um táxi, porque disse que estava apressado, e foi embora. Foram as 3 vezes em que estive com o Sr. Delúbio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Três reuniões, portanto, ocasionais e informais.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ocasionais e informais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em algum momento o Sr. Delúbio foi apresentado a V.Exa. ou ao seu partido como alguém que poderia operacionalizar um acordo ou viabilizar entradas de recursos para o PP, até mesmo para sustentação da base ou para atender os Parlamentares?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Nunca.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual o seu relacionamento com o Deputado José Janene? Qual a posição que o Deputado José Janene ocupa na bancada do PP? Por último, o Deputado José Janene, na opinião de V.Exa., possui



ou possuía alguma ascendência hierárquica junto à bancada do PP ou junto à administração do partido?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Bom, o Deputado Janene era o primeiro tesoureiro do partido, na época. Houve uma disputa da Liderança entre o Deputado José Janene e o Deputado Pedro Henry. Quando nós nos elegemos, éramos 49 Deputados, nós nos reunimos — depois perdemos alguns Deputados ainda antes de assumir o mandato —, e aí nós nos reunimos no Hotel Nacional, sob a presidência então — porque o Dr. Paulo Maluf era o Presidente do partido, mas não estava no Brasil...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso em que época, Deputado? Só para nos localizarmos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Em 2002. Depois da eleição. Nós nos reunimos — já depois do segundo turno —, nos reunimos, a bancada foi reunida no Hotel Nacional, sob a presidência do Deputado Delfim Netto. Ele era o Primeiro Vice-Presidente, eu era o Segundo Vice-Presidente, e o Dr. Paulo Maluf era o Presidente do partido. Então, nós fizemos uma reunião para a escolha do Líder, porque precisava chegar à Câmara já com o Líder escolhido. Isso em dezembro de 2002. E aí havia uma disputa entre o Deputado Celso Russomanno, o Deputado José Janene e o Deputado Pedro Henry. No fim, foi feito um entendimento, e o Deputado Pedro Henry foi escolhido Líder. Então, foi feita pela bancada uma escolha minha, do Deputado Pedro Henry e do Deputado José Janene. Informamos à bancada que havia um convite do Deputado José Genoíno, que era Presidente do PT, para a gente conversar sobre apoio ao Governo. Foi, então, criada essa comissão, que éramos o Deputado Pedro Henry, eu e o Deputado José Janene. Depois, quando Pedro Henry deixou a Liderança...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em que época o Deputado Pedro Henry deixou a Liderança?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Deixou a Liderança em 2005, no começo deste ano. Em 2005 ele deixou a Liderança, foi Líder por 2 anos. Aí, o Deputado José Janene é o Líder até hoje. É o nosso Líder.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nesse período de 2003 e 2004, mesmo estando o Deputado Pedro Henry à frente como Líder, o Deputado Janene



tinha uma certa ascendência — eu volto à pergunta — junto ao partido ou junto à estrutura partidária, junto à bancada ou junto à estrutura partidária?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós fomos escolhidos pela bancada para representar os interesses dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eram os 3?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eram os 3. Eu, o Deputado Pedro Henry e o Deputado. Éramos, inclusive, indicados para conversar sobre os cargos dos Parlamentares ou sobre a dificuldade que cada Parlamentar tinha em relação ao Governo na liberação de recursos, na *(ininteligível)*...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exas. eram os interlocutores oficiais do PP?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Éramos os interlocutores. Em abril me elegi Presidente do partido. Fiquei na Presidência, o Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em abril de...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - De 2003. Em abril de 2003. Antes, eu era o Segundo Vice-Presidente. Em abril me elegi Presidente do partido, numa disputa inclusive com o Dr. Paulo Maluf, que era o Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu faria uma pergunta agora, até em razão do assunto que foi trazido à baila por V.Exa. ainda hoje. O senhor poderia nos dizer se o PP tem ou teve algum negócio com o Banco Rural, em primeiro lugar? Em segundo lugar, houve algum tipo de aplicação, e de que espécie, do Partido Progressista junto ao Banco Rural? Por último, se a Corretora Bonus-Banval faria parte de uma eventual triangulação de eventuais aplicações porventura feitas pelo Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu quero dizer a V.Exa., Deputado Carlos Sampaio, eu apenas tenho... Eu pago uma promissória na minha vida, porque comprei uma vez um cavalo. Sou criador de cavalo pônei lá em Pernambuco e comprei um cavalo e as promissórias vinham para o Banco Rural. Eu só tenho conhecimento do Banco Rural disso. Eu nunca fui ao Banco Rural. Eu não me lembro de ter ido nem ao BMG, nem ao Banco Rural, em nenhuma agência no Brasil. O partido nunca teve nenhum negócio com esses bancos e, além de tudo, o partido, pelo menos, o que me lembro do partido, eu nunca vi o partido tomando,



aplicando dinheiro. Ele sempre estava devendo, e devendo sempre com dificuldades imensas, sem poder pagar os... devendo à produção, devendo aos programas que se fazia, devendo em gráfica. Então, era sempre dívida com as convenções nacionais. Então, à Fundação Milton Campos ficamos devendo 1 milhão e tanto. Ainda hoje estou respondendo a uma ação dos Procuradores da Fundação. Estive, semana passada, com o Ministro Marco Aurélio, mostrando que fizemos um entendimento e estamos pagando — além de descontar os 20% do Fundo Partidário para a Fundação —, estamos pagando mais 80 mil reais por mês para que a gente possa saldar essas dívidas. Então, quando eu peguei o partido, o partido já estava com um débito de uns 3 ou 4 milhões. Hoje, deve estar devendo uns... Bom, a dívida maior era a dívida de Araguaína e deve dever ainda um dinheiro à Fundação, mas a Fundação deverá estar paga até dezembro, porque estamos recolhendo e pagando mais 80 mil. Então, nós ficamos sempre devendo. Eu sempre peguei o partido devendo e com dificuldade imensa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu confesso que também tenho conhecimento das dificuldades de todos os partidos, não é a regra aplicada, mas a regra é ter dificuldades financeiras. Mas é que, salvo engano, o Sr. Genu, quando foi ouvido na Polícia Federal, teria afirmado que acompanhou, quando dos saques dos dinheiros no Banco Rural, teria acompanhado o Sr. Janene até a Corretora Bonus-Banval. Eu queria saber o porquê dessa ida até a corretora.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não sabia. Eu tomei conhecimento disso também pelos jornais, de que o Deputado José Janene tinha uma filha que trabalhava na Bonus-Banval. Eu não sabia o que era Bonus-Banval. Não tinha conhecimento de Bonus-Banval, mas...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não saberia dizer o que o Deputado Janene e muito menos o Genu foi fazer na Bonus-Banval?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, não. O Deputado Janene conheceu o Sr. Anivaldo Quadrado. A informação que eu tenho, inclusive, que o Deputado Janene me informou, era de que essa filha dele foi escolhida estagiária. Ela formou-se em Economia, trabalhava com mercado financeiro, com Bolsa, e se inscreveu para fazer um teste lá na Bonus-Banval. Eles tinham, aí, um assunto de estagiária. E foi dessa maneira que ela conseguiu esse cargo na Bonus-Banval.



Depois, então, o Deputado Janene esteve lá algumas vezes e conheceu o Sr. Anivaldo Quadrado. Essa é a informação que eu tenho. Não sei quem é esse Anivaldo Quadrado. Ele pode estar perto de mim e não sei quem é.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Especificamente com relação ao Sr. João Cláudio Genu, eu perguntaria se o senhor o conhece, o nível de conhecimento que o senhor tem com relação a ele, qual era a função dele no PP e, caso o senhor saiba, qual era o tipo de relacionamento que ele mantinha com o Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Bom, o Sr. João Cláudio Genu trabalhou com vários Deputados aqui na Casa. O último deles era o Deputado Rubem Medina. Ele tinha uma ligação com o Deputado Rubem Medina, tanto é que ele foi Secretário-Geral ou Tesoureiro do PFL no Rio de Janeiro. O título dele era do Rio de Janeiro. Quando o Deputado Rubem Medina — o Deputado não se reelegeu, então, ele era vizinho de gabinete do Deputado Janene. E veja bem: essas coisas todas, depois, é que a gente vai sabendo quando as coisas vão acontecendo. E aí ele foi escolhido, o Deputado Janene chamou ele para trabalhar com ele. Ele ficou como Assessor do Gabinete do Deputado Janene até o momento em que o Deputado Janene se elegeu Líder do partido e o colocou, então, na Liderança, num cargo daquele de CNE.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, na verdade, o vínculo maior, pelo que pude entender do Sr. João Cláudio Genu, em que pese depois ter assessorado o Deputado Pedro Corrêa na Liderança, era e vinha de um relacionamento com o Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Deputado José Janene.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Sr. João Cláudio Genu afirmou, em depoimento junto à Polícia Federal — e, aliás, por ele mesmo enviado a este Conselho —, que, por diversas vezes, foi à agência do Banco Rural em Brasília sacar grandes quantias em dinheiro, saques esses feitos em espécie, sempre por ordem de uma pessoa que eu diria, eu chamaria de o misterioso Sr. Barbosa, e que essas ordens eram confirmadas sempre pelos Deputados José Janene ou pelo senhor, e, somente após essa confirmação, é que ele iria até o banco sacar esses



valores. O que o senhor tem a dizer sobre isso e quem seria esse Sr. Barbosa tão referido pelo Sr. Genu em seus depoimentos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Sr. Barbosa que eu conheço era um ex-contador do partido que faleceu, acho que em setembro do ano passado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se me permite, Deputado, até para que não houvesse dúvida. Até agora não entendi. Ele era um contador do partido ou ele era o tesoureiro?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Contador do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, um contador que assistia ao partido como um todo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não sei. Eu nunca tive conhecimento de que o Sr. Barbosa soubesse desse entendimento com o Sr. João Cláudio Genu. Eu não sei. Ele disse que o nome da pessoa é Sr. Barbosa. Eu realmente... Ele pode explicar isso. Eu não sei, não sei. Ele diz que recebeu um telefonema do Sr. Barbosa e então ele ia à agência do Banco Rural. Ele apenas telefonava para mim, até porque, como Presidente do partido, ele tinha que informar as coisas. Ele ligava para mim e dizia: "Olha..." Primeiro, inicialmente, o Deputado Janene nos avisou que ia conseguir os recursos. Nós fizemos um parcelamento com o Dr. Paulo Goyaz, autorizamos... o Dr. Valmor Giavarina era o nosso advogado, chefe do nosso departamento jurídico, depois é que nós... quando o Dr. Valmor Giavarina adoeceu é que nós então contratamos o escritório do Dr. Ferrão. Isso tudo autorizado pela Executiva do partido. E aí o Genu me telefonava, o João Cláudio me telefonava — aliás, Genu é uma coisa que eu passei a conhecer só depois também desse assunto, sempre chamei ele de João Cláudio —, João Cláudio me ligava e dizia: "*Olha, já conversei com o Deputado Janene, vai ter recurso hoje*". Isso porque os recursos foram atrasados. Os recursos nunca chegaram, na época. Na verdade eram 900 mil. Fizemos um parcelamento de 300, 200, 200, 200. Nunca foi cumprido, tanto é que as cartas do Dr. Paulo Goyaz eram todas nesse sentido, que ele não ia mais advogar, não ia mais fazer, porque não se pagava a ele, se prometia, se fazia os entendimentos e ele não tinha como advogar, porque não tinha nem como cobrir as despesas. Às vezes, inclusive, que ia ao Amapá, ele tirava recursos do bolso, essa coisa. Então, havia essa preocupação. Então ele ligava para mim e eu ligava



para o Dr. Valmor e dizia: *“Dr. Valmor Giavarina, os recursos vão chegar, você faz aí o entendimento com o Dr. Paulo Goyaz”*.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dr. Valmor ?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Giavarina.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Era?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Era o Chefe do Jurídico do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Fazia parte da Executiva?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Hein?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Fazia parte da Executiva ou apenas advogava para o partido?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele foi Deputado pelo Paraná. Eu acho que da Executiva ele não fazia parte. Ele fazia parte do Diretório Nacional. Eu estou informando, essa informação, na verdade, eu não posso lhe afirmar. Mas ele era funcionário da Liderança do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas na época V.Exa. ligava para ele tão-somente para que ele tomasse as medidas necessários no âmbito jurídico.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - No âmbito jurídico. Para conversar com o Dr. Paulo Goyaz. Quem tratava de todos os assuntos com o Dr. Paulo Goyaz era ele. Até porque é preciso que a gente deixe muito claro que a gente, alguns de nós aqui dirigiu o partido, e na verdade, na verdade, a gente não tem muito tempo de cuidar de partido. O partido troca a Executiva, troca a Direção, mas aqueles funcionários que são os funcionários que tocam o partido aqueles são os permanentes, são os que ficam permanentes, que fazem os entendimentos. A gente dá apenas a diretriz. Mas na verdade... E o meu partido é um partido que a bancada... Como o partido não tem Governador, não tem Prefeito de Capital, é um partido de Deputado Federal, inclusive não tem Senador. E aí...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - São quantos Deputados hoje?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Hoje, 54.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Cinquenta e quatro. Eu faço a pergunta sobre o Sr. Barbosa, porque veja, eu, como Sub-Relator da CPI dos Correios, também tive a oportunidade de ter conhecimento dos depoimentos do Sr. Genu. E eu confesso que, pelo menos a mim me parece estranho que V.Exa., como



Presidente do partido, era comunicado pelo Sr. Genu da seguinte forma: *“Olha, contatei o Sr. Barbosa; o dinheiro está à disposição”*.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Ele me dizia que ... eu recebi informações de que a encomenda estava no Banco Rural.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso, mas pelo Sr. Barbosa. Nunca lhe ocorreu perguntar quem era o Sr. Barbosa?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Ele nunca me informou quem era o Sr. Barbosa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E nem lhe ocorreu perguntar?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nem me ocorreu perguntar. Eu achava inclusive que quem poderia informar isso era o Deputado Janene. Eu achava que ele era quem tinha conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o Sr. Barbosa, o senhor afirmou que seria um contador do partido...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu avisava isso a ele, e o Dr. Valmor ligava para o Sr. Valmir Crepaldi, que é funcionário do partido, e ele preparava então as coisas para ir para lá, para o 17º andar. Quando eu assumi a Presidência do partido, a Tesouraria era também no 17º andar. Mas como nós temos 2 salas no Edifício Assis Chateaubriand, eu transferi a Tesouraria, porque era uma reclamação, já de muito tempo, do pessoal que trabalhava de que havia assim... de que era muito bagunçada a Tesouraria. E como era necessário que tivessem realmente aqueles documentos todos para serem catalogados, aí então nós conseguimos transferir a Tesouraria para o Assis Chateaubriand. Ela funciona lá. E quem toma conta da Tesouraria são esses funcionários e o Sr. Valmir Crepaldi.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quando V.Exa. disse que se limitava a comunicar ao Sr. Valmir Crepaldi que tomava todas as... ou preparava todas as coisas necessárias, na expressão de V.Exa., a mim me parece que havia uma certa oficialização nisso, ou pelo menos uma tentativa. Se V.Exa. era tão somente comunicado, mas pedia ao Sr. Valmir Crepaldi que preparasse as coisas, é porque se imaginava uma verba perfeitamente contabilizável.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós achávamos que isso ia ser contabilizado, porque... Como nós tínhamos total certeza de que esse dinheiro era



do PT, que o PT ia contabilizar, até porque como ele tinha dado saída aos recursos dele, ele teria que, na sua prestação de contas, apresentar isso na sua contabilidade. Então, nós sempre esperamos e sempre pensamos que... tanto é que o Dr. Paulo Goyaz recolheu o Imposto de Renda. Nós fizemos ... Evidentemente que não recolhemos imposto, mas fizemos um entendimento com a Receita Federal para pagar esses impostos, até porque nós estamos hoje fiscalizados por denúncias. A Receita Federal tem fiscalizado todos os partidos políticos. E nós tínhamos certeza de que íamos contabilizar isso. Não contabilizamos porque nunca tivemos a origem do dinheiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agora, V.Exa., como Presidente, diante dessa não-contabilização por parte do PT, não lhe ocorreu, por exemplo, procurar o Presidente José Genoíno e dizer: *“Olha, nós estamos numa situação delicada. Veio um dinheiro. Esse dinheiro está pagando um Deputado do Partido Progressista. O Partido Progressista precisa dar uma origem para esse dinheiro. Enquanto o PT não fizer isso, nós vamos permanecer numa situação extremamente delicada e uma relação obscura entre partidos”?*

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu nunca tratei de assuntos financeiros com o Deputado Genoíno, até porque ele não tratava de um assunto desses.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas eu digo como Presidente do partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nem como Presidente também.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não. Eu digo, sabendo que o dinheiro não tinha origem...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu avisei sempre: *“Janene, você tem que conseguir isso. O Delúbio tem que conseguir a autorização desse recurso para a gente contabilizar”*. E nunca contabilizamos por isso. Nunca chegou. Não soube. Depois é que eu vim saber que o dinheiro era de Marcos Valério. A certeza que eu tinha era de que o dinheiro era do PT. E que o PT ia depois fornecer os recibos, fornecer os documentos, para que nós pudéssemos contabilizar esses recursos.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Segundo ainda o Sr. João Cláudio Genu, todos esses valores, quando sacados, eram levados ao 17º andar, onde era a sede do PP à época.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É a sede do PP. Anexo I do Senado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Do PP?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Do Partido Progressista. E lá eram entregues ao Sr. Barbosa. Então, em que pese ser um contador, ele tinha assento na sede do PP, o Sr. Barbosa?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. As informações que eu tenho é que esses recursos eram entregues ao Dr. Valmor Giavarina. Foram 3 vezes: 2 vezes foram entregues ao Dr. Valmor Giavarina e uma vez foi entregue ao...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É Valmor Javalini?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Giavarina.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Giavarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É. Giavarina. E outra vez foi entregue ao Sr. Walmir Crepaldi, da vez em que ele recebeu os 100 mil. Das 2 vezes em que recebeu 300 e 300, entregou ao Dr. Valmor Giavarina, e 1 vez ele entregou ao...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Sr. João Cláudio Genu, que era quem sacava os dinheiro, dizia que ia até ao 17º andar, Anexo I do Senado, onde esse dinheiro era entregue ao Sr. Barbosa. Ele afirma textualmente em seu depoimento.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu acho que... A informação que ele me disse era que era o Sr. Barbosa. Eu não tenho essa informação. Até porque, eu quero dizer a V.Exa., Deputado Carlos Sampaio, eu vou ao partido quando tem reunião da Executiva. Eu vou raramente ao partido. Inclusive, quando os assuntos do partido precisam ser despachados, as pessoas do partido vêm até meu gabinete ou vão à minha casa, ao meu apartamento, aqui em Brasília, e eu despacho lá. Mas normalmente eu vou ao partido nas reuniões formais do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na concepção de V.Exa., entregues ou não ao Sr. Barbosa, na verdade, quem dava uma destinação



específica, que era justamente o pagamento do advogado Paulo Goyaz, ou era o Sr. Walmir Crepaldi ou o Sr. Valmor Giavarina?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É verdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor chegou a... Bom, o senhor já afirmou aqui que não sabia a origem desse dinheiro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu tinha certeza de que era do PT. Até porque se dizia que o PT estava com as burras cheias, que todo o mundo contribuía. O PT estava comprando 5 mil computadores. Aliás, fazia inveja a todos os partidos, porque...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Cinco mil computadores foi com o empréstimo do Banco do Brasil, não?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Era.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Privilégio de poucos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Então, eu sabia que era um partido que tinha muitos recursos. Aliás, uma vez, eu, conversando com uns Parlamentares, aliás, com o Senador Sibá Machado, eu estive conversando com ele e ele me disse que, ao invés de o partido mandar recursos para lá, ele mandava 8 mil reais todo mês de contribuição dos filiados para o Nacional. Eu digo: *“Isso é um partido extraordinário”*. Porque nós, do PP, mandamos mais de 50% para os Diretórios Estaduais. E, na verdade, é uma grita imensa, porque eles vivem todos atrapalhados. Lá não tem recursos, não tem nada; é cortando linha telefônica, é tudo isso. Então, eu sei da dificuldade toda. E como eu tenho convivido sempre, eu convivo assim. Então, é uma coisa inusitada o Nacional receber do Diretório Estadual.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. saberia informar o nome completo do Sr. Barbosa?

Eu até lhe digo por que, Deputado Pedro Corrêa. Sei que V.Exa. disse que sequer o conhecia e que...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, eu conhecia. O Barbosa eu conhecia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Conhecia?



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Conhecia. Era o contador do partido. Estive algumas vezes com ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Porque eu não sei o nome dele completo e...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Sr. Pedro Barbosa. Não sei o resto do nome. Sr. Pedro Barbosa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pedro Barbosa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Era meu xará.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E a informação que se tem é que ele teria falecido, mas também não se tem o atestado de óbito, não se sabe de onde ele era.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele faleceu. Ele tinha um escritório de contabilidade em Taguatinga.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A família é de Taguatinga?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não sei.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quer dizer, como é que nós poderíamos entrar em contato com familiares?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Esse escritório... Quando o Dr. Paulo Maluf foi Presidente do partido, o Secretário-Geral era, na época, o Deputado Benedito Domingos. E era ele quem administrava o partido, por conta de que o Presidente vinha poucas vezes aqui. Como, aliás, o Secretário-Geral sempre administra o partido, toda a parte de correspondências, a parte de documentos, essa coisa toda. Então, ele sempre administrava. E foi ele, então, que escolheu o Sr. Pedro Barbosa. Eu, quando cheguei ao partido, o Sr. Pedro Barbosa já fazia a contabilidade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, é bem provável que talvez o Sr. Benedito Domingos possa nos fornecer essas informações de onde encontrar os seus familiares.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Mas, ainda hoje... Acho que não tem dificuldade, porque ainda hoje esse escritório faz a contabilidade. Eu acho que é a filha dele. Eu não sei quem é que faz.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É de contabilidade, em Taguatinga?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não sei quem faz, mas acho que tem uma filha; ele deixou uma filha que faz a contabilidade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço essa informação.

Mais uma pergunta: com relação à época em que esses recursos foram sacados do Banco Rural pelo Sr. João Cláudio Genu, qual era a estrutura do partido? V.Exa., naquele ano, era Presidente. Como vinha a estrutura do partido àquela época?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Primeiro Vice-Presidente era o Deputado Delfim Netto; o Segundo Vice-Presidente, o Deputado Dornelles; o Terceiro Vice-Presidente acho que era o Deputado Augusto Nardes; o Quarto Vice-Presidente era o Deputado Ricardo Barros. Tínhamos 15 Vice-Presidentes. O Secretário-Geral, inicialmente, acho que era o Benedito, depois foi o... O Secretário-Geral não foi Benedito, foi... Quando Benedito foi ser Tesoureiro, o Secretário-Geral era Leodegar Tiscoski. Depois, então, no meu segundo mandato, o Secretário-Geral... O Benedito Domingos voltou à Secretaria e o Deputado Leodegar Tiscoski foi para a Tesouraria. Quero deixar muito claro também que a gente não colocou esses recursos do partido nas contas do partido porque o partido estava com as contas bloqueadas. Nós tínhamos ações... Essa ação de Aragarina bloqueava. Era uma coisa de gato e rato para a gente conseguir sair os recursos do TSE e a gente conseguir pagar as contas. Porque essa ação de Aragarina ainda foi na época em que o Deputado Raul Belém era Presidente do partido. Isso transitou em julgado. Ainda hoje nós devemos. Pagamos 300 mil e devemos 900 mil. Estamos tentando fazer um acordo, mas não conseguimos fazer, porque a sentença foi transitada em julgado e os credores não têm interesse. Então, temos conseguido, lutando com os advogados, tentando ver se a gente faz perícia, se faz isso... Mas, na verdade, nós tínhamos questões trabalhistas, porque nós tiramos os funcionários do partido e conseguimos, num entendimento, na época, com o Deputado Pedro Henry... A gente tinha tanta dificuldade e tinha uma folha alta. Quando eu me elegi — e ele também estava junto —, nós precisávamos fazer com que o partido crescesse. Fizemos 38 encontros regionais do partido. Andamos o Brasil todo.



Conseguimos conversar. Aumentamos o número de filiados do partido. Reunimos as lideranças. Levávamos inclusive a família. Foi uma coisa muito boa, porque o partido se tornou uma família. Mas nós tínhamos os recursos bloqueados. Quando Pedro Henry foi para a Liderança e eu fui para a Presidência, nós acertamos que os funcionários que eram do partido íamos tirar da folha do partido e íamos colocar na Liderança do partido e no nosso gabinete. Quer dizer, era uma maneira que a gente tinha de fazer uma contribuição ao partido. E aí, então, a maioria desses funcionários foi trabalhar. E alguns deles não aceitaram isso e entraram com questões trabalhistas que terminaram sem entendimento, bloquearam conta. Mas, graças a Deus, tudo foi resolvido. Mas era a necessidade que havia do partido de resolver esse assunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ainda retornando àquela questão do Sr. Pedro Barbosa...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - E o partido estava realmente sem poder fazer depósito na conta dele, porque se fizesse o depósito a Justiça vinha e bloqueava.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entendi.

Ainda com relação ao Sr. Pedro Barbosa, apenas para terminarmos a indagação no que tange a ele, o senhor tem conhecimento de que ele atuava no 17º andar do Anexo I do Senado Federal também, além de no seu escritório de contabilidade em Taguatinga?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, eu devo ter visto esse Dr. Pedro Barbosa umas 2 vezes no 17º andar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas ali no Senado?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Era. No Anexo I. Mas ele ficava no escritório de contabilidade. Os documentos eram...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas comparecia às vezes. As vezes em que o senhor o encontrou foi no Anexo I?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, encontrei umas 2 vezes em solenidades do partido. Ele era também filiado ao partido no Distrito Federal. Encontrei-o algumas vezes. Houve uma reunião no Hotel Nacional em que o palestrante era o Ministro Pratini de Moraes. Aí eu me encontrei com ele. E mais 1



ou 2 vezes. Ele não era freqüentador do 17º andar. É muito fácil saber. Basta perguntar aos funcionários que estão lá.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em sua defesa escrita, V.Exa. teria dito que o PP — e afirmou aqui hoje — utilizou todo esse dinheiro para ajudar na defesa do Deputado Ronivon Santiago. Isso, no que tange a arcar os custos de honorários advocatícios.

Ao que me consta, Deputado Pedro Corrêa, a maioria das ações propostas contra o Deputado Ronivon foram provenientes inclusive de ações propostas pelo próprio Partido dos Trabalhadores.

Então, veja: num dado momento, o Partido dos Trabalhadores, entendendo que era antiética a conduta do Deputado Ronivon, ele aciona o Deputado Ronivon. Ato seguinte, constituída a base do Governo, o Partido dos Trabalhadores vem e fornece recursos para que se defenda aquele Deputado contra o qual o próprio Partido dos Trabalhadores representou, entendendo que ele tinha um proceder antiético.

Talvez não fosse nem V.Exa. o responsável por essa resposta, mas a impressão que se tem é que ou o PT mudou sua visão ética — num dado momento, entendia que o Deputado Ronivon deveria ser representado, e, num outro momento, para garantir a sua base aliada, entendia que ele deveria ser defendido; portanto, custeou esses advogados — ou, de fato, o dinheiro teve uma destinação outra. Senão, o PT mudou realmente sua visão ética sobre o Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer a V.Exa. que não tinha sentido o partido, em Brasília, na sua maioria votando em favor das ações dos projetos do Governo do Presidente Lula, ser massacrado no Acre. Já tínhamos perdido um Deputado e estávamos na iminência de perder o outro. Não tinha sentido isso. Depois, o seguinte: eu não sei se o PT... porque eu não participei desse entendimento, não sei como é que foi feito esse entendimento para pagar os advogados. Eu sei que o nosso partido, a bancada, a Executiva, tinha autorizado o partido a conseguir recursos para pagar os honorários do advogado do Deputado Ronivon Santiago. E essa coisa de condição aética e antiética, eu não sei se... até porque o PT nunca admitiu que tenha entrado com



ações contra o Deputado Ronivon Santiago. Mas, na verdade, nós sabíamos dos interesses disso, porque nós elegemos 25...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - “Disso”, que o senhor disse, é do próprio interesse do PT?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É. Nós sabíamos disso porque elegemos 25% da bancada federal de lá, e na verdade o partido estava forte. E quando tivemos uma reunião com o Senador Sibá Machado e o Deputado Nilson Mourão — tivemos uma reunião eu e o Deputado Pedro Henry, o Senador Sibá Machado, o Deputado Nilson Mourão e o Deputado Ronivon Santiago, na Liderança do partido —, nós deixamos claro que não podíamos admitir que o partido massacrasse nossos companheiros no Acre, quando o partido estava pedindo os votos nossos para que nós pudéssemos ajudar o Governo do Presidente da República. Então, não tinha sentido. Já tínhamos perdido um Deputado e estávamos na iminência de perder o outro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Bom, eu confesso a V.Exa.: eu tenho para mim que nessas questões éticas assim não se transige da forma como o PT transigiu. Temos a impressão de que é aquele conceito de moral elástica: ela vai se ampliando conforme o interesse do partido. Eu acho que o partido poderia perfeitamente contribuir com o Partido Progressista, poderia...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só para concluir, poderia ajudar o Partido Progressista, mas não transigir no sentido de rever uma posição sua: que, no primeiro momento, aciona o Deputado Ronivon, achando que ele teve uma série de condutas irregulares, antiéticas e até mesmo ilegais no âmbito eleitoral, e, no segundo momento, oferta dinheiro para advogados que pudessem defendê-lo. Parece-me uma contradição inexplicável.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu gostaria apenas de informar a V.Exa., Deputado Carlos Sampaio, que eu não tenho conhecimento de que o Deputado Ronivon Santiago tenha tido uma conduta antiética em relação a esse processo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não é pela visão nem minha nem de V.Exa., não. Digo pela visão do PT.



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O PT queria o mandato dele, era diferente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O PT queria o mandato dele e, num dado momento...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Queria o mandato dele, para que assumisse alguém que pudesse fazer o entendimento com o PT.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Veja, Deputado Pedro Corrêa, num primeiro momento, o PT queria o mandato dele; num segundo momento, para garantir a base aliada, ele dá recursos para defender o mandato dele. Como é que se pode compreender uma contradição ética do PT com relação a isso?

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O interessa nacional tinha que prevalecer sobre o interesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Neyde Aparecida, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Sr. Presidente, eu sei que há uma inquirição neste momento. Eu gostaria de, na verdade, saber se o nosso Relator está aqui para julgar o PT ou está aqui para ouvir a pessoa que está dando um depoimento. Já em várias oportunidades o Relator tem sempre falado de forma pejorativa sobre o meu partido, dizendo coisas inclusive que não são verdadeiras — dizendo que o PT tirou empréstimo no Banco do Brasil, quando todo mundo sabe que foi um *leasing*.

Então, eu gostaria que nós nos ativésemos realmente a estar ouvindo o Deputado Pedro Corrêa, que está aqui para fazer seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu gostaria de responder a V.Exa. da seguinte forma: primeiro, V.Exa. pouco frequênta este Conselho de Ética. Talvez aí o porquê da falta de informação sobre as minhas indagações, se V.Exa. me permitir concluir. Em segundo lugar, eu farei as perguntas que entender necessárias e da forma que entender conveniente, sem que V.Exa. pautas as perguntas que tenho que fazer.



A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Não...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em terceiro lugar, gostaria de dizer a V.Exa. também que, *leasing* ou não, somente o PT obteve esse *leasing*. E, aliás, tendo...

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Talvez porque outro não tenha procurado, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, talvez porque nenhum outro partido tenha tido a cara-de-pau de procurar o Banco do Brasil para pedir um *leasing* de 10 milhões de reais, dando como avalista o Presidente do partido, que não tinha patrimônio para pagar sequer um décimo do valor do *leasing*.

Se V.Exa. pudesse me deixar continuar inquirindo, acho que seria mais importante...

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - E se V.Exa. fosse um pouco mais educado, eu também agradeceria.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu estou sendo educado, elegante, como tem sido o meu proceder.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - E dizer para o senhor que eu sou suplente aqui e eu venho quando a titular não está.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. vem quando pretende defender o PT, não para participar das votações.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Eu venho quando a titular não está, e tenho o direito de fazer isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E fará, e eu me posicionarei da forma que entender oportuna.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator da matéria, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação especificamente à esse recurso — V.Exa. já afirmou, e eu só gostaria que reiterasse aqui —, como minha última indagação, Pedro Corrêa, e agradecendo a atenção de V.Exa., realmente, então, não houve esse registro da entrada de um partido para o outro?



Em segundo lugar, V.Exa., como Presidente do partido, sabia que, em havendo essa oficialização, na verdade a legislação veda a doação de um partido para outro?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, eu não tinha conhecimento de que a legislação veda — acho que até hoje eu não sei —, mas evidentemente que seria examinado pelo Departamento Jurídico do partido. Eu sou médico. Embora eu, esses anos todos aqui, tenha aprendido muita coisa sobre legislação, conheça bem em relação a projeto, mas não sabia disso. E não foi contabilizado, porque, na verdade, eu não tinha como contabilizar. E não depositamos na nossa conta porque, se fosse depositado, certamente a Justiça tinha tomado. E aí não resolveria nem o problema do Dr. Paulo Goyaz nem do Deputado Ronivon. E volto a dizer, Deputado Carlos Sampaio: eu não recebi vantagem nem para mim nem para o Deputado Ronivon Santiago. Eu fui autorizado pelo meu partido. Quer dizer, eu fui autorizado não, a Executiva foi autorizada. Eu não era Presidente ainda do partido, eu era o Segundo Vice, mas participava da administração do partido. E nós fomos autorizados a conseguir recursos para pagar o Deputado, os advogados, os honorários do Deputado Ronivon Santiago. Tanto do Deputado Ronivon Santiago como do Deputado Narciso Mendes. Só que o Deputado Narciso Mendes era um empresário que tinha as condições para ir pagando o seu advogado. E foi também ele que constituiu como seu advogado o Deputado Ricardo Fiuza, que não cobrava honorários a ele. Mas perdeu inclusive o mandato o Deputado Ronivon Santiago. E não quero dizer que não tenha sido o Deputado Ricardo Fiuza um bom advogado. É que, na verdade, na verdade, o Deputado Narciso Mendes, ele deixou correr o processo à revelia, e quando o Deputado Fiuza assumiu o processo em Brasília, na verdade, ele já estava cassado. Ele assumiu a nível do recurso, essa coisa, e aí perdeu o mandato. E, por isso, nós ficamos lutando para salvar o mandato do Deputado Ronivon. E até hoje nós estamos lutando por isso. É um companheiro. E eu quero dizer que isso é praxe do nosso partido. Nós temos aqui o Dr. Eduardo Ferrão, um dos grandes advogados de Brasília, o Dr. Baeta, o Dr. Marcelo Leal, e, na verdade, nós fornecemos isso aos companheiros. Todos os assuntos que são referentes às questões dos Tribunais Superiores, o partido ajuda os Parlamentares, até porque a gente sabe que qualquer advogado que vai defender uma causa de Deputado cobra 100 mil reais, 100 mil dólares, não sei quanto, e o Deputado não



tem condições de fazer isso. Então, nós, embora sejamos de um partido que tenha tido a função de ter tido muita coisa no Governo, nós somos um partido de classe média, média mesmo. Os Parlamentares nossos não têm dinheiro para pagar advogado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu queria agradecer ao Deputado Pedro Corrêa pela forma como respondeu a todas as indagações, e também toda a documentação acostada ao Conselho de Ética; aos nobres defensores, e, particularmente, a paciência a todos os nossos colegas membros do Conselho de Ética.

Tendo em vista a informação de que o Deputado Orlando Fantazzini foi em busca de alguns documentos em seu gabinete, eu solicitaria à Presidência que suspendesse por alguns minutos a sessão, para que o Deputado Fantazzini pudesse assumir a relatoria deste caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, o próximo inscrito é o Deputado Orlando Fantazzini, que é o Relator do Processo nº 14, de 2005. Ele pediu um prazo de 1 ou 2 minutos. Então, vamos suspender a sessão exatamente por 2 minutos .

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Falei com V.Exa., logo no início desta sessão, que eu tinha uma certa dúvida, por isso estava dando entrada numa questão de ordem.

Ontem recebi a resposta enviada por V.Exa., do Presidente do Partido dos Trabalhadores, sobre o questionamento que fiz no dia 10. No dia 8 recebi a defesa do Representado, já no dia 10 fiz o questionamento a V.Exa., que o fez ao partido, e ontem o Presidente Ricardo Berzoini já respondia de forma incompleta o



questionamento que fiz. V.Exa. enviou-me. Mas neste instante faço um questionamento quanto à legitimidade e gostaria que esta questão de ordem fosse respondida por V.Exa., porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nobre Deputado, no começo desta reunião decidimos que esse assunto e outros vamos comentar amanhã cedo, numa sessão administrativa. São diversos: o caso do Deputado José Janene, o caso do PT, a falsidade da assinatura, a resposta do Presidente do PT e o caso do Deputado Onyx Lorenzoni.

Então, programei uma reunião para amanhã cedo apenas para debatermos o problema administrativo desses processos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por isso mesmo, Sr. Presidente, é que faço a questão de ordem hoje. Estou dando entrada, porque V.Exa., tomando conhecimento, já na sessão de amanhã poderemos discutir. O Estatuto do Partido dos Trabalhadores diz:

“Seção II - Do Diretório Nacional e Demais Órgãos Nacionais

.....
Art. 110. Além das atribuições do artigo anterior, compete ao Diretório Nacional:

.....
XIII - defender a instituição e suas lideranças das ofensas, calúnias e qualquer uso inadequado do nome, da imagem e dos símbolos”.

O art. 2º, inciso 1º, diz: *“Em nível nacional, o PT é representado legalmente pelo presidente nacional do Partido”.*

Por isso, Sr. Presidente, nesse sentido, indago a V.Exa. e a ao douto Conselho se o Presidente do Partido dos Trabalhadores possui legitimidade para formular Representação perante este Conselho de Ética, sem deliberação do Diretório Nacional do PT, a despeito do previsto no art. 110, inciso XIII, do Estatuto do PT, que aparentemente atribui tal competência ao próprio Diretório Nacional.

Por isso faço esta questão de ordem, porque, se V.Exa. tiver tempo de dar a resposta, vai simplificar muito a reunião de amanhã.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com prazer. Amanhã resolveremos esse problema e outros mais.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu queria inicialmente agradecer ao Deputado Pedro Corrêa, que, na qualidade de testemunha, aqui compareceu. Queria fazer uma indagação para que nós não tenhamos de ficar com um procedimento, até de certa maneira, exaustivo e cansativo, se o Deputado Pedro Corrêa concorda em assinar o termo de compromisso de dizer a verdade do que ele já declarou, para que eu não tenha de fazer as mesmas perguntas novamente. Assim já avançaremos, e muito, uma vez que não temos de retornar aos mesmos questionamentos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Concordo, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Gostaria, então, de ler os termos de compromisso:

“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 14, de 2005 (Representação nº 51, de 2005), da Mesa, movido contra o Deputado Pedro Henry.

Sala das Reuniões, em 22 de novembro de 2005.

Deputado Pedro Corrêa”.

Gostaria de anunciar a presença do Dr. José Antônio Duarte Alvarez, advogado do Deputado Pedro Henry, que poderá, inclusive, formular perguntas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, só para ficar consignado, gostaria que o Deputado Pedro Henry manifestasse na ata que o depoimento que prestou na relatoria do Deputado Ricardo Sampaio, esse termo de compromisso, é extensivo ao que já foi declarado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida. Inclusive tudo o que foi declarado aqui serve, em termos de provas, em termos de relatório, para as duas relatorias.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, Deputado Pedro Corrêa, é mais para tirar algumas dúvidas do que V.Exa. já fez menção aqui. Eu vou ser bem sucinto nos meus questionamentos. O senhor assumiu a Presidência do PP a partir de 2004?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Abril de 2003.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Abril de 2003. A Executiva do partido, que dirigia administrativamente o partido, era composta por quem?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A partir da minha Presidência?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - São 15 Vice-Presidentes.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Esse conjunto todo...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O nosso partido, Deputado Orlando Fantazzini, é um partido diferente dos outros. O nosso partido é gerido... porque todos os Deputados Federais do partido são membros da Executiva. Então, quando nós fazemos uma reunião da bancada, nós estamos fazendo uma reunião da Executiva. O que a gente decide serve tanto para a bancada como serve para a Executiva. Então, é um partido que a gente tem a delegação de momentaneamente estar ali, mas todos os Parlamentares que fazem parte da Executiva dirigem o partido. É mais ou menos assim, e a gente combina tudo entre todos os companheiros e faz assim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, a decisão de o partido procurar recursos para poder fazer jus aos honorários do advogado do Deputado Ronivon Santiago foi uma decisão da Executiva, da direção partidária?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Da direção partidária.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - De todos os membros?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - De todos os membros.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A decisão para que V.Exa., Deputado Janene, Pedro Corrêa, desculpe, Pedro Henry, mantivessem



entendimentos com o Governo foi uma delegação da Executiva ou da bancada a V.Exas.?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu volto a dizer. Nós tivemos uma disputa da liderança, isso em 2002. Em dezembro de 2002, nós tínhamos já nos eleito, tinha passado o segundo turno, eu era Segundo Vice-Presidente do partido, o Primeiro Vice-Presidente era o Delfim, o Presidente era o Dr. Paulo Maluf e aí o Líder era Odelmo Leão, que tinha ido para a Secretaria do Governo do Governador Aécio Neves. Então, tínhamos que escolher um novo Líder. E aí disputaram a vaga o Deputado Pedro Henry, o Deputado Janene e o Deputado Celso Russomanno. Até o momento da reunião eles estavam disputando, quando então foi feito um apelo da bancada para que houvesse um entendimento, e eles saíram e voltaram entendidos que o Deputado Pedro Henry seria o líder. Nós relatamos à bancada que havia, por parte do Governo, também junto ao Ministro Delfim, que era o Primeiro Vice-Presidente, interesse em que o nosso partido pudesse apoiar as ações do Presidente Lula no Congresso, sobretudo na Câmara dos Deputados. Aí nós fomos escolhidos, os três, para fazermos esses entendimentos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Aí abriram os entendimentos com o Governo nessa questão de ocupar espaço político e tudo mais, e também essa questão da necessidade de o PT dar uma contribuição?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Esse não foi feito assim. O Governo não tinha nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, com o Presidente Genoio?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, também não. O entendimento foi que nós conseguíssemos recursos para pagar o advogado do Deputado Ronivon Santiago. O recurso não era que fosse procurar o PT, nem fosse procurar Genoio, nem fosse procurar o Ministro José Dirceu, nem fosse procurar o Presidente do PSDB, nem o Presidente.... Nada disso. Nós recebemos a incumbência de que nós iríamos ter que arranjar uma maneira, até porque inicialmente era um recurso



pequeno. Depois começou a ficar maior, porque as ações começaram a se avolumar. Eram duas ações e terminaram em 36.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E quem foi procurar os recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Deputado José Janene, que era o primeiro tesoureiro do partido e que foi procurar recursos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E aí informou ao partido como um todo que havia conseguido solucionar o problema. Solucionar entre aspas.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É verdade, que tinha conseguido os recursos necessários.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O partido todo teve a informação?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Teve.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - V.Exa. disse que esses recursos não foram contabilizados porque para fazê-lo necessitava da origem.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Necessitava do documento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - De um documento.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Do documento de doação. O Deputado Carlos Sampaio perguntou se eu não tinha conhecimento de que partido não pode doar para partido, mas isso não impede que, por exemplo, o PP possa ajudar amanhã um outro partido, desde que consiga recursos que não sejam de fundo partidário, para que essas pessoas possam doar ao partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas a Lei Orgânica dos Partidos Políticos é clara: todo e qualquer recurso que adentre o partido só pode ocorrer mediante recibo; quer dizer, não preciso saber da origem. Eu tenho é que emitir o recibo, atestando que recebi os recursos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Deputado Orlando Fantazzini, esses recursos não vieram para o PP. Esses recursos não passaram pela mão de nenhum Parlamentar. Esses recursos vieram para pagar um contrato celebrado entre o Deputado Ronivon Santiago e seu advogado.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas com deliberação do PP em arrumar recursos, e o PP encaminhava os recursos ou para o Sr. Valmir Crepaldi ou para o Sr. Valmor.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O PP não encaminhava. O PP avisava que o Sr. Genu ia encaminhar isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas o Sr. Genu era do PP.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Funcionário do PP.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E esses recursos passavam pela estrutura administrativa do partido. Quer dizer, o PP diz que não sabia de nada, mas autorizou a busca dos recursos e determinava a funcionários do próprio PP a dar a destinação devida e adequada. É isso?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O partido ultimamente autorizou — está em ata isso —, a Executiva autorizou que nós conseguíssemos recursos para pagar uma série de débitos que temos, e nós vamos lutar por esses recursos. Vamos tentar conseguir doação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não. Eu quero saber esse específico. As outras dívidas do PP eu acho que são questão interna do PP.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Mas ela também era uma dívida do partido; era uma dívida do partido, não; do Deputado Ronivon, mas o partido estava orientado para pagar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas é essa que está em foco, porque eu não posso me ater a outras dívidas do partido, até porque estamos nos atendo a essa justamente porque os membros do PP é que dizem que os recebimentos via Banco Rural foram para isso. Então, eu sou obrigado a me ater a ela. As demais, a mim não... Então, eu só queria essa confirmação. Quer dizer, o PP deliberou buscar recursos. O Sr. Genu, que era do PP, ia, mediante autorização de V.Exa., ou do Deputado Janene, ou da direção, porque na Polícia Federal ele é bem claro. Ele diz que recebia, ia fazer os saques mediante a orientação da direção do PP. Por isso eu lhe perguntei quem era da direção, e V.Exa. disse que todos os Deputados. Então todos os Deputados tinham conhecimento claro de que o Sr.



Genu ia ao Banco Rural fazer saques para poder fazer frente aos honorários do advogado do Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Sr. Genu, ele foi orientado para ir buscar esse recurso, porque o Deputado Janene tinha dito ao partido, a todos nós, numa reunião de bancada, que estava conseguindo recursos para pagar o advogado do Deputado Ronivon Santiago.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, então com o conhecimento do partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Com o conhecimento do partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Aí o Sr. Genu, funcionário, ia lá...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Funcionário da Liderança.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Da Liderança do partido, fazia...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Do gabinete do Deputado, depois no meu.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso, mas fazia lá o saque, depois comunicava. Antes de fazer, inclusive comunicava a V.Exa. — como V.Exa. já declarou — e V.Exa. determinava a ele que conversasse ou com o Sr. Valmir Crepaldi ou com o Sr. Valmor Giavarina . É isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Correto. Deputado, eu queria entender por que o Deputado, desculpe-me, o ex-Governador Benedito Domingos atribui a V.Exa. que propôs...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Atribui a mim?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É. Que a direção do PP propôs a ele — eu tenho aqui os recortes, se V.Exa. quiser eu posso até lê-los —, propôs a V.Exa que...

Deputado Chico Alencar, vou pedir uma gentileza: eu deixei debaixo de minha bancada; se V.Exa. puder pegar para mim, eu lhe agradeço.

V.Exa. pediu ao Deputado Pedro Henry que o procurasse e propusesse a ele que ele deixasse de ser candidato, de fazer a disputa pela direção, mediante uma



compensação financeira. V.Exa. solicitou alguma vez a qualquer pessoa de seu partido ou a algum intermediário que procurasse o Sr. Benedito Domingos para ter esse comportamento?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nunca.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - V.Exa. atribui essas declarações...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Havia realmente... Quando nós assumimos a Presidência, tivemos, dentro da Executiva, uma proposta para que o partido nos Estados fosse orientado, fosse gerido pelos Parlamentares federais, já que não temos Governador, não temos Prefeito de Capital, o mais importante do nosso partido é a nossa bancada federal. Então, acertamos isso, e foi aprovado que o Parlamentar que entrasse nas Comissões Provisórias, evidentemente — nos diretórios definitivos não pode ser feito assim, mas nas comissões provisórias, sim —, que o Parlamentar federal pudesse assumir o controle do Diretório Estadual, já que era a figura mais importante do partido no Estado. Então, o Senador Valmir Amaral, ele... Nós precisávamos de uma representação no Senado. Lutamos por isso. Elegemos 2 Senadores, depois perdemos os Senadores, e aí nós... O Senador Valmir Amaral estava vindo para o partido, e avocou essa decisão da Executiva de que era um Parlamentar, assinou a ficha, gostaria de comandar o partido no Distrito Federal. Tentamos o entendimento com o ex-Governador e Secretário-Geral do partido, Benedito Domingos, e não chegamos a um entendimento. Houve algumas desavenças. Inclusive, quero dizer que o Deputado Pedro Henry estava na reunião e foi um dos que propôs que fizéssemos um entendimento. Ele fez inclusive até um entendimento para que o Deputado, o ex-Governador Benedito Domingos indicasse 7 nomes, o Senador Valmir Amaral indicasse 7 nomes e a Liderança do partido indicasse 1 pessoa para que fosse o terceiro, para que mediasse isso. Então, havia essa mágoa do Deputado, do ex-Governador Benedito Domingos. Atribuo a isso. Ele depois inclusive se justificou, fez uma carta para o Deputado Pedro Henry, fez uma carta para mim, dizendo que em nenhum momento quis realizar aquela ação. E, no fim, ele ganhou na Justiça. Ele foi para a Justiça e ganhou o controle do partido no Distrito Federal.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, o senhor refuta que a direção do partido tenha solicitado a qualquer pessoa ou mesmo o Deputado Pedro Henry tenha...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Refuto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...sido emissário de uma proposta do partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não houve essa proposta.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E atribui a uma desavença interna. V.Exa. acha que, nessa disputa, ele acabou falando em demasia à imprensa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A briga do ex-Governador Benedito Domingos foi sobretudo com o Líder do partido, Deputado José Janene. Eles tiveram uma discussão, inclusive saiu nos jornais. Por conta disso, acredito que o Deputado Benedito se sentiu magoado com o partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E hoje o Sr. Benedito Domingos ainda é integrante...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele é o Secretário-Geral. Ele foi eleito Secretário-Geral. Só na próxima convenção é que podemos mexer na Executiva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O partido adotou alguma medida, em razão dessas declarações que ele fez à imprensa?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele se desculpou, fez uma carta.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E é o suficiente... Quer dizer, embora tendo ofendido a honra de várias Parlamentares...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Desculpou-se, disse que se retratou. É evidente que...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O partido entendeu...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não se pode nem entrar com qualquer ação, porque ele se retratou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - V.Exa. poderia nos informar se o Deputado Pedro Henry tinha conhecimento desses recursos que o partido estava recebendo para fazer frente aos honorários do advogado do Deputado Ronivon?



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Através de quem? Do... Ele sabia que o partido estava procurando, mas, se ele tinha conhecimento do Genu, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então ele não foi informado, nessa reunião da Executiva, que o Deputado Janene disse que já havia conseguido os recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, isso ele sabia, que o partido estava lutando.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah, ele sabia?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Todo o partido sabia disso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, mas...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Todo o partido sabia disso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas em determinado momento...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Sabia que o Deputado Janene estava lutando e conseguindo. Até chegamos a programar o pagamento do advogado, o que não foi feito porque o dinheiro não chegava.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, mas em determinado momento... Uma coisa é eu ter conhecimento de que alguém está lutando, outra coisa é eu ter conhecimento que quem estava lutando já...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Deputado Janene, numa reunião de bancada, informou à bancada e ao partido que estava conseguindo os recursos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Que estava conseguindo os recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, todos tinham conhecimento.

O senhor tem conhecimento se o Deputado Pedro Henry ou qualquer outro membro do seu partido se reuniu com um membro de algum outro partido buscando pressioná-lo a receber dinheiro do PT ou do Sr. Marcos Valério ou do mensalão?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nunca houve isso. Elegemos 49 Deputados, hoje temos 54. Veja bem, temos o quarto tempo de televisão do País, não é? E o partido teve casos em que havia interesse do Parlamentar em estar no



partido. Aqui temos o exemplo do Deputado Benedito de Lira, citado pelo ex-Deputado Roberto Jefferson. Ele teve um problema de espaço. O Deputado João Lira era Presidente do PTB, e ele assumiu a Presidência do PP porque o Deputado que era de lá não tinha sido reeleito e o partido estava lá disponível. Assim, ele assumiu a presidência e ficou como presidente de um partido forte, com tempo de televisão grande. Sabemos o que representa o tempo de televisão. Agora, pressionado para receber dinheiro, nunca! Até porque o partido não tem dinheiro para viver, imagine para...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ou para vir para o partido... Dizia: *"Olha, venha para o nosso partido"*. V.Exa. não tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nunca. Ele sabia. O Parlamentar sabia que ia conviver com uma grande família, a família do partido, que nos integraríamos com ele, que os problemas dele seriam os nossos problemas. Ele sabia que ia comandar o diretório no Estado dele, que ele iria comandar o programa do partido, que ele ia determinar como fazer, como seria a execução. Ele podia fazer as alianças que bem entendesse, até porque não tivemos nunca nenhuma restrição a nenhum partido para fazer as alianças. Então, ele sabia disso tudo e tinha uma máquina partidária forte, que é o quarto maior partido do País.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputado, V.Exa. reconhece que parte desses recursos, supostos 700 mil reais, foram recebidos num acordo que o Sr. Deputado Janene conseguiu para fazer o pagamento dos honorários. Entretanto, existem lançamentos de pagamentos ao Sr. Genu no valor de 1 milhão e 50 mil reais. O Sr. Genu deu alguma explicação? Porque a alegação do partido é de 700 mil reais; os comprovantes que têm origem na CPI, com os quais nós trabalhamos, dão origem a 1 milhão e 50 mil reais. Foi solicitado algum esclarecimento ao Sr. Genu? E qual o esclarecimento que o Sr. Genu...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele sempre deixou claro, em todos os depoimentos — ele deu um depoimento na CPMI da Compra de Votos, fez uma acareação, uma superacareação, com o Sr. Marcos Valério, com a Sra. Simone e com o Sr. Delúbio —, ele deixou muito claro que recebeu os 700 mil reais, e foi o que ele sempre disse a todos nós.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Agora ele também alega, em depoimento no Ministério Público, que ia pegar o dinheiro, e nem sabia o que tinha dentro, a quantidade.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele depôs no Ministério Público?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Na Polícia Federal — desculpe-me. Ele alega isso. Ele diz: *“Eu ia pegar o dinheiro, vinha com o dinheiro, mas nunca contei para saber; sei que era uma soma alta, mas não sei qual era o valor”*. Quer dizer, há uma contradição nisso. O partido chegou a pedir esclarecimento a ele ou não?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Foi isso que ele informou sempre, que assinou os recibos, 2 vezes um recibo de 300 mil e outro de 100 mil. Ele assinou os recibos. Ele foi lá com a carteira de identidade dele, chegou lá e registrou, deixou a identidade e assinou o recibo. Foi com a RG dele, tudo certinho.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É isso que ele afirma ao partido?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Sim. E nós temos conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, diante das questões já formuladas anteriormente pelo Relator, Deputado Carlos Sampaio, eu me dou por satisfeito, por hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, agora ouviremos o Representado, Deputado Pedro Henry. Posteriormente...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu me recordei de mais um questionamento.

V.Exa., ao final, fez menção de que mantiveram diálogo com o Senador Sibá e o Deputado Nilson Mourão — V.Exa. e o Deputado Pedro Henry. V.Exas. trataram, nessa conversa, da situação do Deputado Ronivon. Em que termos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Numa convivência entre os nossos partidos no Estado do Acre. Não era justo, Deputado, que estivéssemos aqui apoiando as ações do Governo do Presidente Lula, e lá o PT massacrasse os nossos companheiros. Tratamos nessa reunião desses assuntos, como tratamos de outros assuntos, tratamos de outros partidos. Era obrigação minha, inerente ao meu



cargo, e, na época, do Deputado Pedro Henry, que era o Líder do partido, tentar resolver os assuntos de cada Parlamentar. Nós nos deslocávamos para os Estados para conversar com Governador, para ver se fazíamos entendimentos para uma melhor convivência. Então, isso ainda hoje tem sido uma coisa natural no nosso partido. Talvez V.Exa. precisasse conhecer um pouco mais o nosso partido. Temos uma convivência, talvez, diferente da convivência que tem o PT, o partido é uma grande família. Na verdade, os problemas de cada um são problemas de todos. Nós nos empenhamos muito para que os problemas de cada um de nós possam ser resolvidos. Se V.Exa. tivesse participado ou tido a oportunidade de participar de um encontro desses, regional, V.Exa. iria ver o nível, o grau de amizade que foi feito entre as nossas famílias, entre os nossos Parlamentares, as mulheres e os filhos. Hoje, realmente, somos uma grande família.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não se tratou, em momento algum, de como resolver o problema de honorários do Deputado Ronivon Santiago?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, falará agora o Representado Pedro Henry. Ainda estão inscritos os Deputados Chico Alencar e Jairo Carneiro.

Com a palavra o Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Muito obrigado, ilustre Deputado Ricardo Izar, Presidente deste Conselho de Ética, que desempenha neste mandato a complicada missão que o destino colocou em suas mãos de gerir esse processo. Quero cumprimentar, igualmente, o ilustre Deputado Orlando Fantazzini, Relator. Pediria a V.Exa., se pudesse, a maior atenção, pois é extremamente importante que V.Exa. ouça as indagações que vou fazer ao Representado — no caso, aqui, à testemunha arrolada por V.Exa. —, ilustre Deputado Pedro Corrêa, até para se formar juízo. Eu pediria isso, se V.Exa. pudesse nos dar.

Queria cumprimentar meu companheiro de partido, Presidente Pedro Corrêa, Parlamentar que aprendi, ao longo desses anos, a admirar, pela história de luta por este País e pelo seu querido Estado de Pernambuco. Saúdo os demais membros do Conselho, em especial o Deputado Carlos Sampaio, Relator da representação aqui



apresentada contra o Deputado Pedro Corrêa, que também enumerou uma série de perguntas, cujas respostas servirão para instrução da nossa representação, com o meu aval — não sei se é preciso isso, mas assim formalizo, desde já.

Quero começar pela ordem inversa à que o Deputado Orlando Fantazzini fez, tratando em primeiro lugar das respostas, porque essas respostas, Deputado Pedro Corrêa, são importantes demais para formar o juízo desta Comissão acerca do processo aqui apresentado contra mim.

Então, algumas respostas que V.Exa. efetuou aqui eu gostaria de esmiuçar um pouquinho mais, para que deixássemos muito claras essas circunstâncias, até sobre aquilo que também declarei a esta Comissão. Por isso peço a V.Exa., Deputado Pedro Corrêa, um pouquinho de paciência, para que possamos repisar alguns pontos, de uma forma um pouco mais didática, para que fiquem bastante claros.

Vamos começar por essa reunião citada pelo Deputado Orlando Fantazzini, que foi realizada no gabinete da Liderança — não me lembro agora, a memória me foge, não me lembro a época em que foi feita —, em que estiveram presentes o Senador Sibá Machado, um Deputado do PT acreano, Nilson Mourão, eu, V.Exa. e o Deputado Ronivon. Naquela ocasião, nós estávamos discutindo, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Orlando Fantazzini e demais membros, que havia um rumor muito forte no sentido de que o próprio Governador do Estado do Acre exercia uma influência, uma pressão muito grande sobre o Poder Judiciário e estaria fomentando o andamento mais célere, mais rápido, das ações contra o Deputado Ronivon.

Naquele momento em que realizamos a reunião, o Deputado que foi cassado, Narciso Mendes... Aliás, ele me culpa até hoje pela cassação, pois acha que sou o responsável pela cassação dele; nunca mais conversou comigo, sequer me cumprimenta; quando passa por mim, vira a cara, porque acha que fui eu o responsável. Eu tive o meu primeiro embate em plenário, como Líder do partido, exatamente contra o ex-Deputado Roberto Jefferson — os Anais desta Casa podem mostrar isso com extrema clareza. Foi um debate verbal violento, porque ele era favorável à cassação do Deputado Narciso Mendes, mas eu, na condição de Líder do partido, tinha como atribuição de Liderança defender o Deputado Narciso Mendes. E o fiz em plenário. Quase fomos às vias de fato naquele momento, até



com ofensas que saíram depois para o campo pessoal. São coisas que não ficam claras e, às vezes, as pessoas não entendem o porquê de estarmos sendo arrolados em tudo isso.

Naquela reunião com o Senador Sibá e o Deputado Nilson, tratamos exatamente para tirar essa pressão. O objetivo dessa reunião era tirar a pressão de cima dos processos, para que não viesse essa enxurrada de processos, um atrás do outro, em cima do Deputado Ronivon. Exatamente estávamos pedindo aos companheiros de partido que déssemos sustentação ao Governo em plenário. Mas estávamos fazendo isso sem nenhum tipo de coação, da mesma forma que o partido fez no Governo do Presidente Fernando Henrique, em que também éramos base do Governo e ajudávamos o Presidente Fernando Henrique a governar este País.

Então, o Deputado Pedro Corrêa, na sua resposta, Deputado, talvez não tenha sido claro. Por isso eu gostaria que V.Exa. confirmasse a este Plenário que, naquela reunião, não se tratou de nenhum tipo de compensação econômica para ressarcir, vamos dizer assim, o apoio, porque não pode pairar essa dúvida neste Conselho. Se este Conselho achar que eu e V.Exa. patrocinamos uma reunião que tivesse como objetivo cooptar o voto do Deputado Ronivon, isso nos coloca numa condição de cúmplices desse processo e nos prejudica fundamentalmente na análise desse processo aqui. Então, precisamos ser absolutamente claros, o que pedimos foi para que houvesse uma convivência pacífica.

Inclusive, chegou-se a discutir naquela reunião — quero lembrar V.Exa., peço sua confirmação — que se aventou a possibilidade de se discutir um projeto conjunto entre o PT e o PP para a Prefeitura do Município de Rio Branco, o que acabou não acontecendo, porque, na verdade, eles foram grandes rivais na eleição seguinte; foi o PT com o PP lá em Rio Branco.

Eu queria a confirmação de V.Exa. dessa afirmação que fizemos aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nobre Deputado Pedro Henry, além de dar um testemunho da conduta de V.Exa. nesta Casa, até porque, mesmo quando éramos de partidos diferentes — V.Exa. era do PSDB e eu, do PPB —, atuávamos juntos na Comissão de Trabalho da Câmara... V.Exa., inclusive, foi Presidente da Comissão. V.Exa. saiu do PSDB ainda quando o Presidente da República era do PSDB, quando um projeto do Estado de V.Exa. terminou dando



certo, elegendo um Governador que tinha, 2%, 3%, que era o Governador Blairo Maggi. E então veio para o nosso partido. Eu me recordo das conversas que tínhamos — e tenho por V.Exa. o maior apreço e realmente admiração. V.Exa. teve uma votação imensa, cerca de 10% dos votos do seu Estado. Sabemos que, em política, quando temos voto e quando permanecemos muito tempo exercendo mandato, é porque estamos fazendo alguma coisa no sentido de promover o desenvolvimento e o bem-estar da população em nossos Estados. O Senador Sibá Machado é o Presidente do PT no Acre, e o Deputado Nilson Mourão, coordenador da bancada federal do PT no Acre. Nós conseguimos fazer essa reunião depois de um esforço imenso. Deixamos claro que não era justo o partido estar votando em Brasília assim, e o PT lá destruindo o nosso partido. Tratamos de uma convivência, de uma convivência pacífica. Inclusive, nessa conversa, houve a possibilidade de que, amanhã, fizessemos um entendimento para a eleição municipal. Na verdade, sempre estimulamos o nosso partido a ter candidato, até porque sabemos, sobretudo nas eleições municipais, que time que não entra em campo não tem torcida. Um Deputado Estadual — se não me engano, o nome dele era Benônio, uma coisa assim — tinha sido Presidente da Assembléia, Secretário de Saúde, e esse Deputado era o nosso candidato. Naquele momento, mantivemos um entendimento com o Senador Sibá. Quando se chegasse mais próximo das eleições, as pesquisas diriam, essas coisas. Essa coligação terminou não acontecendo, como também não aconteceu em vários Municípios do País. Outro dia estava vendo o índice de coligações dos partidos com o Partido dos Trabalhadores, e o nosso partido foi o que teve o menor índice, teve 2% das coligações apenas com o Partido dos Trabalhadores, em função das dificuldades. O PT tinha sido nosso adversário durante tantos anos... Certamente fica difícil levar o entendimento desse partido ao Município, até porque, já dizia Shakespeare, a vida é um fato local. E é verdade. Então, quero deixar muito claro que, em nenhum momento, nessa reunião, tratamos de qualquer vantagem, nem financeira, nem econômica, nem de compensação de votação, de voto ou de cargo. Não tivemos nenhum entendimento nesse sentido. Nosso entendimento foi para que tivéssemos uma convivência pacífica entre os nossos partidos no Estado do Acre.



O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Muito obrigado, Deputado Pedro Corrêa.

Há uma segunda questão que eu queria levantar a V.Exa. no seguinte sentido: o *Correio Braziliense*, não sei precisar agora a data, fez uma reportagem com o Deputado Benedito Domingos, e essa reportagem talvez tenha formado alguma convicção neste Conselho que precisa ser definitivamente desmistificada.

V.Exa. ouviu agora há pouco o Relator, Deputado Orlando Fantazzini, fazer uma pergunta a V.Exa.: se eu tinha a delegação de procurá-lo. No meu depoimento neste Conselho, como Representado, no meu processo aqui, que está sendo instruído, eu disse a este Conselho que não procurei o Deputado Benedito Domingos. Pelo contrário, fui procurado por ele. Eu não lembro de ter dito a este Conselho se eu tinha delegação para conversar com ele ou não, mas reafirmo aqui hoje, neste Conselho, que não recebi delegação de ninguém, mas que fui procurado por ele em meu gabinete, que me levou sua preocupação quanto à supressão da Executiva Estadual na regional do Distrito Federal.

O que eu pergunto a V.Exa.? O Deputado Benedito Domingos, quando esteve em meu gabinete, me fez um apelo para defendê-lo no partido, na direção nacional, porque haveria uma reunião da Executiva Nacional em que se iria discutir o destino da direção partidária no Distrito Federal. Eu fui a essa reunião. Gostaria que V.Exa. confirmasse para mim a forma como nos portamos naquela reunião, qual foi o pedido que formulei ao partido de forma dramática, de forma bastante apelativa.

Quero dizer também a V.Exa., Deputado Pedro Corrêa, após V.Exa. narrar os fatos que aconteceram naquela reunião, que, quando estive aqui, eu mencionei esse fato e o Conselho me pediu uma cópia da carta que Benedito Domingos... Porque eu avisei a todos os membros do Conselho que o ex-Deputado Benedito Domingos me havia escrito uma carta se desculpando, desmentindo todo o ocorrido, desmistificando aquela reportagem, dizendo que era um momento de nervosismo, um momento de intranquilidade dele, que ele estava vendo a vida política dele ruir e que ele tinha enviado essa carta a mim se desculpando por ter-me envolvido. O Conselho me pediu uma cópia dessa carta, e eu falei que não poderia oferecer essa cópia sem autorização dele.



Na hora em que terminou meu depoimento aqui, alguns dias depois, eu fui procurar o Deputado Benedito, e o Deputado Benedito concordou com que eu fornecesse a cópia da carta. Na época, Deputado Orlando, V.Exa. até me pediu. Falou assim: *“Deputado, se o senhor puder mandar a cópia da carta, evita até o constrangimento de eu ter que chamá-lo aqui”*. Mas eu não fui só pedir, Deputado Orlando, a cópia da carta, eu pedi a ele que também viesse — porque já estava arrolado por V.Exa. como testemunha — depor aqui. E ele não quis entrar no mérito, por razões próprias e pessoais, e me disse que não viria, que iria mandar uma carta para cá dizendo que não gostaria de comparecer a este Conselho. Parece que ele mandou uma carta que está anexada ao processo.

Então, eu queria que V.Exa. detalhasse a este Conselho, para que não ficasse dúvida a meu respeito, qual foi o objeto da nossa reunião e qual foi a minha participação na reunião da Executiva Nacional.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Inicialmente, sem contradizer V.Exa., nenhum Parlamentar do nosso partido precisa de delegação para tratar de qualquer assunto. Ele trata e, depois, conversa com todos os Parlamentares. Eu não estou dizendo isso, que V.Exa. tinha delegação. V.Exa. não precisava ter delegação para fazer qualquer entendimento. Eu quero dizer... Aqui estão presentes... Está o Deputado Mário Negromonte, está V.Exa., está o Deputado Inocêncio. O Deputado Vanderlei Assis estava naquela reunião. E mais: sei que o Deputado Benedito de Lira estava, que o Deputado Nilton Baiano estava, que o Enivaldo estava e que o Deputado Ciro Nogueira também estava nessa reunião do partido em que estávamos decidindo a situação do Distrito Federal, do Diretório Estadual, quer dizer, da Executiva Estadual provisória do Distrito Federal. Na verdade, as discussões foram muito acaloradas, as discussões foram muito duras. Estávamos em uma conversa que já estava durando talvez 4, 5 horas, e não chegávamos a um entendimento, quando V.Exa. — acho que foi o último orador — pediu a palavra e fez um grande apelo ao ex-Governador Benedito Domingos no sentido de que ele, que tinha um passado, tinha uma história no partido, não poderia, que ele tinha que ajudar o partido, precisávamos da presença de um Senador, porque era importante para a nossa bancada ter uma representação no Senado Federal; de que certamente não podíamos prescindir dos serviços dele, do que ele representa para o



partido — ele foi fundador do partido. Então, V.Exa. fez uma proposta para que o ex-Governador indicasse 7 membros e o Senador Valmir Amaral indicasse 7 membros e a Liderança indicasse uma outra pessoa, que seria o Técio, para não deixar que nenhum dos 2 tivesse o controle absoluto do partido. Depois, saímos para o entendimento, e, no fim, esse entendimento não prevaleceu, porque havia ações na Justiça tanto do Senador Valmir Amaral quanto do ex-Governador Benedito Domingos. Terminou, então, o ex-Governador Benedito Domingos ganhando. Em primeira instância, junto ao TRE, ele ganhou o controle do partido, o que levou o Senador Valmir Amaral a deixar o partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Deputado Pedro Corrêa, se V.Exa. me permitir, Deputado Ricardo Izar, eu tenho mais algumas colocações que eu gostaria de fazer, que julgo extremamente pertinentes. Pode até parecer, inicialmente, que não são pertinentes para o meu processo, mas eu acho que são pertinentes não só para o processo contra o Deputado Pedro Corrêa, mas também para o meu. V.Exa., Deputado Pedro Corrêa, no início da sua fala aqui, chegou a mostrar rapidamente ao Presidente da Mesa, Deputado Ricardo Izar, algumas despesas autorizadas por V.Exa. como Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente que era, à época, do nosso partido. V.Exa. tem, no ano de 2002 — portanto, completamente fora dessa questão que estamos discutindo, que é a suposta existência do mensalão, a suposta existência de repasses de recursos do PT a outros partidos... De fato, existiram alguns Parlamentares específicos, e houve aqui um fato narrado e assumido por V.Exa. V.Exa. tem alguns pagamentos efetuados ao advogado do Deputado Ronivon Santiago. V.Exa. tem por acaso outras despesas que esse advogado tenha feito naquelas épocas em que o partido arcou com o ônus próprio do partido, tipo hotéis, passagem de avião com destino a Rio Branco, no Acre, que pudesse mostrar ao Conselho que essa dívida e que esse, vamos dizer assim, *modus operandi* de se pagar ao Dr. Paulo Goyaz, que é o advogado do Deputado Ronivon, não são uma invenção momentânea, um fato que está sendo criado aqui agora para poder justificar 2 ou 3 repasses que V.Exa. tenha assumido aqui, que ocorreram através do assessor do Deputado Janene, o Genu, mas, sim, que existiam muito antes de esta história toda acontecer, muito antes do que esse escândalo todo que está acontecendo viesse à tona no País? Eu pergunto a V.Exa.: V.Exa. tem aqui



pagamentos ao Dr. Paulo Goyaz, hotéis, passagens, por conta de viagens dele a Rio Branco?

Eu acho que, se V.Exa. tiver isso, mostrando que foi pago com o fundo partidário, que foi pago com recursos contabilizados, pode demonstrar aos membros deste Conselho, para formar um juízo, que essa história, Deputado Ricardo Izar, não está sendo montada pelo PP para justificar uma operação que foi realizada, mas, sim, para solidificar uma tese de que, efetivamente, havia uma dívida contraída pelo Deputado Ronivon e que o partido estava tentando, com toda a precariedade de seu fundo partidário, resolver o problema.

Então, quero saber de V.Exa., Deputado Pedro Corrêa, se tem esses documentos. E, se V.Exa. os tem, se pode apensar a esse processo, para que possa servir de instrução e formar o juízo perante este Conselho.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu separei aqui algumas notas. Eu tenho as outras todas, estão na contabilidade do partido e, inclusive, no Tribunal Superior Eleitoral, porque estavam na prestação de contas do partido. Estão no TSE.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - V.Exa. pode anexar o seu processo ao meu processo aqui, para servir de...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu posso não somente anexar, eu posso pegar todas as despesas que foram feitas, todos os pagamentos. Não estou com todos aqui, relacionei alguns, até porque, como estamos sofrendo essa fiscalização da Receita Federal, nós mandamos os nossos livros... Mas eu pego isso no TSE, sem nenhum problema, estão lá as contas. Eu mando pegar isso no TSE e mando para o Conselho todas as despesas que foram feitas com o advogado do Deputado Ronivon Santiago antes do assunto do mensalão. Eu tenho aqui, por exemplo, um documento que foi pago no dia 23 de janeiro de 2003. Está aqui: 20 mil reais pagos. Foi assinado por mim — é a segunda via — e pelo...

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Dá para V.Exa. repetir a data?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Vinte e três de janeiro de 2003.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Portanto, no início do Governo atual.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - No início do Governo. Eu era o 2º Vice-Presidente. Depois que fizemos aquela reunião de dezembro lá no Hotel



Nacional, quando o partido autorizou isso. Eu tenho a nota fiscal dele datada, na emissão, de janeiro de 2003, que tinha validade para receber até o dia 17 de outubro. Está aqui, pago. Eu tenho outro pagamento ainda quando era 2º Vice-Presidente do partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Na época era PPB, Deputado Pedro Corrêa?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Era PPB. Ele diz aqui: Partido Progressista Brasileiro. Está aqui a nota.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - V.Exa. vai anexar toda essa documentação ao processo?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu posso pedir por certidão ao TSE. Eu queria, Dr. Ivan — V.Sa. é o chefe de gabinete — que pedisse por certidão ao TSE as notas que temos lá de pagamento de despesas do Dr. Paulo Goyaz, inclusive hotéis, passagens. Eu tenho aqui passagens com que ele viajou. Agora, recentemente, em 2005, nós autorizamos, ele foi ao Acre defender ainda o Deputado Ronivon em um processo. Nós autorizamos. Ele tem no contrato uma diária de mil reais quando ele sai de Brasília, e nós autorizamos o pagamento do hotel e mais essa diária. E está aqui também o comprovante da passagem. Ainda no dia 13 de outubro, ele foi... Paulo Silva... Brasília/Rio Branco/Brasília. A passagem custou 804 reais, a tarifa; mais a taxa, foram 839 reais. Ele foi no dia 13 de outubro e voltou no dia 16 de outubro. Já solicitou reembolso.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - De que ano é essa nota?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Essa foi agora em 2005. Ele solicitou já reembolso inclusive da hospedagem, de 386 reais e 30 centavos. Então, tenho desde 2002 todas as despesas. Estão contabilizadas e estão no TSE.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Deputado Pedro Corrêa, eu queria que V.Exa. anexasse esses documentos ao processo, porque acho que isso é extremamente pertinente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu me comprometo a fazer isso. Estou pedindo ao Dr. Ivan Vernon que ele possa conseguir, inclusive do Deputado Ronivon, o primeiro contrato, que é datado de outubro de 2002. Eu tenho o segundo contrato, que já está aqui na Comissão, que é um contrato entre o Deputado



Ronivon, de 29 de maio de 2003, porque foram se acumulando ações, chegaram a 36, pelo menos que eu tenha conhecimento. Não sei se chegaram mais.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Deputado Pedro Corrêa, mais uma pergunta que eu tenho a fazer a V.Exa. Eu declarei neste Conselho...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Antes de o Deputado Pedro Henry fazer uma nova pergunta, eu vou usar a prerrogativa de ser o Relator. Portanto, posso fazer pergunta a qualquer momento. Todos esses documentos que V.Exa. vai anexar são todos com origem de recursos contabilizados?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Fundo partidário.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Contabilizados, todos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - São recursos que o partido pode pagar, 10 mil reais, 5 mil reais.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Todos contabilizados?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Se fizer uma coisa maior, aí nós... Ainda estou devendo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu só queria deixar bem claro que esses recursos foram contabilizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Pedro Henry tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Então, vamos continuar. Deputado Pedro Corrêa, eu declarei a este Conselho, quando da minha oitiva aqui como Representado, que eu só tomei conhecimento desses repasses após a concretização dos fatos. Antes disso, eu não tive conhecimento desse assunto. Quanto a essa declaração que fiz aqui, não pode restar dúvida nenhuma desses membros do Conselho. Eu pergunto a V.Exa.: V.Exa. confirma essa minha declaração?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Confirmando.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Muito bem. Além disso, Deputado Pedro Corrêa, eu também disse a este Conselho que a função de Líder é uma



função extenuante. Quem exerceu já a Liderança de algum partido aqui sabe perfeitamente o que estou dizendo. É uma sucessão de reuniões, de problemas individuais de cada companheiro que têm que ser tratados individualmente. O partido elegeu — elegeu é maneira de dizer —, elencou, indicou, apontou 3 Parlamentares para cuidar dos interesses do partido junto à questão do Governo quando decidimos parcialmente fazer parte da base do Governo. Digo parcialmente porque alguns Parlamentares não o quiseram e não o fazem até hoje. E nós soubemos conviver e respeitar cada um deles, respeitando a individualidade de cada um. Esses 3 Parlamentares foram V.Exa., eu e o Deputado José Janene, e nós tínhamos a delegação para tratar de assuntos institucionais. Pergunto a V.Exa.: também declarei a este Conselho que não estabeleci nenhuma reunião com o Deputado José Genoíno, com o tesoureiro Delúbio, para tratar de repasses de recursos para o PP? V.Exa. confirma essa declaração?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Fizemos a reunião com o Deputado José Genoíno. Nas 2, 3 vezes, estava acompanhado do ex-assessor Silvio Pereira para tratar dos assuntos inerentes aos nossos Estados, aos Parlamentares e os assuntos dos cargos, sobretudo estaduais. Esses foram os entendimentos.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Deputado Pedro Corrêa, eu agradeço as respostas de V.Exa. e a paciência dos demais membros deste Conselho, mas julguei extremamente pertinente fazer essas intervenções, para que pudéssemos deixar muito claros esses pontos, e que, amanhã ou depois, não possamos alegar desconhecimento das questões que foram levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini, o Relator.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só para não restar nenhuma dúvida quanto ao depoimento de V.Exa., o Deputado Pedro Henry acabou de fazer um questionamento e V.Exa. confirmou que o Deputado Henry só soube desses recursos quando eclodiram as denúncias. Anteriormente, eu lhe perguntei se o Deputado Janene havia informado ao conjunto do partido, inclusive ao Deputado Pedro Henry — se estava presente —, que ele havia conseguido recursos para resolver o caso dos honorários advocatícios do Deputado Ronivon. V.Exa. disse que todos da direção partidária tiveram conhecimento. O senhor confirma isso.



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu gostaria de dizer a V.Exa. que eu disse que, no episódio do João Cláudio, o Deputado Pedro Henry não tinha nenhum conhecimento...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Dos saques efetuados.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - ... dos saques efetuados. Agora...

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Espere um pouquinho só, Deputado Pedro Corrêa, questão de ordem.

O que eu perguntei a V.Exa., Deputado Orlando Fantazzini — e eu preciso ser muito claro na pergunta...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, eu entendi muito bem a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Eu perguntei assim. Eu afirmei a este Conselho que eu só tive conhecimento dos repasses após a concretização dos fatos. Então... E o senhor confirmou essa informação que eu prestei aqui.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu estou querendo que ele confirme uma outra informação que ele prestou.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Deputado Pedro Henry tinha conhecimento de que o Deputado Janene estava procurando os recursos para pagar os advogados. Inclusive ele, quando confirmou...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não só procurando.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Houve uma carta, do dia 11 de junho, do Dr. Paulo Goyaz, dizendo que o PP teria assumido os 900 mil reais e que seriam pagos 300 mil até o dia 30 de junho de 2003 e as demais parcelas no valor de 200 mil reais cada uma, sendo a segunda até 30 de julho, a terceira até 30 de agosto e a quarta até 30 de setembro. E, na verdade, na verdade, a primeira foi paga quando os recursos chegaram em setembro, no dia, se não me engano, 14 ou 23, uma coisa assim. Então, na verdade, o que se tinha conhecimento era de que o Deputado Janene teria conseguido esse recurso, mas da operação o Deputado Pedro Henry não tinha nenhum conhecimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas todos tinham conhecimento.



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Todos tinham conhecimento. O partido tinha conhecimento. O partido tinha autorizado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Todos os membros do partido tinham conhecimento.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Todos tinham conhecimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Os membros do partido que fazem parte da bancada e a Executiva, não é? Membros do partido, é evidente... Membros do partido estão lá em...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Deputado Pedro Henry, na época, inclusive...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não posso... Em Pernambuco tem uma série de...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Lógico. Eu estou tratando dos membros daqui. Inclusive o Deputado Pedro Henry era Líder da bancada, com uma delegação inclusive de negociar, recebendo autoridade para fazer negociação política, certo? Então, como membro do partido e da direção partidária, tomou conhecimento quando essa informação foi trazida pelo Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Deputado Ricardo Izar, esse assunto não pode restar em dúvida para mim. Se V.Exa. me permite, eu ainda não estou satisfeito com o entendimento feito pelo nobre Relator. A forma como ele está colocando é uma forma que pode deixar dúvida, e eu gostaria que esse assunto fosse esmiuçado, porque senão eu me sinto prejudicado. Eu precisaria dessa... Porque ele fez uma afirmação, e está parecendo que nós estamos concordando com a afirmação que ele fez.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço licença para dizer o seguinte. Se existe divergência entre o que declara o Deputado Pedro Corrêa e o que admite como verdade o Deputado Pedro Henry, que fique registrado. E, se o Deputado Pedro Henry entende que não é verdadeiro o que declara o Deputado Pedro Corrêa,



que afirme que não é verdade o que S.Exa. está dizendo. Porque senão nós não encerraremos essa divergência aqui. É evidente a contradição. Então, se entende V.Exa. que não é verdade o que ele declarou, diga, afirme peremptoriamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Deputado Jairo Carneiro, se me permite V.Exa., eu acho que não é uma contradição entre o que o Deputado Pedro Corrêa está falando e o que eu estou falando. O que há é uma contradição quanto à interpretação que o nobre Relator está querendo dar aos fatos que nós estamos narrando. É isso o que me preocupa, porque é ele quem vai ter que fazer o relatório.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe. Pelo que eu ouvi, com absoluta sinceridade, ficou claro, patente, que a direção partidária autorizou e é do conhecimento dos membros da direção do partido e dos Deputados Federais do partido. Ficou nítido, claro, insofismável. A palavra é de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Autorizou o quê, Deputado?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A ir buscar recursos para pagar débitos não apenas do advogado. Débitos. Mas não apenas.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Do advogado. Muito bem. Os débitos para pagar os honorários não somente do advogado do Deputado Ronivon, mas também do Deputado Narciso Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu só queria deixar bem claro que eu não estou querendo dar nenhuma interpretação, porque eu também posso dar o mesmo entendimento, e nós vamos fazer aqui um cavalo de batalha, porque eu tenho percebido que o Deputado Pedro Henry está tentando fazer com que o Deputado Pedro Corrêa dê uma outra interpretação. Então, eu só estou querendo confirmar aquilo o que ele já havia dito. Só isso.

Eu só queria saber, Deputado Pedro Corrêa, se o Deputado Janene, quando informou que havia conseguido os recursos, que estava conseguindo os recursos, se ele informou com quem estava conseguindo os recursos, se era com o PT ou se era com o Marcos Valério, se era com o Delúbio... Ele informou o partido? Disse "*olha, eu tive uma conversa, estou conseguindo os recursos com o Partido dos Trabalhadores*"? Como é que se deu esse processo de informar ao partido que estava conseguindo os recursos para poder sanar esse débito, essa pendência que



o partido havia assumido, que era uma pendência, de fato, de honorários advocatícios do Deputado Ronivon? É isso?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Ele, quando afirmou... Tanto é que essa carta que nós recebemos do advogado Dr. Paulo Goiás é do dia 11 de junho, e o primeiro repasse feito, o primeiro saque que fez o Sr. João Cláudio foi no dia 17 de novembro, de setembro. Então, são 3 meses, 3 meses e alguns dias, a diferença entre esta carta e o... quando foi feita então uma tentativa para que nós fizéssemos... Eu faço inclusive um despacho aqui, no dia 12 de junho, dizendo ao Dr. Valmor: *“Assim que dispusermos do recurso, determino o pagamento ao Dr. Paulo Goiás, nas datas mencionadas”*. Nós não conseguimos pagar porque o recurso não chegou. Então, nesse momento, todo o partido tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A pergunta é: o Deputado Janene comunicou ao partido que havia conseguido os recursos? O Deputado Janene informou ao partido com quem havia conseguido os recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Disse *“conversei com o PT e o PT vai nos ajudar”*? Foi isso?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Ele, ele, ele não falou... Ele falou... Não, falou. Ele me disse... Ele, acho que ele declarou que tinha sido entendimentos com pessoas do PT.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Sr. Presidente, V.Exa. me permite colocar a minha posição, seguindo a orientação que o nobre Deputado Jairo Carneiro nos anunciou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Eu queria deixar aqui, com clareza... (*Pausa.*) Eu queria deixar claro aqui, registrado nos Anais desta oitava, o seguinte: eu tive conhecimento de que o partido autorizou o Deputado Janene a ir buscar recursos para fazer frente a essas despesas, mas eu não tive conhecimento nem da fonte nem da solução, só soube depois que os fatos já haviam sido concretizados. Eu não tive nenhum tipo de participação, a não ser depois que esses fatos vieram à



tona, de que realmente já estavam realizados os repasses, porque aí transpirou, foi comunicado ao partido e eu fiquei sabendo, tomei conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Será consignado na ata dos nossos trabalhos, Deputado.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deputado Pedro Corrêa, eu ainda tenho dúvidas em relação a essa questão dos honorários advocatícios do Deputado Ronivon Santiago. Afinal, eles foram pagos com recursos do fundo partidário e dos repasses feitos pelo PT ao PP, via Banco Rural? Foi isso? Só para clarear.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não entendi.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Os honorários advocatícios do defensor do Deputado Ronivon, eles foram, afinal, pagos — ou estão sendo ainda pagos — com recursos do fundo partidário e dos repasses que o PT fez ao PP via Banco Rural?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Deputado Ronivon Santiago, ele teve 2 contratos com o Dr. Paulo Goiás, que é o seu advogado. Inicialmente, eu acho que uma ação se iniciou numa cidade chamada, acho, Cruzeiro do Sul, no Acre. Ele teve uma ação, e aí o Deputado Ronivon Santiago contratou o Dr. Paulo Goiás. Depois, teve mais uma ação. Foram 2 ações. E, então, esses contratos, que eram inicialmente... O partido podia assumir esses compromissos, porque eram recursos em que podiam ser feito o pagamento com o fundo partidário. Então, no contrato tinha que ele, para cada vez que fosse a Rio Branco, tinha mil reais de diária, e nós pagaríamos hospedagem. Então, esses recursos foram pagos. E pagamos uma parcela maior...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí, com o fundo partidário?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Com o fundo partidário. Pagamos uma parcela maior, que foi de 20 mil reais, no dia 20 de janeiro de 2003, que era a primeira parcela, que pagamos com o fundo partidário. Daí foram se avolumando as ações, chegaram a 36. E existia. Ele, então, fez um outro contrato... O Deputado Ronivon Santiago fez um outro contrato, se não me engano, em março ou abril... Em maio. Em maio, fez um outro contrato com o Dr. Paulo Goiás, onde ele então colocaria — já que o Deputado Ronivon estava devendo 900 mil reais, já tinha não



sei quantas ações —, e que ele cobraria mais 80 mil reais por cada ação que ingressasse no Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, aí, parte desse pagamento...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Aí, o partido não tinha como tirar isso do fundo partidário. Foi, então, quando o Deputado Janene procurou os recursos de outra fonte, para que pudessem ser pagos esses honorários, já que o Deputado Ronivon Santiago não tinha como desembolsar esses recursos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas essa outra fonte...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele tinha procurado a executiva do partido dizendo que ia perder o mandato, então, não tinha como pagar os honorários do advogado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essa fonte derivou das boas relações que o PP, pelo menos no nível da sua direção nacional, da maior parte da sua bancada, passou a ter com o PT e com esses repasses do Banco Rural.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu diria que o PT tinha responsabilidade com essas ações, embora o PT nunca assumisse isso. Mas, na verdade, todo mundo sabia, os Deputados diziam isso, os advogados também, que essas ações estavam todas sendo patrocinadas pelo PT, lá no Acre.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, as ações contra o Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ronivon.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí houve uma conversa de cunho político com o Senador Sibá e o Deputado Nilson Mourão, mas, também, como consequência desse acordo...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não se falou em dinheiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Mas houve, então, paralelamente...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Houve uma conversa para que nós tivéssemos uma convivência política.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Um entendimento. Correto.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Convivência política.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor...



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Uma convivência política, V.Exa. sabe bem o que é isto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Claro.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - V.Exa. é um político antigo e sabe bem o que é uma convivência política. Isso, amanhã, pode resultar ou não em uma aliança, não é? Até porque, por exemplo, nós hoje temos um, fazemos parte da base do Governo e nós não temos compromisso com o PT de apoiar a candidatura do PT a nível nacional. Nós fazemos um entendimento político para apoiar as ações do Governo do Presidente Lula no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Então, esse é o entendimento que nós temos com o Governo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Correto. Isso aí está claríssimo. Mas o senhor disse aqui que já como Presidente do PP, desde abril de 2003...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É. Quando nós mudamos o nome de PPB para PP, e eu assumi a Presidência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. O senhor autorizou o Sr. João Cláudio Genu a receber aqueles recursos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Sr. João Cláudio Genu me telefonava, dizendo que tinha disponibilidade de recursos para ele. E eu dizia que ele podia ir buscar, que eu ia avisar ao Dr. Valmor Giavarina, para que ele pudesse combinar com o Dr. Paulo Goiás o pagamento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Recursos repassados pelo PT.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu achava que eram recursos do PT.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E que foram utilizados no pagamento também de honorários advocatícios?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Só ao Dr. Paulo. É. Esses recursos não passaram pela conta do partido; esses recursos foram, explicitamente, foram somente para o pagamento dos honorários do Dr. Paulo Goiás.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o doador desses recursos que, portanto, nesse sentido aí não foram contabilizados, tinha se...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Hoje, hoje, depois que estourou o escândalo todo, nós sabemos que esse dinheiro veio do Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas...



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Naquela época, achávamos que era dinheiro do PT.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas, e o PT, naquela época que tinha repassado formalmente ou supostamente de maneira ilegal esses recursos...?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Formalmente, nós não podíamos receber recursos nem por transferência bancária, nem podíamos receber recursos através de cheque, porque nós estávamos com as nossas contas bloqueadas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas eles tiveram ciência de que era, entre outras coisas, para pagar os honorários advocatícios do Deputado...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não sei. Eu não posso informar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor falou que autorizava esse repasse, mas não no nível de partidos. Como é que é isso? Eu não entendi bem como...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Porque o partido não dava um recibo de doação para que esses recursos fossem contabilizados pelo PP.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós não tínhamos nenhum recurso. Tanto é que isso passou direto para as mãos do advogado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O montante foi de 900 mil reais?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Setecentos mil.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Setecentos mil reais.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Novecentos era o contrato. Mas nós ficamos devendo, ainda estamos devendo hoje 240 mil reais ao Dr. Paulo Goiás.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, no acordo de apoio ao Governo Lula, no início de 2003, o senhor falou que houve uma negociação política com o então Presidente do PT, José Genoíno, com o então Ministro da Casa Civil e também com o Sr. Sílvio Pereira. Ele participava dessas reuniões também?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eram essas pessoas que tratavam... Inicialmente, o Ministro José Dirceu não participou. Quem participou inicialmente... Antes, nós éramos Deputados, eu e Pedro Henry, que estávamos no exercício do



mandato, o Deputado Janene também. O Deputado Genoíno ainda era Deputado, ele tinha sido candidato ao Governo do Estado, mas ainda era Deputado. E nós estávamos aqui todos os dias, convivendo na Câmara. E então o Deputado Genoíno marcou uma conversa conosco. Nós fomos ao gabinete dele. Estava lá o Sr. Sílvio Pereira. Foi lá então que eu conheci o Sr. Sílvio Pereira, que eu não conhecia o Sr. Sílvio Pereira, embora ele fosse dirigente do PT. Mas era uma coisa assim muito complicada, porque eu não tinha ligações com o PT. Eu conhecia bem o José Genoíno, que é meu companheiro de Câmara há muitos anos, conhecia a grande maioria dos Parlamentares do PT, mas não tinha nenhum conhecimento do PT como partido, da sua executiva. Sabia quem era o Presidente, sabia...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Até porque, em geral, estavam em posições bem distintas.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - E estivemos sempre em posições opostas, estivemos em campos opostos. Pensávamos sempre uma coisa: nós éramos favoráveis à privatização, o PT era contra; nós éramos favoráveis à reforma da Previdência, o PT era contra; nós éramos favoráveis à reforma tributária, o PT era contra; nós éramos favoráveis a uma série de coisa e votamos tudo isso, votamos tudo isso no Governo Fernando Henrique, e, depois, o PT votou conosco nas posições que nós já tínhamos assumido. O PT viu que realmente havia...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mudou o PT ou mudou o PP? Mudou o Natal ou mudei eu?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Acho que muda todos nós. Você quando chega num governo você sabe a responsabilidade que você passa a ter. E aí, sim, já dizia isso Sarney quando era Presidente da República, que um País não podia ser governado com uma Constituição que nós tínhamos criado em 87, 88, que nós tínhamos promulgado, e que realmente era complicado e que precisava fazer a reforma. E foi feita, então, a reforma de Previdência. E nós concordamos com isso. Nós tínhamos alguns pontos que nós votamos e que nós entendemos, e nós firmamos uma aliança para que esses pontos pudessem ser aprovados na gestão do Governo do Presidente Lula e nós mantivemos esse entendimento. É evidente que, nesses entendimentos, você passa a ter uma participação no Governo, do ponto de vista administrativo.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou que, nas negociações, especialmente com o Ministro-Chefe da Casa Civil de então, havia um pleito do PP para que os cargos que o PP tinha na gestão anterior, do Governo Fernando Henrique Cardoso, fossem mantidos. Isso foi conseguido em boa parte? Que caso mais significativo?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Alguma coisa. Eu diria que ficava mais fácil quando os cargos eram do PT, quando eram de outros partidos, da base, do PTB, do PL, PMDB, ficava sempre muito mais complicado, mas se tentou fazer. O PT, inicialmente, tinha quase todos os cargos, 80, 90% dos cargos do País. Todos os cargos que se podia ter uma ingerência política eram do PT. E, com o alargamento da base parlamentar, ficou então sendo preenchido parte disso pelos outros partidos. Mas ainda o PT tem a grande maioria.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou: DNIT, DNPM...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - DNIT, DNPM, Delegacia de Trabalho, hoje não tem mais Delegacia de Comunicação, Delegacia de Agricultura, esses órgãos todos que são representantes dos Ministérios nos Estados. Eu acho que são cerca de 29 ou 30, algo assim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou aí que na forma de atuação política do PP, que o senhor disse que é um partido basicamente de Parlamentares, é muito importante a ação do Governo para atender a esses Parlamentares. Como é que se dá isso e como é que se deu, como tem-se dado?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A presença do Governo nos nossos Municípios, até porque quando a gente está em campanha, promete promover o desenvolvimento, trazer o desenvolvimento para a região, para o Município e poder promover também o bem-estar daquele povo, e a gente promete lutar por isso. E, na verdade, o Município não tem recursos. Aqui tem alguns Deputados que são do Nordeste — está aqui o Deputado Jairo Carneiro —, que sabem que as Prefeituras nossas lá só têm como receita o FPM, porque não têm um tostão de ICMS, não têm um tostão de IPVA, não têm nada. Então, ela vive realmente do FPM, que mal dá para o custeio da Prefeitura. Se você quer fazer algum investimento para que possa amanhã trazer o desenvolvimento, se não tiver recurso do Governo Federal, certamente você não vai poder promover essas ações.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, então, voltando à questão principal, que é a dos recursos do chamado “valerioduto” ou do apelido que se deu, a marca de fantasia, “mensalão”, o senhor não percebeu, ao autorizar que o Genu recolhesse esses recursos sabidamente doados pelo PT, que poderia haver uma intercessão no acordo político? Quer dizer, a partir do momento que o PP vem para a base do Governo, também se viabiliza esse repasse razoável para partidos que vivem na penúria. O senhor disse que a voz corrente era que o PT vivia com as burras cheias. O PT que conheci, inclusive da eleição, vivia dando com os burros n’água em matéria financeira.

O senhor não se preocupou, como Presidente do partido, com essa fartura de recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O que eu lia nos jornais era que o PT estava nadando em dinheiro. Eu tinha essa informação. Eu não sei como é lá no Rio de Janeiro, mas eu sabia em outros Estados que o sujeito mandava o dinheiro para cá. Ele arrecadava lá no Estado, dos filiados, e mandava para o nacional. É uma coisa impressionante.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só para esclarecer. É um sistema que alguns partidos tem, não é só o PT, o meu atual partido também.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Fui informado disso pelo Senador Sibá. Oito mil reais ele mandava por mês. Eu digo: oito mil?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É bastante. O Parlamentar tem uma contribuição que ele dá ao partido. Se ele é um Parlamentar no plano federal, esses recursos, seja Deputado Federal ou Senador, vão para o Diretório Nacional; se é estadual, para o diretório estadual; municipal, também. Mas de qualquer forma nada é suficiente para se doar ao PP ou qualquer outro partido aliado...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós lá no PP nós só recebemos cobrança dos Estados, recebemos só cobrança.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor não se preocupou, por fim, em contabilizar ou dar algum registro legal a esses recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Fiquei aguardando a contabilidade disso. Havia um documento, um recibo assinado pelo Sr. João Cláudio. Ele tinha ido lá com a sua carteira de identidade, tinha assinado um recebido que ficou com a



Sra. Simone Vasconcelos. Então, ficamos esperando que fosse oficializado isso, para que a gente pudesse então contabilizar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Janene ocupa que função no seu partido?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele hoje é o Líder. Ele era o Primeiro Tesoureiro, hoje, ele é o Primeiro-Secretário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele foi seu primeiro tesoureiro? O senhor assumiu em abril. O senhor, antes, era Vice do Presidente Paulo Maluf, durante muito tempo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Paulo Maluf. E o Primeiro Vice era o Deputado Delfim Neto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor era o Segundo Vice?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Deputado Delfim Netto foi o meu Primeiro Vice-Presidente até a saída dele para o PMDB, agora, há pouco tempo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. E o senhor, durante a gestão Paulo Maluf presidiu o partido por muito tempo?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não presidia, eu era o Segundo Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, ele presidiu.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele presidiu por 8 anos, eu fui Vice-Presidente por 4.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, aí, o senhor assumiu em abril de 2003 até hoje.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A Presidência, e me reelei em 2005.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Deputado José Janene é o Tesoureiro?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O primeiro tesoureiro. Tem um tesoureiro-geral, tem um primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro e terceiro tesoureiro. O tesoureiro-geral, na minha primeira gestão como Presidente, era o ex-Governador Benedito Domingos e hoje é o Deputado Leodegar Tiscoski, de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Deputado Janene?



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Era o primeiro tesoureiro na minha primeira gestão e hoje é o primeiro-secretário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, sim! Não era o Benedito Domingos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Benedito Domingos era o tesoureiro-geral, porque nós temos os cargos da Executiva.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tem tesoureiro-geral e primeiro tesoureiro?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Presidente e 15 Vice-Presidentes. Temos um secretário-geral e primeiro-secretário, segundo-secretário, terceiro e quarto. E temos o tesoureiro-geral e acho que primeiro tesoureiro, segundo, terceiro. Não sei se tem quarto tesoureiro. Acho que não, primeiro, segundo e terceiro. Depois, tem os vogais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, Deputado, uma pergunta que eu sempre faço aqui a todos que estão no Conselho: o senhor tem uma avaliação crítica ou alguma revisão em relação a esses procedimentos que o trazem aqui a essa posição, que é evidentemente muito desconfortável, muito incômoda, depois de tudo isso acontecido?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A gente sabe, Deputado Chico Alencar, que é muito duro você estar na vida pública. Eu sou um político vitorioso no meu Estado. Eu tenho certeza de que a população de Pernambuco me conhece e que se amanhã eu tiver... se sair disso bem, não tiver problema, tenho certeza de que o meu julgamento em Pernambuco está reservado, e esse julgamento será positivo. Eu me reelejo lá em Pernambuco, até porque as pessoas confiam em mim. Eu tenho andado no Estado e tenho sentido o carinho com que essas pessoas têm conversado comigo. Eu tenho andado no Recife, já fui candidato a Prefeito do Recife, fui o terceiro mais votado, inclusive tive mais voto do que João Paulo, que hoje é o Prefeito do Recife. Então eu tenho certeza de que eu terei um julgamento tranquilo no meu Estado. Eu preciso convencer os meus pares em Brasília de que eu não cometi crime tributário, eu não cometi crime eleitoral, eu não fiz caixa dois, eu não cometi crime nenhum penal, eu não infringi nenhum dos artigos da Corregedoria da Câmara, nem do Conselho de Ética da Casa, nem do Conselho de



Ética. Eu fui autorizado pelo meu partido, para que nós pudéssemos conseguir os recursos para pagar o advogado do Deputado Ronivon Santiago. Eu abri todos os sigilos da minha vida. Eu trouxe aqui, desde 1979, a minha declaração de Imposto de Renda até hoje. Eu trouxe todas as cópias, os canhotos dos meus talões de cheques dos últimos 10 anos da minha vida. Eu trouxe o sigilo fiscal de minha mulher, de minha mãe que faleceu este ano. Eu trouxe o sigilo de meu filho, das minhas duas filhas, dos meus dois genros, da minha nora, do meu irmão — eu tenho um irmão inválido, que eu sou o curador dele, só tenho um irmão, eu sou o curador dele. Ele teve um acidente de automóvel, e ele inclusive é quem seria o político da minha família. Teve um acidente, estava no 4º ano de Direito e passou 9 meses em coma e nunca se recuperou. Então, eu quebrei os meus cartões de crédito, quebrei tudo. Trouxe declaração do Banco Central de que não fiz remessa de dinheiro para o exterior, que não tenho conta no exterior. Então, o que tinha da minha vida está aqui exposto. Então, certamente, eu espero ter um julgamento justo por parte de meus pares, que já me conhecem há muitos anos nesta Casa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, a última questão: o senhor, como Presidente do partido, participou da decisão do seu colega de partido e ex-Deputado Severino Cavalcanti, em renunciar?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu fui contra. Eu achei que ele não devia renunciar, achei que ele devia sair da Presidência, mas devia continuar no mandato e enfrentar o julgamento no Conselho de Ética e no Plenário da Casa. Olha, eu quero dizer o seguinte: o Deputado Severino Cavalcanti não é mais Parlamentar, ele renunciou, mas é uma coisa que a gente fica de coração partido, saber que Severino Cavalcanti, que não tem uma casa para morar, que se V.Exa. for a casa dele vai ver lá os estofados com buracos, saber que ele não tem um carro para andar, o carro que anda é de parente, não sei o quê, que os filhos todos não têm patrimônio de nada, e que se afasta daqui por corrupção. Quando a gente vê gente por aí com tanto dinheiro, gente tão forte, que tem aí a impunidade da vida. É uma coisa que corta o coração. Eu sou companheiro dele de Pernambuco, conheço Severino Cavalcanti há mais de 40 anos, ele foi Deputado com o meu pai, conheço a vida dele, era um homem que tinha uma situação financeira boa, tinha 14 lojas. Ele gastou o que ele fez na vida e a herança da mulher em política, abandonou todos os



negócios. Então, é uma coisa que a gente, como homem público... Eu digo sempre o seguinte: eu tenho algumas preocupações na vida como homem público, eu sou uma pessoa que fica indignado quando eu tenho que estar pedindo carro-pipa, quando tenho de estar pedindo uma frente de emergência para aquele meu pessoal do Nordeste, do sertão, do agreste. E todo ano eu tenho de fazer isso, porque realmente os Governos não resolvem o problema, eu acho até que falta uma ação nisso. Eu tenho também uma coisa de saber que Severino Cavalcanti saiu porque estava envolvido em corrupção, realmente é uma coisa que eu sinto muito e acho que ele não merecia isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Último inscrito como orador, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nobre Presidente, nobres colegas, advogados, nobre Deputado Pedro Corrêa e caros Relatores, tenho algumas indagações aqui ao nobre colega Pedro Corrêa.

O nome de V.Exa. figurou em alguma daquelas listas que foram divulgadas como recebedor de algum daqueles recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, nem eu, nem nenhum assessor meu, nem nenhum familiar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E como repassador?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, nem eu, nem nenhum assessor meu, nem nenhum familiar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Seu nome figurou em algum depoimento, fora o Genu?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nenhum, nem na Polícia Federal, nem na Procuradoria-Geral da República, nem na CPMI dos Correios, nem na CPMI da Compra de Votos, nem na CPMI dos Bingos, enfim, em nenhum lugar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O Sr. Genu era assessor do partido?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, ele era assessor do Deputado José Janene, do gabinete do Deputado José Janene. Quando o Deputado Janene se elegeu Líder neste ano de 2005, ele foi para um cargo da Liderança.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Da Liderança?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Da liderança do partido.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele... Ele merecia a confiança da direção do partido, o Genu?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele era um Parlamentar que andava...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu falo o Genu.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - ...ao lado do Deputado Janene, ele era... aliás, um Parlamentar — desculpe —, assessor que andava freqüentemente com o Deputado Janene. O Deputado Janene tem um problema sério de saúde, e ele tinha, naquela época, possibilidade de ter morte súbita e ele viajava para todos os lugares com o Deputado Janene. Ele andava com ele, porque o Deputado tinha esse problema...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu pergunto se ele era merecedor da confiança da direção do partido ?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele era merecedor por ser um assessor que estava há tanto tempo com o Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele, alguma vez, cometeu algum erro, algum ato desabonador?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Que eu saiba , não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele feriu a confiança da direção do partido?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Que eu saiba, não. Ele, quando estava na Liderança, ele... Aliás, quando o Deputado Janene foi Presidente da Comissão de Minas, ele também participava lá da Comissão e ele tinha... como ele tinha trabalhado muitos anos com os Deputados, ele tinha experiência nos Ministérios e tratava de assuntos referentes a emenda, pleitos dos Parlamentares. Nunca tratou de assunto meu nenhum, mas ele tratava.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O Deputado José Janene, em alguma oportunidade, praticou algum ato também que constituísse falta na sua relação de companheirismo partidário de confiança com V.Exa?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Tanto é que ele foi escolhido, por unanimidade, líder da bancada.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. Nós podemos admitir, então, que as declarações prestadas pelo Sr. Genu, são verdadeiras?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - As declarações que eu ouvi no depoimento, sim. No depoimentos, nas CPIMs e na acareação.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E na Polícia Federal também?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Na Polícia Federal, ele... Foi o primeiro depoimento, ele diz que foi inúmeras vezes, essa coisa toda, e, na verdade, ele estava autorizado apenas para ir 3 vezes.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Agora, V.Exa. já confirmou que as ações dele para recebimento de recursos foram devidamente autorizadas por V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Devidamente autorizadas pelo partido, pela direção, todo o partido...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Por V.Exa. também

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele tinha conhecimento, nós fomos informados, e evidentemente que nós sabíamos de que ele estava indo buscar os recursos que tinham sido autorizados para pagamento do advogado. Eu quero deixar bem claro, Deputado Jairo Carneiro, eu conheço a habilidade de V.Exa., até porque convivemos há muitos anos e...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Somos amigos e colegas.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - E quero deixar bem claro — somos amigos e colegas, inclusive vizinhos —... Eu quero deixar bem claro que esses recursos não foram usados por mim...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Vamos avançar um pouco. Eu quero deixar esse pano de fundo da conduta das pessoas, desses personagens, e V.Exa. confirma que eles não fraudaram a confiança...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não cometeram ato lesivo da confiança?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, o Sr. Genu esteve lá com a carteira de identidade dele, assinou os recibos, ele não faltou à confiança.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele diz no depoimento que o dinheiro foi entregue na Presidência do PP. O dinheiro foi entregue na Presidência do PP, e o dinheiro era recolhido em pasta tipo 007.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não sei, nunca vi esse dinheiro, não estava presente nesses dias na Presidência do partido e não sei como é que era. Eu avisava ao Dr. Valmor Giavarina. Avisei 2 vezes... umas 3 vezes avisei ao Dr. Valmor, sendo que numa delas ele não estava em Brasília, estava em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Agora, V.Exa. tomou conhecimento de que esse dinheiro foi transportado nessas pastas?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, não, não sabia...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nunca soube?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nunca vi a cor do dinheiro, não sei se eram notas de 100 ou de 50, de 20, de 10. Nunca vi isso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quanto à informação de que o dinheiro que ele recebeu não foram apenas 700 mil reais, o que é que V.Exa. declara?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Só tenho conhecimento dos 700 mil, e o que eu tenho conhecimento do Sr. João Claudio é que ele assinou recibos respectivos a isso: 300, 300 e 100; 300 e 300 no Banco Rural e 100 lá no Hotel Grand Bittar, da senhora Simone.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E a partir do momento em que a lista foi divulgada pelos meios de comunicação, dando conta de que ele recebeu 4,1 milhões?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu imediatamente procurei ele, e ele me desmentiu isso. Disse que não era verdade.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele disse que não era verdade. A questão do fundo se resume à autorização para que ele pudesse ter esses poderes, ele ter recebido somente 700 mil ou mais do que 700 mil...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A questão do...? Do fundo?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Se resume...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A questão de fundo?



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Essa questão do recebimento do dinheiro, e de um dinheiro que, no dizer do relatório da sindicância, aprovado, trata de recebimento de vantagem pecuniária irregular por Deputados Federais.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Existem, e no relatório tem, na minha defesa tem isso, Deputado Jairo Carneiro. Eu tenho conhecimento que alguns Parlamentares receberam indevidamente, isso aí deve estar generalizado. No meu caso, eu tenho certeza de que eu não recebi nenhuma vantagem pessoal, nem para mim nem para outrem.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas V.Exa. teve conhecimento de que o dinheiro foi recebido para pagar o débito do advogado?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Pagar o débito do advogado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas já se indagou muito a respeito sobre a forma de como esse dinheiro entrou, de como ele chegou sem ser registrado, sem ser contabilizado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O dinheiro não podia ser contabilizado, não podia ser colocado...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. já esclareceu.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ah!

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas eu lhe indago: a qualquer momento poderá surgir uma nova situação de dificuldade do partido...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O partido está em dificuldade.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É. E provavelmente o PT poderá querer oferecer mais alguma ajuda.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É evidente que depois dessa ação, evidente que nós não... Até porque agora inclusive estamos informados realmente do que existe no País. É evidente que isso não vai repetir, não vai acontecer. Agora, com exceção de uma eleição amanhã, de eleições majoritárias, porque nós sabemos como é que se disputa uma eleição no Município. O candidato majoritário é quem faz a despesa, ele é que... No meu tesoureiro da campanha, é ele quem arrecada.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É, porque pode ser que o PT venha a querer o apoio do seu partido para a Presidência da República, na eleição do próximo ano, e...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Isso não está fora. Agora, não há nenhum compromisso nesse sentido. Eu quero dizer a V.Exa. que se for mantida a verticalização, nós certamente não faremos aliança com nenhum partido em nível nacional. Vamos repetir a situação de 2002, quando os partidos em níveis estaduais... quando os diretórios estaduais fizeram as suas composições, porque é muito difícil, o adversário do partido no Rio Grande do Sul é o PT, o adversário em Santa Catarina é o PMDB. Então, é complicado, porque em cada Estado... O adversário em Pernambuco é o PSB. Então, fica complicado, porque cada Estado tem uma peculiaridade, e o partido tem uma posição diferente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E existe como que um entendimento dominante, creio, neste Conselho de que essa forma de receber recursos, ela é irregular.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não recebi recursos, Deputado. Eu não recebi.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, quer dizer, o partido autorizou.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É, o partido autorizou, eu não recebi, não tratei desse assunto...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não passou em sua mão.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não recebi recursos, não passou na minha mão, não sei como era a cor desse dinheiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas o partido autorizou?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O partido autorizou.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E tem de assumir também responsabilidade por esse dinheiro que tenha chegado, por qualquer que seja a mão.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - A mão do advogado, que tinha...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pela forma como tenha chegado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - ... um contrato entre o Deputado Ronivon Santiago e ele, para pagamento de honorários advocatícios de ações que



tenham sido inclusive... ações que chegaram ao ponto em que chegaram pela influência do PT no Estado do Acre.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Outro ponto em que eu permaneço em dúvida é sobre algo que já foi explorado aqui e que vai ser a minha última indagação. Esse dinheiro, no instante em que o PT tentou afastar o Deputado Ronivon, através das ações judiciais, o PT busca o apoio do PP e, a partir desse momento em que se reúne e conquista essa adesão ou aliança, ele passa a fornecer recursos para o PP defender o seu Deputado. Acho que pode ensejar algum tipo de leitura de que seria uma forma indevida de cooptação, de compra de apoio. Acho que não está descartada essa avaliação isenta...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu gostaria de dar a V.Exa. uma cópia das votações do Partido Progressista em 2003 e 2004 e, sobretudo e inclusive, a minha posição. Quero mandar isso para V.Exa. para mostrar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Acho que é importante, acho que é importante.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu tenho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. poderá providenciar e entregar à Presidência, mas, sem dúvida alguma, eu creio que restará um pouco de preocupação na análise...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu providencio.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... sobre esse tipo de negócio. Não é no sentido pejorativo, não. Mas é uma operação negocial.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não... Eu quero dizer a V.Exa. que eu não participei de nenhum negócio. Eu volto a afirmar que eu não ouvia esse nome de mensalão, passei a ouvir depois que isso estourou nos jornais e que não foi feito nenhum negócio para, através de um Deputado, ser o partido cooptado. O partido não foi cooptado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu respeito a posição de V.Exa. Acho que quem terá de se aprofundar muito mais nessa análise será o Relator sobre 2 pontos então.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Claro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ainda como Relator, se V.Exa. me permite algumas explicações finais, tendo em vista as indagações oportunas feitas por todos os colegas que me antecederam, eu pediria a V.Exa. apenas para que alguns outros e últimos esclarecimentos fossem dados. E até faço isso para que o Deputado Pedro Corrêa tenha conhecimento, porque vamos inquirir o Sr. Genu logo agora às 15 horas.

O Sr. Genu afirmou em seu depoimento perante a CPMI — e aqui estamos com as notas taquigráficas —, e eu gostaria de ouvir V.Exa. sobre essas afirmações porque elas poderiam ou não ser contraditórias ou elas poderiam não se confrontar com a versão ofertada pelo Sr. Genu.

O Presidente Amir Lando perguntou para ele como é que foi, qual foi o tempo entre o telefonema do Sr. Barbosa e a ida dele, Genu, até pegar o dinheiro, quanto tempo durou para que se dirigisse ao Banco Rural. Isso foi perguntado pelo Presidente Amir Lando. A resposta do Sr. Genu: *“Senador, ele me fez a comunicação. Na verdade, a primeira vez estranhei muito”*. Responde o Senador Amir Lando: *“Estranhou?”*. Responde o João Cláudio Genu: *“Receber um comunicado para pegar dinheiro de uma pessoa que a gente não sabe quem é? Fui imediatamente e entrei em contato com o Deputado Janene e com o Deputado Pedro Corrêa. Aí, ele disse — o Deputado Pedro Corrêa —: “Não, João, pode ir. Está combinado. Pega lá, por favor. E devolve na sede do partido”*. Afirmação textual do Sr. Genu.

Mais adiante, ele respondeu ao Deputado Fernando Coruja: *“Eu levava o dinheiro, sim. Eu sabia o que estava indo fazer.”* E, daí, o Sr. Fernando Coruja pergunta se ele conferia esse dinheiro, e ele responde: *“Olha, para mim, eu quebrar o lacre para dizer que eu conferi, depois falta alguma coisa e não sabia a quantia e aí o senhor já viu a confusão que estaria formada”*.

Mais adiante, o Sr. Cláudio Genu, respondendo ainda a indagação do Deputado Fernando Coruja, responde textualmente: *“Dessa segunda vez fui confirmar com o Deputado Janene. O Deputado Janene então me disse: ‘Não, João.*



Liga para o Pedro, porque é o Pedro quem está sabendo disso tudo'. Peguei o telefone, liguei para o Deputado Pedro Corrêa. O Deputado Pedro Corrêa me disse: 'Não, João, pode ir lá e pegar. Está tudo direitinho'. Eu fui e fiz o mesmo procedimento. Na terceira vez, recebi o comunicado, só que quando fui entregar não era mais para o Sr. Barbosa e, sim, para o Sr. Walmir".

E, por último, ele afirma, com relação ainda à pergunta do Deputado Fernando Coruja, que eles, que seriam V.Exas., não explicavam muito, só diziam: *"Tem que pegar uma encomenda lá no Banco Rural"*, dando uma impressão de que o dinheiro não teria uma origem lícita, daí por que não se afirmar por telefone que seria um dinheiro mas, sim, uma encomenda.

Como tudo isso vai ser objeto de indagação ao Sr. Genu daqui a pouco, eu pediria a V.Exa. que, se puder, preste esclarecimento sobre essas versões ofertadas pelo Sr. Genu junto à CPMI dos Bingos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Deputado Carlos Sampaio, eu deixei claro que o partido tinha autorizado o Deputado Janene a conseguir os recursos. Quem me informava de que essas encomendas iam sair era o Deputado Janene que me avisava, e o Genu me telefonava dizendo quando era o dia e a hora que ele ia buscar, que era uma encomenda. Dizia claramente: *"A encomenda que está chegando no Banco Rural..."*

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele, Genu, dizia que era uma encomenda?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - *"... no Banco Rural. Já foi avisado que a encomenda está no Banco Rural"*. Tá bom, você pode ir buscar e entrega lá no 17º andar. Isso que eu falava, que era o Dr. Valmor Giavarina.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quanto ao fato dele dizer que V.Exa. afirmava: *"Não, João, pode ir. Está tudo direitinho. Pode ir lá pegar, fica tranquilo."*

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, eu não devo ter tido isso. Essa coisa, na verdade, estava combinada, eu não tenho nenhuma dúvida disso, mas eu não devo ter informado isso, até por telefone eu não ia falar muito tempo, para quê?



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Uma última pergunta: V.Exa. teria afirmado aqui que somos da base e na reunião que teve com o Senador Sibá e outros Deputados...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Estive com Pedro Henry, Sibá, Nilson Mourão e o Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Justamente. Nessa reunião V.Exa. teria afirmado: *“Olha, somos da base e não tem sentido o PT fazer isso conosco o que está fazendo particularmente às ações”*. No sentido de que não é possível que aliados de primeira hora recebessem do PT o tratamento que estavam recebendo. É essa a impressão que V.Exa. quis me passar.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Não. Eu não deixei claro isso, até porque nós não somos aliados de primeira hora. Nós somos aliados. Eu votei em Serra as duas vezes, como V.Exa....

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não. No momento da base. Constituída a base...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Constituída, o partido... Não tinha sentido nós apoiarmos o Governo do Presidente Lula na Câmara dos Deputados e o PT massacrar a gente no Acre.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É exatamente com relação a essa frase.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós queríamos uma convivência, sobretudo porque...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não teria sentido...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não teria sentido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - o PP apoiá-lo e eles tratarem...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Já tínhamos perdido um Parlamentar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... o PP dessa forma. Só que, ato contínuo, e aí o porquê da minha estranheza, V.Exa. agora há pouco respondeu o seguinte: *“eu trago aqui a relação das votações para demonstrar que na maioria das vezes votamos contra o partido e eu, particularmente, votei contra.”*

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós obstruímos várias vezes. Em tudo aquilo que não era do nosso entendimento, que não era do nosso programa, o



partido se manifestou de maneira diferente. Nós votamos todas aquelas matérias porque, na verdade, nós tínhamos compromisso com aquilo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, eu entendo. Mas, veja, Deputado Pedro Corrêa, nada mais correto do que também o Senador Sibá ou qualquer um que fosse, Deputado do PT ou da base aliada, dizer o seguinte: podemos ajudá-los em tudo; nessa questão do Deputado Ronivon, não. Por quê? Porque nós temos nossos conceitos próprios, temos nossa visão ética própria. Veja. V.Exas. tinham essa autonomia para não votar com o Governo...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Se ele tivesse, Deputado, colocado isso, se — é uma coisa de se —, eu teria levado isso ao conhecimento do partido e não sei qual seria a conduta da bancada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não. É tão somente para ponderar com V.Exa. Do mesmo jeito que V.Exas. tinham autonomia...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Talvez tivéssemos uma outra conduta. Não é verdade?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Do mesmo jeito que V.Exas. tinham essa autonomia, para mim ficou muito claro até nas votações que V.Exa. vai juntar, mas que eu já tive conhecimento por conta da CPMI, se V.Exas. tinham essa autonomia de poder votar contra o Governo quando a consciência de V.Exas. assim o determinava, nada mais lógico do que entender que o PT também poderia, nesse episódio específico do Ronivon, dizer o seguinte: *“Olha, nesse episódio não dá, porque nós que entramos com todas as ações e não teria sentido”*.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós estamos fazendo uma tratativa sob hipótese. Certamente...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De fato é. Estou falando hipoteticamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Certamente, se tivesse havido isso, eu teria convocado uma reunião com a bancada e teria levado esse assunto dessa maneira. E eu não sei qual seria a conduta da bancada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Para que a direção nacional tomasse a decisão.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Lógico.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu agradeço a V.Exa., mais uma vez, a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Deputado Orlando Fantazzini, Relator.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputado Pedro Corrêa, V.Exa. poderia precisar quando o PP decidiu apoiar o Governo Lula?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Parte do partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Parte do partido.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nós tivemos essa reunião para escolha do Líder em 2002, em dezembro, em uma reunião lá no Hotel Nacional. Eu não sei a data, mas eu posso ver. Tem a ata disso. E quando foram escolhidos eu, o Janene e o Pedro Henry para que a gente pudesse conversar com o Presidente Genoíno, que tinha acenado aqui a vários companheiros, até porque no partido tinha muita gente que tinha votado, no segundo turno, no Presidente Lula. Então, a necessidade que o Presidente tinha para promover as reformas, para fazer as coisas, a necessidade de a base ser ampliada. E aí, nessa reunião, em 2002, o partido autorizou para que pudéssemos fazer um entendimento nesse sentido. Evidente que cada vez que o entendimento avançava ou o entendimento não avançava, nós nos reuníamos aqui toda semana com a bancada, tratávamos inclusive dos assuntos da pauta e, aí, comunicávamos como estavam as conversas. Era isso, então, o que nós fazíamos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Bom, então eu não posso ter como uma data 2002.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não. Não houve data. Acho que até hoje não houve uma decisão formal nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas quando o partido começou a ter um comportamento de maior proximidade, a discutir cargos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Presidente convidou o partido para fazer parte do Conselho Político. Eu estive 2 vezes em reunião do Conselho Político. Foi mais ou menos a partir daí, quando ele tratou disso aí.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E quando foi isso?



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Acho que em 2003, em março ou abril.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E aí já passou a se discutir inclusive a possibilidade de ocupar alguns espaços políticos, cargos nos Estados, como o senhor já havia dito.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A partir de março de 2003?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É. Eu acho que a partir de março e abril de 2003 nós fomos fazendo isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Março ou abril.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É. Março.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor se recorda quando ocorreu a autorização para que o Deputado Janene pudesse correr atrás de recursos para resolver esse problema específico dos honorários?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nessa reunião de 2002. O Janene, o Deputado Ronivon já relatou para todos nós, e o Deputado Narciso também. Eles relataram que a situação estava ficando insustentável. Não tinham como resolver esse problema, estavam exauridos das eleições, sobretudo o Deputado Ronivon. O Deputado Narciso tinha uma outra situação, era empresário, dono de televisão, mas o Deputado Ronivon não tinha nada. Então ele relatou que estava ficando insustentável. Então, houve já esse entendimento neste sentido. O partido estava querendo ver como...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A partir dali já saiu uma autorização. E quando do Deputado Janene informou que já tinha conseguido os recursos, que estava conseguindo os recursos?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Acho que foi maio ou junho de... Junho, junho... Não. Foi quando nós tivemos uma carta dia 11 de junho, foi mais ou menos nessa data. Eu tenho uma carta do advogado, Dr. Paulo Goiás, propondo fazer o entendimento para que fossem pagos 300, 200, 200, 200 para completar o pagamento. E aí ele fez uma carta para mim, e eu despachei para o Dr. Walmor, dizendo que na hora que nós tivéssemos o recurso era importante fazer o pagamento. Mas isso só começou em setembro.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então em junho de 2003 ele fez esse comunicado ao partido, que estava conseguindo os recursos. Quando ocorreu a reunião entre V.Exa. e o Deputado Pedro Henry, Senador Sibá, Deputado Ronivon e Deputado Nilson Mourão?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não... não me recordo. Mas acho que...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Em 2003?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Foi 2004, não? Eu não me recordo. Eu acho que foi já no início de 2004. Nós tivemos um encontro. Foi depois desse encontro do partido lá no Acre. Fizemos um encontro, tinha um Deputado...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, foi antes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não sei. Não sei. Aí, realmente, eu...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor não se recorda?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, não me recordo, não. Eu tenho que ver.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor poderia encaminhar essa informação?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Tenho, sim. *(ininteligível)* tem essa reunião.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Acho que deve ter registrado lá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A última pergunta, em razão, inclusive, de que à tarde nós vamos estar ouvindo o Sr. Genu. O senhor disse que ele, Genu, ou melhor, que o Deputado Janene foi quem fez as tratativas desse recurso para fazer frente aos honorários, e que ele é que acertou tudo. Entretanto, o Sr. Genu, nos depoimentos, que estão ali com o Deputado Carlos Sampaio, ele afirma que consultou o Deputado Janene quanto aos recursos, e o Deputado Janene dizia para ele o seguinte: *“Olha, fala com o Deputado Pedro Corrêa, porque ele é que está sabendo de tudo”*

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele, ele...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ele, no caso o senhor.



Eu acho que quando o Deputado Janene dizia isso é porque, na verdade, quem tinha que dizer ao Dr. Walmor Giavarina que o recurso... que ele ia buscar o recurso era eu, que tinha que informar a ele para que ele providenciasse toda a maneira de fazer o pagamento ao Dr. Paulo Goiás.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, mas a afirmação dele é quanto a ir buscar a encomenda, e aí o Deputado Janene diz: *“Quem sabe de tudo é o Deputado Pedro Corrêa”*.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Bom, aí eu acho que ele deve ter-se enganado...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu estou me apegando aqui ao depoimento para que nós possamos...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não é verdade. Eu não sabia de nada disso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, não é verdade...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu sabia, do Deputado Janene, que ele estava conseguindo recursos, tinha conseguido recursos. Então, quando o Sr. João Cláudio Genu me avisava: *“Olha, tal encomenda, eu posso buscar?”* *“Claro”*. *“Eu vou avisar o pessoal”*. E avisava então o Dr. Walmor. Foi isso o que eu fazia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então não era o senhor quem sabia de tudo?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, a forma como o Sr. Genu expressou aqui, sendo brando, é um equívoco?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Sr. Genu, eu quero dizer o seguinte: o Genu não tinha conhecimento de assunto nenhum, ele não sabia que esse dinheiro seria para pagar o advogado, ou o que é que ele ia fazer. Ele, na verdade, era apenas uma pessoa que trabalhava na Liderança do partido, trabalhava antes no gabinete do Deputado Janene, e que foi fazer, prestar um serviço, e foi lá buscar uma encomenda. Apenas isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele não tem nenhuma responsabilidade, e eu tenho certeza de que ele não sabia de nada, se falou com



fulano, sicrano, beltrano, se alguém... Ele não tinha conhecimento de quem tratou, de quem não tratou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, em momento algum ele alega isso no depoimento.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Mas V.Exa. está dizendo que eu...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ele só alega...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Só quem sabe de tudo é Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ele só alega de que falava com o Deputado Janene...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Então acho que o Deputado Janene se enganou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...e dizia para ele: *“Não, conversa com o Deputado Pedro Corrêa”*.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Então eu acho que o Deputado... Se foi Genu, eu acho que o Deputado Janene se enganou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Houve engano, então?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Houve engano do Deputado Janene, porque se transmitiu isso a ele. Então o Deputado Janene foi quem se enganou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor tem conhecimento se houve algum outro tipo de repasse a não ser esse para o PP, em nível nacional?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nenhum?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Nenhum. Nenhum.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu estou perguntando porque o Vice-Presidente do PP...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - E é preciso dizer que o dinheiro foi pago ao advogado...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, eu...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - ... Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Por isso é que eu estou sendo claro.



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ele não foi para o partido; ele foi para pagar o advogado, que estava lá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso. Por isso é que eu fui bem claro. Além desse recurso do qual nós estamos tratando, o senhor não tem conhecimento de nenhum outro recurso..

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...para o partido em nenhuma outra parte do território nacional?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu estou lhe perguntando porque há um depoimento do Sr. Delúbio, dizendo que houve um repasse para o PP. E ele confirma esse depoimento. O Delúbio faz o depoimento aqui na Casa. E a própria CPI agora resolveu convocar o Vice-Presidente do PP...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Do PP?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Do PP aqui do Distrito Federal...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Hum.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...porque o Delúbio disse que, num repasse que fora feito, inclusive estavam 250 mil reais e que foram feitos justamente ao tesoureiro do partido. E se não me falha a memória, à época o tesoureiro, segundo V.Exa., era o Sr. Benedito Domingos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Verdade.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É isso?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Agora, desse assunto eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor não tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu não tenho nenhum conhecimento de recurso nenhum transferido pelo PT para o Estado, nem para outro Partido nem para ninguém.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. me permite?

Nessa questão, o Sr. Marcos Valério, junto à Procuradoria da República, juntou uma listagem, que deve ser do conhecimento de V.Exa., onde ele afirma que os repasses foram da ordem de 4 milhões e 100. E até entendo que V.Exa. também não saiba de algum valor que exceda esses 700, porque ele coloca 2 asteriscos aqui na questão do João Carlos Genu. E, indo lá para a última página, esses 2 asteriscos se referem ao seguinte: repasses feitos através da Bônus-Banval ao PP, não é, no valor de 3 milhões e 500. Então, vejam: dos 4 milhões e 100, seriam quase aproximadamente os 700 repassados ao Genu. E os 3 milhões e 515, na informação do Sr. Marcos Valério, seriam via Bônus-Banval. E o Sr. Genu, em várias oportunidades, diz que acompanhou o Deputado Janene à Bônus-Banval. Então, é capaz que esse outro repasse tenha sido feito por uma outra articulação, dentro da linha de raciocínio desenvolvido por V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Deputado Carlos Sampaio, eu posso falar?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Por gentileza.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu gostaria apenas de dizer que essa lista do Marcos Valério é a lista mais furada que eu já vi na minha vida. Todo o mundo diz uma coisa da lista. Os valores não batem. Até na acareação, eu me lembro que a Deputada Zulaiê dizia: "*Lá vem... do lado de lá vem um monte de dinheiro... Do lado de cá, vem menos dinheiro.*" Então era uma coisa que não bateu em nenhum momento. Essa lista do Marcos Valério é uma lista inteiramente furada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sou obrigado a concordar com V.Exa. que os 55 milhões aqui, como empréstimos, foram uma criação do binômio Marcos Valério/Delúbio.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - O Sr. Marcos Valério disse que tinha mandado dinheiro para o Sr. Vadão Gomes. Vadão Gomes não estava em São Paulo. Não recebeu dinheiro. Colocou... Diz que era coisa do frigorífico. Ele colocou o sigilo do frigorífico à disposição. Ele nega veementemente que houve isso. Então, ele diz que, uma vez... Ele estava... Ele provou. Ele fez a contraprova.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. me disse aqui que, inclusive, o partido delegou a 3 pessoas para...



O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - É. E o Vadão não estava nisso. O Deputado Vadão não estava nisso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu só estou frisando, porque aí não é a lista do Marcos Valério. É o depoimento do tesoureiro do PT, Sr. Delúbio. E a CPI decidiu convocar o... não sei se ainda é o Vice-Presidente do Partido, que era à época.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Secretário-Geral.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, o Vice-Presidente. Porque há divergência, parece, nas declarações. E o Vice-Presidente do Partido...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Vice-Presidente do PT?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Aqui no Distrito Federal?

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não, o Vice-Presidente... O Presidente do PP aqui no Distrito Federal, que é o...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Era Vlamir...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Hein?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Era Vlamir? Eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Hein?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, Benedito Domingos era o Presidente e, concomitantemente, tesoureiro nacional. E o Vice-Presidente do PP do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Não tem Vice-Presidente. Porque Comissão Executiva Provisória não tem Vice-Presidente. Comissão Executiva Provisória tem um Presidente e vários membros, não é?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, é um dos membros que declarou que chegaram os recursos. E o Sr. Delúbio confirma que...

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Ah, não. Eu vi no jornal que era o Presidente do PT aqui do Distrito Federal, não é isso, Valmir não sei o quê.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É, o Valmir.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Do PT, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Isso, eu vi nos jornais.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso. Que repassou os recursos para o Sr. Benedito Domingos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Isso eu vi nos jornais. O Sr. Benedito Domingos nunca me confirmou isso e nunca me disse essa história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu queria só... É que a praxe aqui do Conselho, em todos os momentos, é que é ouvido o representado. E, conseqüentemente, o partido... aliás, o Conselho também oferece oportunidade para que os advogados possam se manifestar a respeito. É até agora o advogado do Deputado Pedro Corrêa não fez qualquer tipo de manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Já estaria pronto para fazê-lo?

O SR. EDUARDO FERRÃO - Só uma observação de caráter técnico, Sr. Presidente. Não houve objeção nenhuma do Representado, nem da defesa, quanto à simultaneidade das condições do depoimento, ou seja, testemunha e Representado. Há o compromisso da defesa de não argüir em momento algum qualquer tipo de nulidade nesse sentido. Agora, se alguém puder fazê-lo, se alguém o fizer, eu questiono a higidez formal dessa condição, por uma razão simples, Deputado: como testemunha, presta compromisso e, como Representado, não pode fazê-lo. Então, essa condição fica meio complicada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se V.Exa. me permite, então, e se o Deputado Fantazzini também me permitir, para que não parem dúvidas sobre o procedimento no que tange à minha relatoria, eu pediria que prevalecessem as declarações do Deputado Pedro Corrêa tão-somente como Representante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Representado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Representado. E, portanto, não prestando compromisso. E as indagações feitas pelo Deputado Fantazzini sob compromisso na condição de testemunha. Porque senão, se nós estendermos as respostas formuladas às minhas... as repostas às minhas perguntas também a esse termo de compromisso, corremos o risco de o advogado não argüir, mas alguém fazê-lo. E daí poderia macular o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Muito bem.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sem qualquer objeção, sob compromisso, fica o Deputado justamente nos questionamentos feitos por esta Relatoria. Nos demais, inclusive, esta Relatoria abre mão de que seja sob compromisso.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Antes de passar a palavra a V.Exa., registro que o nobre Deputado Pedro Henry está acompanhado do advogado. Consulto se deseja se manifestar. *(Pausa.)*

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CORRÊA - Eu queria só deixar... Eu tenho o maior interesse, Deputado Carlos Sampaio, em que esse assunto possa ser resolvido. Isso traz prejuízo, evidentemente, imenso a quem vive de imagem pública, como é o nosso caso. Agora, eu queria deixar à disposição de V.Exa., se V.Exa. precisar, porque eu me municiei muito, eu sou uma pessoa que sou organizada, eu tenho uma porção de documentos que talvez o próprio Conselho não tenha. E eu quero colocar toda essa documentação à disposição de V.Exa. Se V.Exa. precisar, eu estou à inteira disposição.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Pedro Corrêa, eu queria até dar um testemunho no sentido de que não solicitei nenhuma prova documental porque todas elas foram ofertadas voluntariamente por V.Exa. E os testemunhos são aqueles que foram arroladas pelo Deputado Fantazzini, que arrolamos conjuntamente, exceto dois únicos casos, duas únicas exceções. Portanto, não tenho nenhuma documentação complementar a solicitar de V.Exa. Mas agradeço aí o fato de se disponibilizar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Srs. Deputados, Srs. Representados, senhores advogados, em nome da Presidência... O Deputado Pedro Henry gostaria de falar? *(Pausa.)* Em nome da Presidência, nós iremos suspender os trabalhos, para retomá-los às 15h, no Plenário 11, para dar continuidade a nossa pauta, que compreende o depoimento do Sr. João Cláudio Carvalho Genu, testemunha arrolada pelos Relatores Deputado Carlos Sampaio, no Processo 13/05, e Deputado Orlando Fantazzini, no processo 14/05.

Agradecendo a presença de todos...



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Salvo engano, a das 15h é uma outra audiência. Então, não se trata de suspensão dos trabalhos. É a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - É a mesma.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É a mesma? Continua? Desculpe-me, então. Agradeço pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Então, agradeço a presença de todos. Está suspensa esta reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, está reaberta a 65ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Antes de iniciarmos gostaria de voltar a informar que na quinta-feira, dia 24, às 10h da manhã, no Plenário 5, teremos a seguinte pauta: tomada de depoimento do Deputado João Paulo Cunha, Representado no Processo nº 9, de 2005, tendo como Relator o Deputado Cezar Schirmer.

Ordem do Dia. Esta reunião foi também convocada para tomada de depoimento do Sr. João Cláudio Carvalho Genu, testemunha arrolada pelos Relatores dos Processos nºs 13 e 14, de 2005, Deputados Carlos Sampaio e Orlando Fantazzini.

Comunico ainda que estão presentes os advogados dos Representados: Dr. Eduardo Ferrão; também o Dr. José Antônio Duarte Alvarez; o Dr. Marco Antônio Meneghetti; e o Dr. Maurício Maranhão.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente será dada a palavra ao Deputado Orlando Fantazzini, Relator do Processo nº 14, de 2005, e, por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o depoente.

Como o Deputado Carlos Sampaio ainda não se encontra, ao chegar, nós daremos a palavra a S.Exa. também, como Relator do Processo nº 13, de 2005.

Antes de iniciarmos, eu vou ler o termo de compromisso:



“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos aos Processos nº 13, de 2005, Representação nº 50, de 2005, da Mesa, movida contra o Deputado Pedro Corrêa, e Representação da Mesa movida contra o Deputado Pedro Henry.

Sala das Reuniões, 22 de novembro de 2005.

João Cláudio Carvalho Genu”.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Genu, Ilmos. advogados, Deputado Pedro Henry, Dr. José Antônio Alvarez, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Sr. Genu, qual é o seu relacionamento com o Deputado Pedro Henry?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Um relacionamento cordial de trabalho.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E qual a posição que o Deputado Pedro Henry ocupava, ou ocupa, na bancada do PP nesse período de o senhor estar atuando na bancada do PP?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Quando eu comecei a trabalhar junto a eles, em agosto de 2003, ele era o Líder da bancada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não é mais?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ele saiu em janeiro ou fevereiro deste ano.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E qual a ascendência — se é que o Deputado Pedro Henry possuía — junto à bancada do PP e na administração do partido? O senhor tem conhecimento?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu desconheço, Deputado. Eu nunca tinha trabalhado com o PP. Eu vim a trabalhar nesse momento, e ele apenas era o Líder da bancada. Eu fui... muito tempo depois só que eu fui saber de mais alguma coisa... Eu digo assim, que eu fui ter maior participação ou trabalhar mais



efetivamente com a bancada. Eu não... Era muito recente a minha chegada lá. Eu não sabia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, em 2003 o senhor não era funcionário da bancada do PP?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - A partir de agosto, sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A partir de agosto de 2003?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Até agosto de 2003, o senhor era funcionário do gabinete do Deputado Janene?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não. Eu, em janeiro de 2003, eu... O Deputado Rubem Medina perdeu o mandato. Em seguida eu fui auxiliar o Deputado Reinaldo Betão. No dia 1º de julho, eu fui chamado a colaborar com o Deputado Janene e a bancada do PP, porque o Deputado Janene era o Presidente da Comissão de Minas e Energia. Mas eu estava de férias no mês de julho e efetivamente comecei as minhas atividades no início de agosto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, o relacionamento do senhor com a bancada do PP e com o PP em si, oficialmente, a partir de agosto de 2003?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor tinha algum relacionamento com o Sr. Barbosa, supostamente o prestador de serviço, o contador do partido?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor o conhecia?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não o conhecia. O senhor sabe de algum relacionamento do Deputado Pedro Henry com o Sr. Barbosa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Existia algum vínculo especial entre o senhor e o Deputado Pedro Henry?



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, eu não... Eu só o conhecia, como eu lhe disse, institucionalmente. Ele era o Líder, eu estava começando a trabalhar com eles.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, mesmo o senhor sendo funcionário da bancada, da Liderança do PP, e o Deputado Pedro Henry sendo o Líder, o senhor não tinha nenhum relacionamento com ele?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quando o senhor tinha que se reportar a alguém, o senhor se reportava a quem?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ao Deputado Janene e ao Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor era funcionário da Liderança e não do partido?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, eu era funcionário, no início, do gabinete do Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No início. Então, eu tenho que entender o início, agosto?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Até quando o senhor foi funcionário do gabinete do Deputado Janene?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu fiquei lotado no gabinete dele até janeiro desse ano, depois passei para a Liderança.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah, então o senhor passou a fazer parte da Liderança a partir de janeiro deste ano?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor afirmou, em depoimento prestado à Polícia Federal, que por diversas vezes foi à agência do Banco Rural, em Brasília, sacar grandes quantias de dinheiro vivo, sempre por ordem do Sr. Barbosa, e que essas ordens eram sempre confirmadas pelos Deputados Pedro Corrêa ou José Janene, após o que, o senhor ia ao banco sacar os valores. O senhor confirma... que o senhor ia sacar os recursos. O senhor confirma essa sua declaração prestada na Polícia Federal?



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Confirmando.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor confirma também que uma dessas vezes, o senhor fez contato... o senhor recebeu a informação que era para se dirigir ao Banco Rural, o senhor fez um contato com o Deputado Janene, o Deputado Janene disse que o senhor deveria procurar o Deputado Pedro Corrêa, porque ele é que sabia de tudo? Aí o senhor fez o contato, então, com o Deputado Pedro Corrêa e, a partir disso, aí o senhor foi fazer o recebimento. O senhor confirma isso?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Veja bem, essa expressão "*ele que sabia de tudo*", não é bem isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, como é?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu recebi o comunicado; fui informado; como sempre fazia, ligava. Eu não sei a situação e a circunstância em que o Deputado Janene se encontrava naquela hora. Ele me disse o seguinte: "*Vê com o Pedro*". Só.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas quem lhe fazia o contato era o Sr. Barbosa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Era o Sr. Barbosa. "*Vê com o Pedro*." Liguei, o Pedro disse: "*Não, pode ir lá, João, não tem problema*". Aí eu peguei e fui.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor sabia, então, que o Sr. Barbosa era alguém do partido?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Vim a saber depois, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Depois, quando?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Depois que eu recebi a primeira vez o comunicado dele. Na primeira vez, se não me engano, 17 de... setembro de 2003, não?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, então o senhor não conhecia o Sr. Barbosa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não conhecia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Recebeu um telefonema. O que ele disse para o senhor nesse telefonema?



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ele me indagou e disse que tinha... queria me pedir para ir ao Banco Rural fazer uma retirada. Aí eu perguntei: *“Quem está falando?”* Ele me disse: *“É o Barbosa, aqui da Direção Nacional”*. Eu liguei para o... imediatamente, até porque não sabia quem era a pessoa. Liguei para o Deputado Janene, liguei para o Deputado Pedro Corrêa, e eles me disseram: *“Não, se você pudesse fazer o favor de ir lá para pegar isso para a gente. Isso é uma coisa do partido. Pegue e entregue lá no partido”*. E foi assim feito.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, eu só acho estranho alguém que o senhor não conhece, que não lhe conhecia, ligar para ir pedir para sacar dinheiro num banco. O senhor disse que nunca tinha visto essa pessoa, nunca falou com essa pessoa e, assim mesmo, ainda assim, ela lhe liga para dizer que o senhor tinha que ir num banco fazer um saque de recursos.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Veja bem, Deputado, ele não era conhecido meu, mas eu acho que ele era conhecido dos outros membros da bancada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah, então alguém da bancada sugeriu a ele seu nome?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso eu não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não sabe? O senhor não teve a curiosidade de perguntar quem foi que lhe passou o seu telefone, quem deu a indicação para que ele fizesse contato com o senhor?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu acho que eu, na minha função de funcionário, eu perguntei, perguntei se era para eu ir, se era coisa do partido. Ele disse que era. E eu fui e cumpri. Eu era funcionário.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor perguntou para o Sr. Barbosa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Perguntei para o Deputado Janene e para o Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor não teve a curiosidade de saber quem havia solicitado a ele ligar ao senhor? Se eu receber um telefonema de alguém dizendo: *“Orlando, você pode ir num banco lá pegar um dinheiro para mim?”*



Eu vou dizer: *“Quem está falando?” “É o Antônio”. “Antônio, eu não lhe conheço, quem te deu o meu telefone, porque que você está me ligando?”* Eu não vou sair procurando, fazendo algo sem que a pessoa se identifique. Então, isso o senhor não fez. O senhor só se reportou ao Sr. Janene.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, foi mais ou menos assim. Talvez eu não me tenha explicado. Ele me ligou, perguntou, perguntei quem era, ele disse que era pessoa do partido. Ele disse: *“Olha, eu recebi uma orientação para procurar você para ir apanhar os recursos lá no Banco Rural e tal”*. Eu disse: *“Olha, eu vou confirmar e, se for o caso, eu vou”*. Nesse momento, ele já me deu instrução, deu-me o telefone da Simone para que eu ligasse para ela para combinar. Eu liguei, chequei a informação e procedi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Qual foi o papel do Deputado Pedro Henry nesse processo o qual acabou fazendo com que o senhor fosse até o Banco Rural ou algumas vezes para fazer saque de recursos?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Com relação a mim nenhum. S.Exa. apenas fazia parte da bancada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, com o senhor nunca ele se reportou? O senhor também nunca participou de nenhuma reunião da bancada do partido, da direção partidária.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nunca?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, eu não era membro da bancada nem do partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor tem... sabe nos informar se o dinheiro era distribuído a outros Parlamentares do PP ou qual o destino que era dado a esse dinheiro?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Assim que eu apanhava os recursos, eu levava no 17º andar, lá no Senado, que era a orientação que eu tinha para entregar. E lá eu deixava. De lá eu não sei o que era feito.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Essa orientação lhe era dada ou pelo Deputado Janene ou pelo Deputado Pedro Corrêa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor tem conhecimento ou alguma vez esteve na casa... no apartamento do Deputado Janene, onde vários Deputados lá estivessem e alguma vez o senhor presenciou ou ouviu dizer que se distribuía ajuda financeira para os Deputados, através do Deputado Janene?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Nunca ouvi dizer, nunca ouvi falar disso. E todas as vezes que eu ia à casa do Deputado Janene fazer alguns despacho, por algum motivo, despachar alguma coisa, se tinha outros Parlamentares lá — e alguns aqui estão aqui, porque são colegas dele — eu nunca ficava, sempre ia embora.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor afirmou no mesmo depoimento prestado à Polícia Federal que conheceu o Sr. Marcos Valério em uma das visitas que o Marcos Valério fez ao gabinete do Deputado Janene, e que se encontrou outras vezes com ele nos corredores do Congresso Nacional. Qual a frequência desses encontros, com quem estava o Sr. Marcos Valério e o que fazia?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não sei lhe dizer. Eu efetivamente o vi pela primeira vez no gabinete do Deputado Janene, mas não participei de nenhuma reunião. Os outros encontros que ele teve no gabinete mais umas 2 ou 3 vezes, não sei dizer-lhe ao certo, e os encontros que eu tive, que eu ouvi pelos corredores do Congresso Nacional. Encontramos com ele uma vez em São Paulo, em um hotel, de passagem, mas eu nunca participei de nenhuma conversa, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor, não, mas as pessoas com quem o senhor estava, o Deputado Janene ou outros Deputados participaram?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Se ele ia ao gabinete do Deputado era para falar com ele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não. Eu digo dessas outras vezes que o senhor o encontrou, não no gabinete.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ah! Não. Não, não teve conversa. As conversas foram sempre coisas rápidas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor sabe se o Deputado Pedro Henry teve algum relacionamento com o Sr. Marcos Valério?



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Nunca ouvi dizer isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A Corretora Bônus-Banval é apontada como a responsável por colocar em prática suposto esquema usado pelo Deputado José Janene, Líder do PP, para arrecadar dinheiro que seria repassado para membros do Congresso Nacional. O senhor alguma vez esteve com o Deputado Janene na Bônus-Banval? O que o senhor foi tratar com ele? Participou de alguma conversa com os dirigentes da Bônus-Banval? O que o senhor sabe, efetivamente, do relacionamento do Deputado Janene com a Bônus Banval? Se esteve presente em alguma reunião, quantas vezes foram?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Veja bem, Deputado: essa corretora é em São Paulo, e já foi dito aqui, é claro, e hoje está mais do que provado, que o Deputado Janene tem um problema cardíaco sério e grave. Inclusive foi operado recentemente. Em muitas viagens ele me pedia para acompanhá-lo, até por uma questão aí que já foi exaustivamente colocada. As vezes que eu fui à corretora com ele, ele foi visitar a filha dele, que fazia estágio lá, a Michele. Fora isso, eu nunca participei de nenhuma reunião. Porque todas as vezes que ele ia, ele entrava lá para falar com a filha, eu ficava na recepção esperando ele. Como todo assessor faz.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, então, o senhor também não tem certeza de que ele foi conversar com a filha, porque o senhor não entrou para ver se ele foi conversar com a filha. O senhor ficava na recepção.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Olha... Veja bem, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É uma suposição que o senhor está fazendo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ela ia receber ele na entrada. Então, eu supunha sempre que ele ia conversar com a filha dele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas depois, com quem ele conversava lá o senhor nunca presenciou.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Nunca presenciei, sempre ficava na recepção.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Tá, então, o que o senhor sabe é que o senhor foi com ele até a Bônus-Banval, a filha vinha recebê-lo, ele



entrava, e o senhor ficava na recepção, sem saber se ele mantinha diálogos, conversas, tratativas com outras pessoas que não a filha dele.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor declara, no seu depoimento, que o senhor nunca teve a curiosidade de contar os recursos que o senhor recebia no Banco Rural pela... repassados pela Sra. Simone. O senhor é de formação economista.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - E matemático.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...e matemático. Pois é, o senhor sabe que o senhor firmava recibos, sem saber se de fato o que o senhor estava recebendo era a quantia que o senhor estava firmando. Não é isso? O senhor nunca contou, para saber se os recursos que lhe entregavam coincidiam com os recursos que estavam sendo firmados pelo senhor?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu nunca conferi, porque eles vinham sempre em envelopes pardos, fechados. Eu não... Eu sempre tive a dúvida de abrir, porque depois se faltasse alguma coisa eu seria responsabilizado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E se faltasse?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não estando aberto, a culpa era deles.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Se o senhor firmava um recibo, por hipótese, de um valor superior ao que estava dentro do envelope o senhor também poderia receber a culpa, dizendo que abriu e depois recolou o envelope. Quer dizer, o senhor nunca teve a... quer dizer, me estranha muito alguém, com a formação do senhor, firmar um recibo sem saber se, de fato, o que o senhor está firmando é o valor do conteúdo que lhe estão entregando.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - É, pode ser até que eu caísse em alguma armadilha, em algum erro, mas não... não pensei nisso no momento. E era exatamente assim que era feito.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quantas vezes o senhor esteve no Banco Rural?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Quatro vezes.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quatro vezes? O senhor se recorda?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Dia 17 de setembro de 2003, dia 24 e dia 13 e dia 20 de janeiro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Treze e dia 20 de janeiro?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E, o senhor nos afirma que o senhor sacou, ou melhor, o senhor recebeu apenas 700 mil reais?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Na primeira vez que eu fui, eu assinei um recibo de 300 mil reais. Na segunda vez, eu assinei outro recibo de 300 mil reais. Na quarta vez, foi a vez que eu estive lá, a Simone não estava, tinha um recado para eu ir ao hotel. Eu fui ao hotel e ela me entregou um envelope com 100 mil reais. Ela ainda me avisou: *“Olha, tem 100 mil reais”*. E eu assinei o recibo. No depoimento dela, na acareação, ficou bem claro isso. Que ela disse que todas as vezes.... Ele me entregou todas as vezes os recursos, e que quando ela estava no banco não precisava de recibo. Então, se ela me entregou todas as vezes, e eu peguei no banco e assinei, como é que não precisava de recibo?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E todas as vezes o senhor pegou das mãos dela.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Das mãos dela. Ela confirmou isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, o senhor nos afirma aqui que o senhor assinou recibos no valor de 700 mil reais. O senhor não pode nos afirmar que o conteúdo dos envelopes era só 700 mil reais. É isso? Se o senhor não contou?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - É. Pode ser.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Correto?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois é. Então eu estou com uma relação aqui que foi entregue, nos chegou através da Comissão Mista de Inquérito dos Correios, onde há uma soma de 1 milhão e 50. Agora, a sua afirmativa,



categórica, é de que o senhor firmou recibos de 700 mil reais. O senhor não pode nos afirmar que nos envelopes não tivesse quantia superior ou inferior.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - E que na relação que ela apresenta existem outras, outras supostas transferências para mim, que ela disse que não foram no banco. Na acareação, eu perguntei: “*E onde foram?*” Ela disse: “*Foi na agência da SMP&B.*” Eu nunca estive nessa agência.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não. Mas a minha pergunta não é se o senhor esteve na agência ou não. A minha pergunta é muito...

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Estou dizendo que eu recebi. Foram 700 mil reais.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Que o senhor passou recibo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Ou isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso. O senhor não pode nos informar se de fato existiam 700 menos ou mais.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Deputado, eu posso não informar por não ter contado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Mas tem o contraponto do que foi pago lá, que agora hoje estão às evidências.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Onde?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Eles não pagaram os advogados?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, eu sei. Isso é uma alegação do partido.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Ah, então, tá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu quero saber do senhor. O que me interessa é o seu depoimento. O senhor pode me informar com certeza que o senhor firmou recibos no valor de 700 mil reais.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Isso. Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor não tem condições de nos informar, porque não contou, se os valores que existiam dentro dos envelopes eram os 700 ou não.



O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, o senhor reafirma também ter assinado apenas 3 recibos. Nada mais. Três. É Isso?.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Três.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu por um momento, dou-me por satisfeito. Obviamente, no decorrer, se achar necessário farei outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, que é o outro Relator. São 2 Relatores hoje, um do caso do Pedro Corrêa e outro do Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, ilustres advogados, Srs. Conselheiros, eu gostaria inicialmente de saber, Sr. Presidente, se o depoente já se qualificou com relação a nome, nacionalidade, estado civil, profissão, residência e domicílio e se poderia fazê-lo. Residência, profissão, estado civil.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - João Cláudio de Carvalho Genu, brasileiro, casado, residência em Brasília, SQSW 104, Bloco J, apartamento 303.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor é matemático?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Sou economista.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Economista. O senhor foi filiado a algum partido político? Se sim, qual e desde quando? E exerceu algum cargo nesses partidos a que porventura foi filiado?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Eu só fui filiado ao PFL do Rio de Janeiro no ano, salvo engano, de 99 e 2000 e exerci os cargos de Tesoureiro e Secretário-Geral do Diretório Municipal e do Diretório Estadual.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor poderia descrever para a gente a sua trajetória no Partido Progressista, e o senhor não tendo sido filiado, como acaba de dizer, ao Partido Progressista, a sua trajetória no sentido de afirmar



como foi contratado, como iniciou o seu trabalho lá, a quem era a sua subordinação hierárquica e, mais especificamente, se o senhor e o Presidente do Partido, os Líderes do Partido em geral tinham contato com a agremiação e de que forma?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Os anos que eu trabalhei com o Deputado Rubem Medina, o Deputado José Janene era vizinho de porta de gabinete, e o Deputado Pedro Corrêa, uma pessoa de relacionamento na Casa de longa data, porque era um dos mais antigos aqui na Casa. Com a perda da eleição do Deputado Medina, eu ajudei o Deputado Betão num período e eles me chamaram para ir ajudá-los no Partido Progressista. E eu comecei efetivamente lá em agosto tendo sido contratado em 1º de julho, mas eu estava de férias.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agosto de?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - De 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De 2003. Então, em razão dessa proximidade física de ambos os gabinetes é que o senhor veio a conhecer o Deputado Janene?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E daí por diante a sua vinculação com o Partido Progressista?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor saberia, em razão de trabalhar na Liderança, como se desenrolaram as negociações do Partido Progressista no tocante à sua integração à base aliada do Governo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Não saberia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nem por ouvir dizer em comentários no gabinete?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU - Nem por ouvir dizer.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe, pelo menos por ouvir dizer, quem seriam os interlocutores dessa eventual aproximação? Veja, o senhor trabalhava junto com o Líder Janene, ele numa negociação de composição da base do Governo. Não era natural que comentasse: "*Olha, temos contato com o Ministro* — suponhamos, por hipótese — *José Dirceu, ou com o Presidente do*



Partido José Genoíno; estamos avançando numa negociação”. O senhor tinha essas informações?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tem conhecimento de como são hoje as relações do Partido Progressista e do PT?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Deputado, eu não participo desse tipo de negociação. As audiências que existem entre eles no Palácio e tudo, muitas vezes eu até acompanho, mas não participo de nenhuma.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual era a sua atividade diária, sem ser essa de buscar dinheiro, trazer o dinheiro e entregar o dinheiro? O que mais o senhor fazia? Qual era a sua atividade dentro da Liderança?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - No ano de 2003, eu ajudei muito a bancada na Comissão de Minas e Energia, porque o Deputado Janene era o Presidente. Eu acompanhava os projetos de lei, eu cuidava de emendas orçamentárias de interesse da bancada nos Ministérios; enfim, eu contribuía com as atividades que todo assessor aqui dentro da Casa desenvolve.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De ordem técnica.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - De ordem técnica.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Existem algumas Assessorias que são eminentemente políticas, no caso, V.Sa. tinha uma atividade mais jovem técnica.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Bastante.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em razão de V.Sa. ter sido escolhido para essa missão de fazer os saques e trazê-los ao partido, pergunto se V.Sa. sabia dessa relação de solidariedade entre ambos os partidos ou se havia algum compromisso de socorro econômico entre os 2. Ou V.Sa. simplesmente buscava mas não tinha conhecimento desses detalhes?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor conheceu o Sr. Marcos Valério?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Conheci, conforme já relatado aqui, numa das ocasiões em que ele esteve no gabinete do Deputado Janene.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi nessa única oportunidade.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Foi nessa oportunidade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu perguntei se foi nessa única. O senhor esteve com ele em outras oportunidades.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ele esteve mais de uma vez. Eu falei aqui em 2 ou 3 oportunidades no gabinete do Deputado Janene e nos encontramos algumas vezes aqui pelos corredores, mais nada, só cumprimentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em eventos do Partido Progressista V.Sa. nunca encontrou com ele?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Que eu soube ele nunca foi.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. participava de alguns eventos do Partido Progressista?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Fui a 2 ou 3 eventos de fim de ano, uma coisa assim, nada mais que isso. Nem reuniões da Executiva eu não ia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor conhecia o Sr. Delúbio Soares?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, pessoalmente, mas conhecia de cumprimento, às vezes o encontrava no Congresso, no aeroporto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor quer dizer não formalmente, mas pessoalmente sim. Esteve com ele em várias oportunidades.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso, agora acho que ele nem sabe... soube meu nome agora, mas antes nem sabia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual o relacionamento de V.Sa. com o Deputado Pedro Corrêa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - De amizade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual a posição que o Deputado ocupa na bancada do PP?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Hoje ele é o Presidente do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Desde 2003.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não sei precisar a data.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. saberia dizer se o Deputado Pedro Corrêa é um Presidente que possui uma ascendência hierárquica sobre a bancada e também sobre a estrutura administrativa do partido, ou seja, é um Presidente que exercita efetivamente o seu mandato de Presidente?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, Deputado, eu penso que sim. Inclusive ele foi reeleito, senão não teria sido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Deputado José Janene — formularia a mesma pergunta — tem também uma certa ascendência dentro da estrutura partidária e dentro da bancada sobre os Parlamentares? Porque ele pode ser um Líder efetivo e que comanda, ou ser um Líder, em que pese a essa condição, ele não tenha essa inserção sobre a bancada. Ele é um Deputado bastante ativo e que tinha de fato esse comando, no sentido positivo da palavra, sobre a bancada, numa relação realmente de Líderes e liderados?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor conheceu o Vice-Governador Benedito Domingos?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu sei quem é na cidade, aqui no Congresso, que ele foi Deputado, mas não tenho nenhuma relação maior com ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu também sei quem é. Mas o senhor já esteve com ele alguma vez?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Em eventos do partido, na Liderança, algumas vezes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe qual é o relacionamento do ex-Vice-Governador Benedito Domingos com a bancada do PT?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu soube que ele fazia parte da Executiva.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nacional?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor soube mais especificamente qual era o relacionamento dele com o Deputado José Janene, para quem o senhor trabalhava, na condição de Líder que ele era, qual era o



relacionamento dele com o ex-Vice-Governador Benedito Domingos, se era uma relação muito próximo, de contato cotidiano?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Cotidiano, com certeza, não. Nunca vi maior relação do Deputado Janene com o Deputado Benedito.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor teria conhecimento se o ex-Vice-Governador Benedito Domingos teria alguma rivalidade política com a atual cúpula do partido?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Desconheço.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe se o Partido Progressista teve ou tem relações com o Banco Rural?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Também desconheço, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor poderia informar se o tesoureiro do Partido Progressista se chamava Barbosa ou se alguém na Tesouraria do PP que se chamava Barbosa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Acho que o Sr. Barbosa era o contador do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Era Pedro Barbosa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não sei lhe dizer, só conhecia como Barbosa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E qual era a função dele? Na sua opinião ele era contador, não era vinculado à Executiva como tesoureiro, nem nada, era um contador?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não sei lhe dizer, Deputado. Como eu lhe falei, eu comecei a ajudá-los no início de agosto. Quando eu fui a primeira vez ao Banco Rural, dia 17 de setembro, tinha menos de 40 dias que eu estava os ajudando. Então não conhecia ainda as peças da formação. Eu só fui descobrindo depois.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Peças da formação?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso. As pessoas, quem era a Executiva, quem era o Vice-Presidente, quais eram os Deputados, eu fui conhecendo depois.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. afirmou, perante a Polícia Federal e também em depoimento encaminhado a este Conselho de Ética, que por algumas vezes foi instado a fazer esses saques e que as ordens viriam desse Sr. Barbosa. Isso é fato?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - As ordens não viriam dele. Ele me telefonava — eu falei com ele aqui nas dependências da Casa — e me dizia que haviam dado a ele o meu nome para fazer um favor de ir ao Banco Rural apanhar uns recursos para o partido. Eu perguntei quem é. Ele disse: *“Eu sou o Sr. Barbosa. Eu sou aqui da Tesouraria do partido”*. Eu disse: *“Olha, eu vou falar com o Pedro e depois eles lhe avisam”*. Aí eu ligava para o Pedro e para o Janene para confirmar. Aí eles me diziam: *“Não, não tem problema. Se você puder fazer o favor, o Sr. Barbosa, nós falamos com ele que você é pessoa de confiança para fazer isso”*. E aí eu fazia a tarefa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Relator, perdão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É bom que se esclareça quem é Pedro que o senhor está mencionando.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O Deputado?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso. Desculpe.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, o senhor confirma que, na verdade, o senhor era sempre chamado a fazer esses saques pelo Sr. Barbosa, mas, em seguida, confirmava com o Sr. Pedro Corrêa e com o Sr. Deputado Janene também, ou só com o Pedro Corrêa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Com os 2.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com ambos? Com ambos, em todas as oportunidades, ou ora com um, ora com outro?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Com ambos, em todas as oportunidades.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E a resposta que o senhor tinha era no sentido de que o senhor podia cumprir essa missão que lhe fora...



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Era um favor. Eles me pediam como um favor, que eram recursos que vinham chegando para o partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Especificamente, o Deputado Pedro Corrêa já chegou então a dizer neste momento em que o senhor o consultou: *“Olha, pode buscar, não há problema algum”*.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - *“E são recursos que estão vindo para o partido.”*

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, o Sr. Pedro Corrêa disse isso. O senhor estava indo buscar recursos para o partido?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Assim como o Deputado José Janene disse isso: o senhor estava indo buscar recursos para o partido.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não me lembro especificamente, Deputado — desculpe-me —, do que eles disseram. Eu não quero dizer para depois não cair em erro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Veja, não tem nenhuma pegadiça na pergunta, não. A questão é bastante objetiva, é no sentido de que quando o senhor confirmava com eles se poderia buscar, ambos sabiam, não importa que frase eles diziam.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Sabiam, sabiam.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ambos sabiam que o senhor estava buscando recursos.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Sabiam, sabiam.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E recursos para o partido.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - E vou lhe dizer mais. Numa das vezes me deu a entender claramente que era um recurso vindo do PT.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem lhe deu essa..., o Deputado Pedro Corrêa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - O Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Que afirmação ele fez para que o senhor tivesse essa...



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não. Me deu a entender, na contradita dele de que para eu ir buscar, dava a entender que era um recurso que vinha por ordem do PT. Não me lembro exatamente as palavras nem a forma.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, isso não há problema. Nas oportunidades em que o senhor buscava esse dinheiro, segundo o senhor afirmou no depoimento, o senhor levava esse dinheiro para o 17º andar do Anexo I do Senado Federal. E lá o senhor encontrava o Sr. Barbosa e fazia a entrega a ele?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em alguma oportunidade o senhor entregou esse dinheiro ao Sr. Valmir ao invés de entregar ao...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - A última vez eu fui procurar o Sr. Barbosa. Ele não estava, ou tinha saído, não sei, e esse Sr. Valmir estava lá, disse para entregar a ele. Eu, efetivamente, também não conhecia o Sr. Valmir.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E entregou a ele?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu peguei o telefone, liguei para o Pedro Corrêa, o Pedro Corrêa me confirmou, eu entreguei a ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, o Deputado Pedro Corrêa lhe confirmou que, naquele caso específico, como o Sr. Barbosa não estava, não havia problema nenhum em entregar ao Sr. Valmir?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Sr. Barbosa ficava todos os dias na sede do PT?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não conheço o Sr. Barbosa. Eu conheci o Sr. Barbosa naquela oportunidade, Deputado. Fora isso eu não sei mais nada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o senhor entregava para ele sempre ali?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Sempre ali e muito rapidamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu ia perguntar sobre a origem do dinheiro. O senhor disse que numa única oportunidade teve a impressão de que o Deputado Janene quis fazer referência expressa de que viria do PT.



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe qual era o destino dado a esse dinheiro que o senhor buscava?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não. Vim saber agora.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não havia comentários, à época, de que era para pagar o advogado do Deputado Ronivon?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Vi várias vezes o Ronivon aflito, questionando o Deputado Janene e o Deputado Pedro da aflição dele para resolver o assunto dele lá no Acre, ele estava para ser cassado. Disso, sou testemunha, mas não sabia que era para aquilo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor faz uma afirmação importante, porque o Deputado Pedro Corrêa, quando esteve aqui hoje, disse que esse assunto era tratado tão-somente pelo Deputado Janene, que ele teve a missão de buscar esse dinheiro e que em momento algum ele sabia quanto, como e de que forma estava sendo feita essa distribuição. Mas pelo que o senhor disse agora, o Deputado Ronivon procurava ambos, e aflito, para saber quando chegaria esse dinheiro.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso eu presenciei mais de uma vez.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço a resposta a V.Sa. V.Sa. alguma vez ouviu falar sobre as eventuais dificuldades financeiras que o Partido Progressista e o PT enfrentavam?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. saberia dizer qual o papel do Deputado Ronivon Santiago dentro do PP, se ele estava na Executiva ou se era um Deputado respeitado, que tinha alguma ingerência na Executiva?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não. Eu mal o conhecia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E algum outro Deputado, além do Deputado Ronivon, V.Sa. teria presenciado que ele estivesse procurando, ele ou eles estivessem procurando pelo Deputado Pedro Corrêa ou pelo Deputado Janene, também aflitos, para pagamento de custas ou de eventuais honorários advocatícios?



Enfim, procuravam tanto o Deputado Janene quanto o Deputado Pedro Corrêa no afã de obter recursos para pagar eventuais demandas judiciais?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só especificamente o Deputado Ronivon? *(Pausa.)* O senhor já ouviu falar do advogado do Deputado Ronivon, Dr. Paulo Goyaz?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Só aqui na cidade. De vez em quando tem em jornal, em negócio de futebol, mas eu não o conhecia pessoalmente também. Eu o vi agora na televisão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Que ele atua na área desportiva?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu acho que sim. Eu o conheci pelos jornais. Não conheço ele pessoalmente, não. Quer dizer, eu conheci agora.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele não teria, na sua opinião, nenhum vínculo específico com o partido?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não conheço essa relação, Deputado, para fazer alguma afirmação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, acredito que sejam essas as perguntas que eu tinha a formular. Agradeço a cortesia ao Sr. Genu, a forma como respondeu a todas as nossas indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, só queria perguntar a V.Exa. se não vai dar oportunidade aos advogados, tanto do Deputado Pedro Henry quanto do Deputado Pedro Corrêa, de fazerem os questionamentos, para que nós não tenhamos nenhum problema futuro de nulidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Correto. Os nobres colegas, se assim me permitem, têm alguma questão a ser enviada ao nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite. Eu estava até procurando aqui a última pergunta. Apenas para que não percamos a oportunidade.



Sr. Genu, num dado momento do seu depoimento, como foi noticiado por todos os jornais, teria afirmado que foi algumas vezes com o Sr. Janene — já disse isso aqui hoje — à Corretora Bonus-Banval e que o senhor, na verdade, não sabia o que conversavam ali dentro. O senhor não ficava junto na conversa, mas ele tinha uma filha que trabalhava lá.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Todas as vezes que eu fui lá com ele nunca foi que não fosse para que ele visitasse a filha.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, pelo seguinte. Há uma diferença entre o valor dito pelo Sr. Marcos Valério, de 4 milhões e 100 e aquilo que foi dito que foi recebido pelo Partido Progressista, 700 mil reais. E eu até não tenho dúvidas, confesso, com relação às assinaturas de V.Sa. e que V.Sa. tivesse recebido esses 700. Mas, coincidentemente, os outros 3 milhões e meio, que dariam exatamente a diferença desses 4 milhões e 100, segundo o Sr. Marcos Valério afirmou na Procuradoria e veio a público também por todos os jornais, esses repasses de 3 milhões e meio realmente não teriam passado por V.Sa. Teriam sido repassados através da Bonus-Banval e por orientação do Sr. Delúbio. V.Sa. não tem conhecimento específico disso?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Desconheço totalmente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço mais uma vez a V.Sa. Perdoe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Nobre Deputado Pedro Henry. Os advogados estão assistindo. Dr. Marcelo com a palavra.

O SR. MARCELO LEAL - Sou advogado do Deputado Pedro Corrêa. Sr. Presidente, gostaria de questionar se seria possível que nós, advogados, nos manifestássemos ao final, após as perguntas dos outros Deputados, até porque, talvez, fique esvaziada a participação.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que o momento de os advogados se manifestarem é esse agora, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vou seguir a orientação de V.Exa.

O SR. MARCELO LEAL - Sr. Presidente, eu teria apenas um pedido de esclarecimento, na verdade, ao depoente. Ele, quando se referiu ao Deputado Pedro



Corrêa, afirmou que o Deputado Ronivon Santiago teria demonstrado uma certa aflição em conversas com o Deputado Pedro Corrêa e Deputado José Janene. Eu gostaria que ele esclarecesse se essa aflição dizia respeito ao momento que passava no sentido de que estava próximo da cassação ou das transferências de recursos. É preciso que isso fique esclarecido porque pode causar dúvidas depois.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - A aflição a que quis me referir — e eu vi ele reclamando — foi, justamente, ao momento da cassação e que a coisa no Acre estava muito complicada para ele e ele se sentia pressionado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Permita-me, nobre Deputado?
O senhor se lembra quando ocorreu isso?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Olha, foi logo que eu comecei a trabalhar com ele, porque, foi logo no início.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Agosto, setembro de 2003?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Dr. José Alvarez.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ALVAREZ - Sem perguntas, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Sem perguntas.

V.Sa. quer usar...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Ah, sim. Então, vamos passar a palavra ao nobre Deputado Jairo Carneiro.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Está com a palavra. Restauro o seu direito de falar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Muito obrigado.

Sr. Genu, apenas para recuperar. O senhor começa a trabalhar como assessor do Deputado José Janene nesta Legislatura, início de 2003?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Agosto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agosto de 2003. E antes?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu trabalhei por 10 anos com o Deputado Rubem Medina. E nós perdemos a eleição no Rio... Eu fiquei ajudando outro colega seu lá do Rio, o Deputado Reinaldo Betão e... Fui ajudar o Deputado



Janene e a bancada do PP no início de julho — no dia 1º eu fui contratado —, mas eu estava de férias e efetivamente comecei minhas atividades dia 3, 4 de agosto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E de imediato o senhor conheceu também o Deputado Pedro Henry, da mesma bancada? Ou foi depois?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não conheci o... Conheço o Deputado Pedro Henry até de antes, porque ele era do PSDB. Mas não tinha nenhuma ligação com ele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Continua não tendo nenhuma ligação?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, depois nós passamos a nos inteirar. Ele era o Líder da bancada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi quando o senhor assumiu sua função comissionada com o Deputado José Janene?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - A informação que eu tive é que não tinha vaga na Liderança para que fosse colocado lá e eu fiquei lotado no gabinete do Deputado Janene, ajudando a bancada e a Comissão de Minas e Energia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E... Já em setembro... Eu queria só recuperar essas suas idas ao Banco Rural. Banco Rural, não é? Foi em setembro de 2003?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Foi.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi? Como é que o senhor explica essa... Porque, de qualquer forma, para além da sua qualidade técnica de economista e matemático, é claro que há uma confiança política e pessoal muito grande: trabalhando num gabinete em agosto já ser designado para uma função que acabava envolvendo milhares de reais já no mês seguinte. Como é que o senhor explica esse tipo de interação, de confiança conquistada tão rapidamente para uma função de altíssima responsabilidade? Não estou nem entrando no mérito se eram recursos contabilizados ou não, mas de qualquer forma, para designar alguém para fazer o recebimento dessas quantias elevadas, para os comuns dos mortais... Não estamos falando de banqueiros internacionais. É uma confiança. O senhor reconhece que é uma delegação de altíssima confiança, em um mês só?



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não sei explicar, Deputado. Me foi atribuído e eu executei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou que falava por telefone com a Sra. Simone Vasconcelos. É isso mesmo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Às vezes que eu recebia a instrução para procurá-la. Eu usava o telefone e ligava para ela.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De quem o senhor recebia essa instrução?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Do Sr. Barbosa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que o senhor não conhecia? Pelo menos um primeiro contato foi em agosto ou início de setembro... Foi em setembro, não é? Foi um contato...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Dia 17.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... imediato.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Foi. Ele me ligou de manhã, eu tomei as providências e fui ao banco depois do almoço — 3h da tarde, 2h, não sei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só para recuperar essa dinâmica. Liga o Sr. Barbosa, que o senhor não conhecia, não sabia quem era, e diz para o senhor que tem uma encomenda para pegar ao Banco Rural? É isso.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não sei lhe dizer a forma certa, precisa, ou a palavra que ele usou. Mas ficou bem entendido o que eu tinha que fazer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas que era dinheiro também ficou entendido?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ficou bem entendido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é. Eu insisto nisso. Me parece inusitado alguém ligar, dizer que tem uma soma para pegar no banco... Quer dizer, não é ir à lanchonete, pegar 10 reais, 15 reais... E alguém que o senhor não sabe quem é. Aí o senhor se reportou aos Deputados Pedro Henry... Pedro Corrêa e José Janene?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para saber quem seria esse Sr. Barbosa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Sr. Presidente, questão de ordem. V.Exa. mencionou Pedro Henry?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim...

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Foi equívoco?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... e corriji de imediato.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Ah, desculpe. Perdão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas eu posso mencionar também. O senhor se dirigiu ao Deputado Pedro Henry?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não. Pronto. *(Risos.)* Deputado Pedro Henry, eu também já vivi situações constrangedoras em função de colegas de partido. Então... Às vezes é mais fácil sair do partido do que ficar defendendo os colegas. *(Pausa.)* Então, para entender essa dinâmica, que me parece com alguns elementos surpreendentes: aí esse mesmo Sr. Barbosa falava para ligar para a Sra. Simone Vasconcelos ou os Deputados que atestavam que o Sr. Barbosa era uma pessoa fidedigna?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, não. Ele me dava... Ele me dizia... Ele me dizia... Me dizia: "O contato para você falar lá, para combinar, é a fulana de tal, telefone tal".

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí, o senhor telefonava... O senhor foi quantas vezes lá no Banco Rural? Porque isso também acabei...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Quatro vezes.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quatro vezes. Sendo que, numa dessas 4 vezes, a Sra. Simone não estava lá.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí os recursos ou a encomenda também não estavam no banco?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Uma das vezes, sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Estava no hotel?



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E houve recibo nessas 4 vezes.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Pois é, eu dei o recibo para ela no hotel, e o recibo não apareceu.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Dessa quarta vez?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não sei se foi quarta ou terceira.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - E uma das outras vezes, eu fui ao banco e cheguei ao banco e não tinha nada. Ela não estava lá. Eu voltei, comuniquei ao Pedro e ao Janene e ficou por isso mesmo. Depois disso, nunca mais tive nenhum outro procedimento desse.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ou seja, então o valor total suposto que o senhor atestou recebimento foi de 6...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Setecentos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Setecentos reais.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Mil.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Setecentos mil reais. Sendo que 2 recebimentos na agência do Banco Rural e um num hotel...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Grand Bittar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Grand Bittar. E uma ida...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Uma ida perdida.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sem resultados. Nessa ida sem resultados, havia a confirmação? Tudo certo? O senhor chegou lá...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - A orientação foi a mesma. Cheguei lá e ela não estava. Só recebi essa informação. Procurei por ela, ela não estava, tentei falar com ela, não consegui. Liguei comunicando que eu estava indo embora. Fui embora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E esses recursos eram recebidos numa sala? Não era na boca do caixa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - O Banco Rural tinha uma salinha escondida à direita. Eu chegava lá, ela normalmente estava lá para dentro.



As 2 vezes foram mais ou menos iguais. Ela me recebia, dizia: “Espera aí um instantinho.” Eu sempre levava uma pasta. Ela levava a pasta lá para dentro e trazia. Eu abria para ver o que tinha dentro. Sempre eram envelopes pardos fechados. Não estou dizendo que estava colado. Se não me engano, estavam com fita crepe. E eu fechava, saía e ia embora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí entregava para os Srs. José Janene e Pedro Corrêa?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não. Entregava no 17º andar do Anexo I, lá na direção do partido, para o Barbosa. E uma vez eu entreguei para o Sr. Walmir.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Décimo sétimo andar do Anexo I da Câmara?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Oi?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Anexo I da Câmara?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Do Senado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Do Senado. O Diretório Nacional do partido funciona lá.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Funciona lá.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aliás, isso é uma ilegalidade da Câmara dos Deputados. Não estou me referindo ao... Não pode, num prédio público, ter direção partidária. Por isso o PT, no tempo das burras cheias, alugou a sede...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Chico Alencar, se me permite...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No Congresso. Desculpe.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A informação que temos é que se iniciou a Ordem do Dia. Então, Sr. Presidente, não sei, acho que teremos que fazer a suspensão dos trabalhos. Eu consulto a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Não tem outra alternativa. Sejamobedientes ao Regimento Interno da Casa.

Está suspensa a sessão.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Presidente, prosseguiremos hoje ainda?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Ainda hoje, logo após a Ordem do Dia.

Ficam convocados. E valem as assinaturas que já foram colhidas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está reaberta a sessão.

Inicialmente, gostaria de consultar os advogados do Deputado Pedro Henry, do Deputado Pedro Corrêa e a testemunha se nós podemos continuar, mesmo o Plenário estando reunido para votação de matérias.

O SR. MARCELO LEAL - Sem objeção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não há problemas, Dr. Marcelo Leal.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ALVAREZ - Sem objeção também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não há problemas, Dr. José Antônio Alvarez.

E o Deputado Pedro Henry?

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Sem problemas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E o Dr. Meneghetti? *(Pausa.)* Também não há problema.

Então, nós vamos continuar a nossa reunião.

Com a palavra, inicialmente, o Relator Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Genu, eu lhe fiz uma indagação, se na qualidade de funcionário do partido, se o senhor se reportava ao Deputado Pedro Henry. V.Sa. disse que não. Mas, nos questionamentos, o Deputado Chico Alencar perguntou onde o senhor trabalhava. O senhor disse que ajudando a bancada e a Comissão de Minas e Energia. Quem era o Líder da bancada?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu falei ajudando o partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, o senhor falou ajudando a bancada e a Comissão de Minas e Energia.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Então, desculpe, eu me equivoquei. É ajudando o partido e a Comissão de Minas e Energia.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O.k. O senhor, todas as vezes que foi — inclusive deixou claro no seu depoimento; quero que o senhor ratifique ou não —, o senhor disse que às vezes que foi até o banco foi por ordem e determinação da direção partidária. O senhor confirma isso e teria algum documento que poderia comprovar essa sua afirmação?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Confirmando e eu já mandei. Isso já está em poder do Conselho de Ética, mas eu tenho aqui cópia novamente. Num determinado momento, em função das circunstâncias, eu pedi à direção do partido que me fornecesse uma declaração, uma carta, alguma coisa nesse sentido, para que eu pudesse dizer que eu apenas fiz aquelas atitudes dos 700 mil e não mais que isso. Vou deixar novamente aqui com o Presidente, apesar de já ter cópia no Conselho de Ética. Eu já havia mandado previamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor me permite, Sr. Presidente?

Eu só gostaria que os nobres pares tivessem conhecimento. O Presidente vai fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou ler:

“Ilustríssimo Sr. João Cláudio de Carvalho Genu”
— é um ofício com o timbre do Partido Progressista.

“Brasília, 18 de agosto de 2005.

Prezado Senhor, em atendimento à solicitação de V.Sa., esclarecemos que o comparecimento de V.Sa. à agência do Banco Rural, em Brasília, em 19/09/2003, 24/09/2003 e em 14/01/2004, para buscar, respectivamente, os valores de R\$ 300.000,00, R\$ 300.000,00 e R\$ 100.000,00, os quais V.Sa. assinou os respectivos recibos, se deu sob orientação do Partido dos Trabalhadores, na implementação dos auxílios financeiros negociados com aquele partido e o Partido Progressista e que V.Sa., como mensageiro, entregou os valores que foi buscar na sede do partido, no 17º do anexo I do Senado Federal.



*Colocando-me a seu inteiro dispor,
atenciosamente,*

Pedro Corrêa, Presidente”.

Este documento será incorporado ao processo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, a data desse documento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dia 18 de agosto de 2005.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Genu, o senhor ratifica integralmente o seu depoimento na Polícia Federal?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Sim, com certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nós podemos incorporar, então, como fazendo parte integrante desse procedimento? Sr. Presidente, estou pedindo para que o depoimento...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço desculpa a V.Exa. Acho que V.Exa. pode requerer, se for o caso, ao Conselho, não ao Dr. Genu, a incorporação dessa peça ao processo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, estou fazendo menção ao Presidente, porque, na solicitação inicial, eu requeri a juntada desses documentos e de outros, mais as oitivas. Então, só estou reforçando ao Sr. Presidente que, uma vez ratificado na íntegra o depoimento...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele já ratificou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...já faça parte integrante. E portanto, obviamente, a defesa sai ciente de que esse documento é um documento integrante do procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida nenhuma. Está incorporado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, não há mais questionamentos da nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Relatores, senhores advogados, Dr. João Cláudio Genu, nobres colegas, Deputado Pedro Henry. Dr. João Cláudio Genu, V.Sa. é servidor público?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Há quanto tempo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Desde 1985.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E é considerado servidor permanente?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Estatutário.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Estatutário. Sempre trabalhando na Câmara?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Cedido há bastante tempo para cá.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas, originariamente, de que órgão?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ministério da Agricultura.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Conhece, então, os direitos, as obrigações do funcionário público, as limitações, as restrições ao exercício da função pública. Isso é registro, não depende nem de sua resposta. E o senhor foi coagido a cumprir essas missões?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Foi-me pedido um favor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Um favor.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Jamais coagido.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. E como... Eu peço a atenção do Relator. E como considera a sua situação — desculpe a expressão, não é para ofender — de se prestar a esse papel de receber uma soma, não uma única vez — e para mim já seria o bastante —, de um dinheiro obtido desse modo, em uma mala, para entregar a um partido político, fazendo um favor, um dinheiro obtido de forma irregular? Eu estou fazendo afirmação, para obter sua resposta. Como se sente nessa situação?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Quando eu fui... Quando me foi pedido, eu jamais supunha que fosse alguma ilegalidade.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe. Desculpe, eu não quero interceptar sua declaração...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Apesar de o montante ser excessivamente um pouco alto, não me levou a pensar que fosse alguma irregularidade. Até porque o Partido Progressista é um partido de bancada relativamente grande. Eu trabalhei em partidos políticos, eu sei como funciona, eu sei o que equivale ao fundo partidário. Como eu não conhecia a administração do Partido Progressista, nem essas coisas, a primeira vez eu não vi nada de estranho, Deputado. Hoje, eu sei o que acontece, mas, a princípio, eu não sabia.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas a presunção é de que o senhor tem a obrigação de conhecer as leis e as suas limitações, como servidor público, para fazer ou deixar de fazer alguma coisa. E o dinheiro na mala, um dinheiro transportado desse modo, é um dinheiro clandestinamente transportado. Não é normal. É anormal e é ilegal. V.Sa. teria obrigação de saber disso. E não pode alegar, em sua defesa, ignorar as leis. V.Sa. que diga: "Eu não sabia que a lei não permitia que eu fizesse isso". Pode responder, se quiser.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não. Acho que a questão não é essa, não. A questão é que eu sabia o que estava fazendo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu pediria... Por favor.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu não coloco dessa forma, não. Eu sabia o que estava fazendo, eu conheço as minhas obrigações e os meus direitos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor entende que não cometeu nenhum ato...

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Se eu tiver algum delito, eu vou me defender.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. Mas entende que não cometeu nenhum ato ilícito, transportando esse dinheiro para entregar a um partido político?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Como eu lhe disse, Deputado, se eu cometi algum ato ilícito, eu vou me defender.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. Nesse circuito, em algum momento o senhor recebeu algum tipo de favor desta natureza, do Deputado Pedro Henry?

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Creio que V.Sa. já respondeu sobre o valor que passou por suas mãos: 700 mil reais.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARVALHO GENU - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E quanto a esses 4 milhões e 100 que aparecem na lista do Sr. Valério, ou de alguém ligado ao Sr. Valério? O que o senhor declara? Perdoe-me se já respondeu.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não tenho conhecimento. Mas se depois o senhor estiver com um pouquinho de tempo e ler os detalhes da acreação que foi feita, nas minúcias se vêem claramente os equívocos ali encontrados e vê que eles lá estão tentando me imputar algo que não foi feito.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então o senhor declara para todos os efeitos que não recebeu qualquer outro valor de qualquer outra fonte?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Com certeza, muito menos me apropriei de qualquer uma coisa disso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor já declarou que atendeu ao pedido do Deputado Janene e do Deputado Pedro Corrêa.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em algum momento o senhor praticou algum ato dessa natureza, contrariando uma orientação de um desses 2 Parlamentares?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E ainda o senhor continua como assessor atualmente?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Permita-me, Deputado Jairo Carneiro, enquanto V.Exa... O senhor disse que o primeiro telefonema o senhor recebeu do Sr. Barbosa. Quer dizer, supõe-se que o Sr. Barbosa tinha conhecimento dessa triangulação de recursos PT/PP e alguém passou essa informação ao Sr.



Barbosa para que o Sr. Barbosa tivesse conhecimento, ao ponto inclusive de telefonar para o senhor pedindo que o senhor fosse fazer a arrecadação desses recursos junto ao Banco Rural. O senhor saberia informar quem informou ao Sr. Barbosa dessa eventual triangulação de recursos?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não sei, não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não sabe. Quer dizer, então, o que o senhor sabe é que o senhor recebeu esse telefonema do Barbosa...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - E confirmei com as pessoas já mencionadas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Que é fato. Mas quem informou ao Sr. Barbosa o senhor não tem conhecimento.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não faço idéia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Talvez mais uma indagação, que é com referência a este documento que foi lido há pouco pelo Presidente, firmado pelo Deputado Pedro Corrêa, quando ele diz que esses recursos foram recebidos por V.Sa., de acordo com a orientação do PT. Para que não haja nenhuma confusão nem contraste entre o que está escrito neste documento e o que já foi aqui confirmado por V.Sa. e pelo Deputado Pedro Corrêa, hoje pela manhã... O senhor já confirmou aqui, mais uma vez, que atendeu a um pedido do Deputado Pedro Corrêa e do Deputado Janene, para que não desfigure a sua declaração, o teor desse documento que foi lido, que fala em orientação do PT...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Mas deixa eu lhe dizer, Deputado: este documento está aqui... Quando foi, Deputado?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É de agosto de 2005.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, veja bem, eu fui chamado a vir prestar depoimento no processo do Deputado Roberto Jefferson, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, a bem da verdade, esse documento foi nos entregue no processo do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - E já está aqui desde esta data, não é de agora, não. Foi a necessidade que eu tive, quando eu vim, eu estava



sendo culpado de uma... Foi quando saíram aquelas listas do Marcos Valério, umas coisas absurdas, e eu me preocupei e exigi do partido esta carta para me responsabilizar apenas por aquilo que eu fiz.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sei. Eu estou pedindo atenção do Relator para que não se perca de vista que o senhor foi realizar uma missão a pedido do Deputado Janene e do Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só uma questão de ordem. Eu pedi para que o Sr. Genu ratificasse os termos do depoimento dele na Polícia Federal. E na Polícia Federal ele é muito claro. Ele diz que cumpria determinações da direção partidária.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o Deputado Pedro Corrêa hoje confirmou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E se reportava, às vezes, ao Deputado Pedro Corrêa e ao Deputado Janene para confirmar se de fato o Sr. Barbosa...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o depoimento dele é claro na Polícia Federal, o qual ele ratificou neste momento.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Sr. Presidente, para esclarecer. Eu gostaria de fazer uma intervenção aqui, porque eu entendo que essa questão está sendo interpretada de uma maneira equivocada. O Sr. João Cláudio Genu foi aqui, reiteradas vezes, perguntado e esclareceu a este Conselho — e isso precisa ficar muito claro e patente a todos os membros do Conselho — que procurou a agência do Banco Rural por 4 oportunidades, nas 4 vezes por orientação do Deputado Pedro Corrêa e do Deputado Janene, não foi por orientação da direção partidária, como se pretende colocar. Pergunto ao Sr. João Cláudio: você recebeu orientação de alguma outra pessoa da direção partidária, algum outro Parlamentar, alguma outra pessoa para se dirigir ao banco?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado Pedro Henry, a intervenção direta dele, nesse sentido, é



altamente suspeita. Ele deveria até conter-se, porque, evidentemente, distorce, inclusive, o encaminhamento legal desse procedimento que nós estamos adotando aqui. Infelizmente, ele está situado hoje numa posição que não lhe permite intervir dessa maneira, com essa intervenção e outras. Isso inclusive nos leva a uma posição que ele não gostaria que fosse o final dela. Não gostaria que fosse o final dela. Porque a sua posição aqui, neste momento, seria de conter-se e transmitir e justificar os honorários que ele está pagamento aos advogados aqui presentes.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Sr. Presidente, como Parlamentar pergunto a V.Exa. se eu não posso usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não. Agora não, Deputado. Posteriormente V.Exa. poderá usar no final. Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, Sr. Presidente, eu quero... eu não vou passar aqui como um Relator que quer distorcer fatos — não vou passar aqui! Eu quero ler o depoimento do Sr. Genu no Departamento de Polícia Federal: *“que realmente recebeu quantias em dinheiro a pedido da direção do Partido Progressista”*. O senhor confirma isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então não estou distorcendo nenhum fato nem estou querendo conduzir ninguém a falar aquilo que já não declarou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Jairo Carneiro, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se me permite, Deputado, apenas no mesmo sentido, para que não paire nenhuma dúvida: em todas as oportunidades que eu perguntei a ele, na oportunidade que eu perguntei ao Sr. Genu, eu perguntei a ele, inclusive, se era ora ao Deputado Janene, ora ao Deputado Pedro Corrêa ou se em todas as oportunidades ele perguntou a ambos. Ele confirmou: *“Em todas as oportunidades eu consultava a ambos”*. Então, não só não seria às vezes, em todas as oportunidades V.Sa. consultava a ambos. Só para confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para encerrar, Deputado. Deputado Jairo Carneiro.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu consulto o Dr. Genu agora sobre o seguinte: em diversas oportunidades, o nome de V.Sa. foi indicado para comparecer a este Conselho como testemunha em mais de um processo e V.Sa. sempre relutou, mais do que isso, resistiu em comparecer. Eu acho que é importante que preste um esclarecimento a este plenário sobre as razões que agora motivaram V.Sa. a comparecer e as que o motivaram a não comparecer nas demais.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Com prazer. Eu não vim a primeira vez porque me foi colocado pelos advogados da não-obrigatoriedade de comparecer. Foi feito um estudo, sendo que eu não tinha mais nada a falar além do que estava nos meus depoimentos. Tendo em vista que comparecer aqui, a uma exposição pública, para mim que sou uma pessoa da cidade, me causa um transtorno enorme, foi esse o motivo. Resolvi vir agora, porque estava implicado diretamente no assunto dos Parlamentares da bancada na qual eu trabalho. Não houve até... Não pense que foi... que eu me senti coagido nem nada. Vim... Tão logo recebi o convite, confirmei. Até tentaram supor que pelo fato de eu ter sido intimado em alguma coisa me intimidaria. Pois quando recebi o primeiro comunicado do dia 17, a D. Terezinha é testemunha, eu liguei imediatamente para cá e disse que eu viria.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu diria a V.Sa. que causou constrangimentos a esta Casa, a este Conselho, a sua recusa — ou causaram as suas recusas —, sendo V.Sa. um servidor público e desta Casa, com a obrigação fundamental de contribuir na apuração, na investigação de fatos que são imputados a Parlamentares. Depois, houve um estudo, provavelmente, que indicava que, se V.Sa. não comparecesse, poderia ser compelido a sofrer sanções administrativas.

Esse temor da exposição, os Parlamentares que estão representados respondendo processos estão vivendo momentos muito difíceis de suas vidas, mas eles não se negam nem podem ou devem se negar a comparecer. Por isso, espero que, em outra oportunidade, V.Sa. pode estar até respondendo a um processo administrativo e deve comparecer para prestar contas dos seus atos.

Quanto à exposição, V.Sa. sabe que foi capa de revista, inclusive, com o envolvimento do seu nome nesses escândalos, sem nenhuma prova formada. Mas



acho que teria de ter essa consciência da importância e da obrigação de vir aqui colaborar com esta Casa. Causou um grande mal-estar a sua resistência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Retomando e concluindo, Sr. Genu, o senhor, entre a parte matutina desta sessão, quando houve a participação e o depoimento do Sr. Deputado Pedro Corrêa e também outras participações, e o início da tarde, o senhor teve um diálogo com os Deputados Pedro Corrêa, Pedro Henry, José Janene, que eventualmente está adoentado, o senhor teve esse contato?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não os encontrou senão aqui?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, não. Em nenhum lugar. Estava na minha casa. Da minha casa, a D. Cristina que me informou do horário que começou e terminou.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor nem acompanhou, se é que foi...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não sei de nenhuma transmissão, por televisão, nem rádio, nem nada. Estava tudo em cima do Palocci.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, nenhum contato, não é?

Bônus-Banval: o senhor disse que acompanhou algumas vezes o Sr. José Janene lá. Em que condição o senhor ia a essa corretora e quantas vezes foi?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Foram poucas vezes e muito poucas, não sei dizer quantas: umas 3, 4, 5 vezes. No período em que a filha dele trabalhou lá e todas as vezes que eu fui com ele — se ele foi alguma vez sozinho, eu desconheço —, foi para visitar a filha, porque a filha ia recebê-lo na porta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor ia para acompanhá-lo como motorista? Essa corretora é aqui ou em São Paulo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não me preza ainda a função de motorista. Já estudei um bocado, Deputado. Eu o acompanhava. O motivo das viagens já foi dito. Ele me pedia para acompanhá-lo devido ao problema cardíaco dele, que hoje está mais do que provado que é grave.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas essa corretora fica onde?



O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Fica em São Paulo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Acompanhava-o, na verdade, por relações também de amizade.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu dirijo carro para os meus amigos. Isso não é nenhum demérito. Não vou dizer que eu fiz faculdade, então, não posso dirigir. Aliás, os motoristas — o Partido Progressista precisa saber disso — são uma categoria operosa e importante, no Brasil inteiro, senão, a gente nem come o pãozinho de cada dia. Até para transportar dinheiro, às vezes, roubado, às vezes, lícito, o motorista sempre é importante. Aliás, derruba Governos também.

Uma outra indagação importante. Essa figura que, para nós, se torna um tanto misteriosa, já falecida, do Sr. Barbosa, o senhor chegou a ter contato com ele?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Tive.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Conheceu. E ele faleceu quando?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não faço idéia. Eu tive 3 contatos com ele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele... o senhor o conheceu como contador do PP?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu achava que ele era tesoureiro. Vim saber que era contador agora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, a entrega dos recursos...

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Foram a ele, numa sala onde são realizadas as reuniões da Executiva.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, aqui no Senado Federal.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - No 17º.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor entregava a ele, na suposição de que ele era o tesoureiro e também, depois, sabendo que ele era o contador, julgando que esse recurso teria um encaminhamento registrado, legal. O senhor, em nenhum momento, considerou que essa função de pegar o dinheiro numa agência bancária... que aqui o senhor revelou, na verdade, um preconceito, mas isso não é objeto de análise aqui, com relação ao motorista. Em um outro caso que estamos examinando, quem ia lá fazer exatamente essa função de pegar os



recursos para um nobre Deputado era um motorista, creio que sem curso superior. Mas, no caso, ao entregar esses recursos para o contador, o senhor imaginava que seria contabilizado ou desde o início... Isto não lhe chamou a atenção: pegar esses recursos, essa encomenda, dar esses recibos, que seria uma operação lateral, paralela, ilícita?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Deputado, não me cabia questionar nem... Eu executei a tarefa: fui lá, entreguei, peguei minha pasta e fui embora.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor, como economista e matemático, que se orgulha, com toda a razão, de sua formação, o senhor não questionava, não tinha a menor avaliação crítica?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Eu acho que não cabe a mim, nem gostaria de emitir opinião.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aqui, agora?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - É. Meu constrangimento já é o suficiente para o que eu estou passando.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom, então, o senhor reconhece que é uma situação constrangedora?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E, diante de tanto constrangimento, V.Sa. não pediu demissão do cargo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, só uma pergunta, se for possível.

Se o nobre servidor Genu pode descrever fisicamente o saudoso Barbosa.

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Ele era mulato, careca, estatura mediana e magro.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Estou satisfeito. *(Pausa.)* A idade?

O SR. JOÃO CLÁUDIO CARVALHO GENU - Uns cinquenta e tantos, 60 anos, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o último inscrito, Deputado Benedito de Lira.



O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu confesso a V.Exa. e aos demais companheiros, pares neste Conselho, que não desejaria fazer qualquer formulação, até porque o Relator, aliás, os Relatores, Deputados Carlos Sampaio e Orlando Fantazzini, na minha opinião, esgotaram toda a agenda de perguntas que pudessem fazer. Eu queria apenas fazer uma observação.

Quando o Deputado Pedro Henry fez a intervenção, ele não fez, pelo que eu conheço, com objetivo nenhum de afrontar, nem o Relator Fantazzini, que é o Relator do seu processo, e muito menos o Deputado Jairo Carneiro, que estava com a palavra. Na verdade, ele, como é natural, ele se sentiu assim na obrigação de fazer a intervenção, até porque talvez não tenha entendido quando o Deputado Jairo formulou a pergunta ao depoente, e que se tratava da direção, da informação de que ele cumpria ordem da direção partidária. E o Deputado Pedro Henry, evidente, ao acompanhar desde o início o depoimento do Pedro Corrêa... é que na verdade os depoimentos prestados pelo João Cláudio Genu diziam respeito às informações, às orientações dadas pelo Deputado Pedro Corrêa e pelo Deputado Janene. Parece-me que, na minha observação, nobre colega Relator, o Deputado Pedro Henry não teve nenhuma intenção — muito pelo contrário, porque eu o conheço — de fazer qualquer afronta ou duvidar das perguntas que V.Exa. estava fazendo ao depoente, bem como pelo respeito que não só o Deputado como todos nós nutrimos pelo eminente Deputado Jairo Carneiro.

Era essa a observação que eu desejava fazer para deixar claro que, pelo que eu pude depreender e pelo que eu conheço do Deputado Pedro Henry, não teve absolutamente nenhum propósito nem nenhum desrespeito a S.Exas., os Srs. Relatores dos 2 processos objeto dos depoimentos que hoje já foram elencados aqui, particularmente, nas observações que foram feitas pela testemunha Sr. Cláudio, mais conhecido por Genu, que tornou-se notório por conta desse nome, que é até um pouco estranho, João Cláudio Genu.

Era essa a observação, Sr. Presidente, que eu desejava fazer apenas para fazer ver ao Conselho que todas as pessoas que aqui têm vindo, não só como depoentes, mas como Parlamentares, têm tido muito respeito, muita atenção e muita consideração para com os membros do Conselho de Ética.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Deputado Benedito de Lira.

Com a palavra o Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Eu lamento profundamente que o Deputado Nelson Trad tenha de ter saído antes do meu pronunciamento. Agradeço as palavras carinhosas que o Deputado Benedito de Lira, do meu partido, acabou de fazer. Na verdade, eu quero me desculpar com esta Presidência e com os demais membros deste Conselho. Eu espero que V.Exas. entendam a ansiedade que a estamos vivendo em face dessa situação inusitada. Acabei extrapolando da prerrogativa parlamentar, como Deputado também, e até dada a amizade fraterna que eu tenho com o meu advogado — todos os partos da mulher dele fui eu que fiz, é uma amizade de mais de 20 anos —, acabei extrapolando aqui a minha função nesta oitiva de ouvir a testemunha. Quero dizer, Deputado Jairo, que em nenhum momento eu quis ofender V.Exa., muito menos o Deputado Nelson Trad, nem a V.Exa., Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não me senti em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - A ansiedade é que é grande. Estou vivendo uma situação complicada. Já disse isso neste Conselho. Sei que a pressa não adianta nada neste momento. Temos de apurar esse caso a fundo. Tenho dito isso na imprensa, inclusive, de que desejo que isso seja apurado. Não pode pairar dúvida. Todos aqui sabem que a vida pública só tem continuidade se ela tiver a tranqüilidade e a serenidade para sair desse processo com absolutamente todos os fatos esclarecidos. Por isso me desculpo com V.Exa., Deputado Fantazzini, se fui agressivo nas minhas palavras. Mas não foi esse o objetivo, de forma nenhuma. Apenas a ansiedade de tentar ajudar a conduzir, para que a gente possa formar uma opinião neste Conselho. Obviamente que eu torço para que ela seja favorável aos meus interesses e eu possa provar minha inocência. Era só isso o que eu queria falar e me desculpar com todos os membros do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu só quero deixar bem claro ao Deputado Pedro Henry e aos demais presentes que a postura do Conselho tem



sido uma postura muito serena, tranqüila, transparente. Eu não vou admitir, enquanto Relator... Eu entendo a angústia de V.Exa., agora não poderia deixar de retrucar, porque esta Relatoria não está induzindo ninguém a dizer algo. Muito pelo contrário, nós queremos é esclarecer os fatos. E eu tenho de me reportar aos documentos que possuo. E como o Sr. Genu prestou depoimento afirmando categoricamente que ele cumpria determinações da direção partidária, pedi para que ratificasse, o fez, e compreendi perfeitamente que consultava, posteriormente, 2 outros Parlamentares. Então, em todo e qualquer momento que qualquer insinuação recair sobre esta Relatoria ou qualquer outra Relatoria de qualquer companheiro nosso, não tenho dúvida, serei um dos primeiros a me lançar em defesa dos companheiros do Conselho de Ética, porque sei do comportamento sereno, tranqüilo, a lisura e a isenção de todos que aqui estão, com o objetivo de buscar a verdade, e não com objetivo outro que não buscar a verdade. Então por isso que me manifestei também e não me senti ofendido. Sei e compreendo a situação pela qual V.Exa. está passando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Não havendo mais ninguém para fazer indagações, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, dos advogados dos Representados, testemunha, demais presentes. Antes de encerrar a sessão, convoco, em nome do Presidente Ricardo Izar, os Srs. Parlamentares para reunião que a realizar-se na quinta-feira, depois de amanhã, dia 24 de novembro, às 10 horas, no Plenário 5, com a pauta que é a tomada de depoimento do Deputado João Paulo Cunha, Representado no Processo nº 09/05, que tem como Relator o Deputado Cezar Schirmer.

Eu não tenho informações sobre uma reunião de amanhã, a não ser que o nosso pilar, D. Terezinha, me informe do contrário.

O Presidente pode confirmar uma reunião administrativa do Conselho para amanhã. Como estamos aqui em tempo integral dedicados ao exercício do mandato, a qualquer hora do dia ou da noite podemos ser convocados.

Muito obrigado. Boa-tarde.

Está encerrada a reunião.